

EANES: VISITA DE TRABALHO AO ALGARVE

De "pés na lama" em busca do país real



O Presidente da República na Cooperativa «O Arimbo



Flagrante da visita à lota de Olhão

PORTIMÃO, 28 — (do nosso enviado especial) — O Presidente da República prosseguiu a sua missão de trabalho pelo Algarve, visitando Vila Moura, Albufeira, Portimão e Lagos.

Em Vila Moura, observou o desenvolvimento dos empreendimentos turísticos locais, depois do que contactou pescadores que fizeram eco da necessidade de um porto, visto que actualmente utilizam a marina, o que não é cómodo nem para eles nem para o turismo.

O general Eanes visitou a exploração agro-pecuária de Vila Moura, uma das primeiras do País, com uma produção diária de cinco mil litros de leite.

Em Albufeira, o Presidente visitou o Instituto das Obras Sociais, onde se encontram alojados retornados das ex-colónias. O representante destes pediu a Ramalho Eanes a sua intervenção para que fosse dada aos retornados a possibilidade de arranjar trabalho, pois que, embora alojados e alimentados, se encontram há muito

tempo inactivos. Em resposta, o Presidente da República salientou a necessidade de serem os retornados a resolver os seus próprios problemas, com o apoio do Estado, e não viverem sempre à sombra protectora deste.

Ainda durante a manhã, Ramalho Eanes esteve numa fábrica de conservas em Portimão e no Parque de Campismo de Lagos, seguindo depois para a praia da Salema, onde al-

moçou a convite dos pescadores. Ainda na Salema, realizou-se um «briefing» com os jornalistas que estão integrados na comitiva presidencial, para balanço desta visita de trabalho.

O Presidente da República regressou a Lisboa a meio da tarde.

Ontem o Presidente da República deslocou-se, naquilo que pode ser qualificado como uma visita de trabalho, a várias

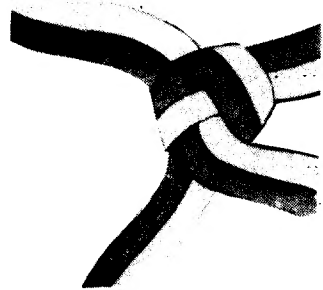
localidades algarvias.

Depois de ter estado, como anunciámos, em Faro e Olhão, o general Ramalho Eanes, acompanhado de numerosa comitiva que, entre outros, integra o comandante da Região Militar do Sul, brigadeiro Artur Beirão, e o governador civil de Faro, dr. Almeida Carrapato, visitou uma cooperativa agrícola na zona de S. Brás de Alportel, «O Arimbo», onde almoçou.

Continua na pág. 20

CONGRESSO DOS SINDICATOS

Hoje discutem-se estatutos



A discussão na especialidade e votação do projecto de Estatutos apresentado pela Comissão Nacional Organizadora do Congresso, constituiu a ordem de trabalhos do Congresso, esta manhã.

A questão da unidade (projecto da C. N. O. C.) e da unidade sindical (proposta do Sin-

dicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul), bem como a eliminação do termo Intersindical consagrando-se a expressão Confederação Geral dos Trabalhadores-C. G. T. (proposta do Sindicato dos Oficiais Maquinistas da Marinha Mercante) foram duas das alterações debatidas.

Durante a sessão de ontem à tarde, a segunda do Congresso, tinha sido aprovada na generalidade, a proposta de Estatutos da provavelmente chamada (de acordo com a proposta aprovada) Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional (C. G. T. P.-I. N.).

Como alternativa a esta proposta, ontem aprovada por maioria e que era subscrita pe-

la Comissão Nacional Organizadora do Congresso, havia uma outra da autoria do Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul. Na votação, sete cartões vermelhos apoiaram este documento.

A maioria dos representantes das organizações sindicais que intervieram nesta sessão fez a defesa da proposta apresentada pela C. N. O. C., embora em alguns casos se registasse um apoio crítico, com reserva para discussão mais aprofundada na especialidade, que esta manhã se iniciou.

Usando da palavra, Adalberto Ribeiro, do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul, afirmou que «para conseguir a unidade necessária dos trabalhadores e derrotar os seus inimigos de classe, é importante manter no nosso seio uma democracia não parlamentar».

E acrescentaria o mesmo orador: «Quando se põe em causa a Intersindical como Central Única, não devemos esquecer que foi ela quem defendeu, durante o fascismo, as conquistas e os objectivos dos trabalhadores portugueses. Por isso ela é hoje atacada.»

Função pública: debate continua em S. Bento

(Pág. 2)

Dois polícias mortos num subúrbio de Madrid

(Pág. 20)

(Mais notícias nas págs. 8 e 9)

20 PÁGINAS



Três mortos na Auto-Estrada do Norte

Esta madrugada, a cerca de dois quilómetros da Auto-Estrada do Norte, devido a uma ultrapassagem feita a alta velocidade, uma camioneta de excursão que se dirigia do Porto para Lisboa foi embater com a traseira de um camião, do que resultou a morte de três passageiros.

(Pág. 20)

Nacional

Política de A a Z

UM CONGRESSO



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Quem tem medo da função pública?

Com o Presidente da República a visitar o Algarve o Primeiro-Ministro a partir para Trás-os-Montes, ambos em visitas de trabalho; com o vice-presidente dos Estados Unidos, Walter Mondale, a assegurar-nos simpatia e apoio pelo telefone e Portugal a contar-se entre os dezassete países que assinaram em Estrasburgo a convenção contra o terrorismo, com a presença dos deputados portugueses na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e com a publicação, após um período de experiência semiclandestina, semiconsentida, de «O Milhafre» nos Açores; — e com tudo que exche as gazetas depois de ter jorrado da interrupta comunicabilidade dos telex — o facto dominante, o acontecimento relevante, o mais rico de imediato futuro, é o Congresso dos Sindicatos.

E ninguém terá regateado aplausos a Kalidás Barreto, sindicalista, militante socialista e que nas Constituintes tomou assento como representante do Partido Socialista, quando, após ter recordado que «é muito mais o que nos une do que o que nos divide», afirmou que: «Não é esta a hora própria para dissecarmos as discordâncias, antes é o momento exacto para darmos as mãos perante todas as ameaças, perante os perigos». E porque o Congresso dos Sindicatos se realiza num momento difícil, num momento em que importa examinar a comum experiência e escolher caminho, as palavras de Kalidás Barreto, recordando o que significa esta Constituição e o valor da participação dos trabalhadores, terão deixado funda impressão nos representantes de 272 sindicatos reunidos em assembleia incontestavelmente representativa. Recordou Kalidás Barreto: «Se hoje temos uma Constituição progressista devemos-lo menos ao parlamento que a discutiu e consagrou do que aos que nos campos, nas fábricas ou na sociedade se empenharam na sua dinâmica. Poder-se-á dizer que a Constituição Política da República Portuguesa foi verdadeiramente escrita pela vivência revolucionária dos trabalhadores portugueses apoiados nas suas estruturas de classe».

E nessa vivência revolucionária, sempre que o movimento dos trabalhadores enfrenta com consciência e com responsabilidade os problemas reais, ele é o intérprete do verdadeiro interesse nacional.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, falando com um dirigente do Sindicato dos Pescadores de Olhão, disse: «Os sindicatos devem ser fortes e defender os interesses dos trabalhadores, mas há necessidade de conciliar esses interesses com os interesses do País».

Os interesses do «País real» confundir-se-ão sempre com os interesses reais, históricos, das classes trabalhadoras. E é a decisão de reconstruir o País, de construir um «País novo» com esta Constituição, com este projecto nacional de institucionalização democrática e de avanço para uma sociedade sem classes, que vemos reafirmado na unidade e na força do Congresso dos Sindicatos.

O REGULAMENTO

Para o general Vasco Lourenço a anunciada suspensão do almirante Rosa Coutinho é regulamentar. Regulamentar, embora, inútil, porque o almirante Rosa Coutinho não estavam atribuídas funções de que conviesse ou fosse necessário suspendê-lo. Mas a lei é a lei. O regulamento é o regulamento. E em nome de um regulamento antigo, de espírito muito diferente daquele que deveria prevalecer numa Força Armada empenhada na construção de um Estado Democrático, vão sendo sancionados, ou apenas ameaçados, homens que deram a sua contribuição entusiástica ao «25 de Abril».

Os problemas são mais políticos do que regulamentares. Carecem de ser estudados politicamente. Não parece prudente, e não será justo, manter o afastamento de centenas de militares democratas, oficiais e sargentos, numa fase difícil do curso de transformação da sociedade portuguesa e da institucionalização democrática. A defesa da «Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974» tem que ser encarada a sério e sentimos que começa a generalizar-se a compreensão de que Revolução e Constituição se confundem. Defender a Constituição é defender a Revolução. Defender a Revolução é defender esta Constituição. Dela é garante o Presidente da República, não o esqueçamos. Mas não esqueçamos, também, que o general Ramalho Eanes como chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas precisa de um forte apoio dos militares democratas, que não pode deixar-se isolar pelos que, em nome dos princípios da hierarquia e da autoridade tradicional, não querem, no fundo, que o País avance e a Democracia se consolide.

O TERRORISMO

A assinatura, por Portugal, da convenção internacional contra o «terrorismo», coloca na ordem do dia o problema das centenas de acções terroristas que continuam sem esclarecimento e sem castigo. Não podemos viver na insegurança e na incerteza. O País precisa de saber quem organizou os actos de terrorismo, quem os apoiou, quem os facilitou, quem os pagou. O País precisa saber que projecto político o «terrorismo bombista» servia.

Já repararam que quando a questão do «bombismo» é esquecida, há pessoas que recobram voz no púlpito, na tribuna, nos jornais?

As centenas de trabalhadores da Função Pública, que ontem, tornaram repletas as galerias do hemicíclio de S. Bento, para assistir ao debate sobre o discutido diploma que os aumentou (sem os ouvir) em 15 por cento, não deram, certamente, o tempo como perdido.

O debate foi vivo e revelador. Por um lado demonstrou a grande fragilidade de argumentação e posições do Governo que estranha e ironicamente, teria na bancada C. D. S. o aliado mais resoluto. Com efeito, ainda soavam pelas galerias discretos aplausos à intervenção longa, lógica e inteligente de Lino Lima (deputado comunista, de Famalicão) e já Rui Pena (C.D.S.), um dos ferrenhos defensores da intervenção de Galvão de Melo contra os militares de Abril, erguia a voz para atacar «a concepção primária de oposição» e advogar um «conceito de oposição construtiva, civilizada...».

Assim, e antes que Costa Brás, ministro e Mário Aguiar, secretário de Estado da Administração Pública, tivessem a oportunidade de justificar o diploma do Governo, aí estava Rui Pena, apressado e arrogante, qual porta-voz do Conselho de Ministros, insinuando dúvidas sobre a legitimidade do debate e, quase esgotando a intervenção nos ataques ao Partido Comunista, acusando-o de «instrumentalizar» os trabalhadores.

Em jogo estava o Programa do Governo, que prometia «a elaboração com a participação das organizações representativas dos trabalhadores da Função Pública de alguns diplomas fundamentais» e entre eles «o regime geral de reclassificação e actualização dos vencimentos». Além desse

«compromisso político e moral», tinha o Governo como também salientou Lino Lima, o dever de respeitar a Constituição que nos seus Artigos 56 e 58, impunha ao Executivo a negociação dos aumentos com os representantes dos trabalhadores.

O deputado do P. C. P., ouvido atentamente pelas galerias e bancadas parlamentares, lembraria ainda os 50 anos de «domínio de um Governo despótico, que subjugou e vexou» aqueles trabalhadores, que esperavam, com o 25 de Abril, «ser iguais aos outros trabalhadores».

«O Governo não percebeu?... ou o Governo não quis perceber?... ou o Governo quis propositadamente, acintosamente, negar esses direitos com o fim de meter de novo os trabalhadores da Administração Central Local e Regional entre os velhos varais, de repor a velha canção do funcionalismo público, para o tornar submisso, temeroso e às ordens?» — perguntaria também aquele deputado, que lembraria, entretanto, «a triste e apagada vida do funcionário público do tempo do fascismo, sem direitos laborais, sem estímulo na carreira, sem perspectivas de promoção social».

Da bancada do P. S., o silêncio, interrompido apenas por duas interpelações infelizes uma de José Luís Nunes a Lino Lima, outra de Manuel Moura a Mário Pinto (P. S. D.). Este último deputado com base também na inconstitucionalidade da medida do Governo na quebra do compromisso assumido durante a discussão do Programa, faria uma intervenção brilhante e demolidora, deixando sem argumentos o ministro Costa Brás, que, antes, subira à

tribuna para dizer das razões do Executivo.

Não tom autoritário, Costa Brás fugiu às questões postas pelo P. C. P. e P. S. D. e criticou «as posições partidárias que ali sejam tomadas, sobrepondo-se às posições realísticas que o interesse nacional impõe e consente», para argumentar e defender o diploma contestado por assinaturas de mais de 60 mil trabalhadores da Função Pública, e prometer uma Reforma Administrativa e um novo Estatuto de Funcionalismo, ainda no corrente ano. Esta seria aliás a base da exposição de Mário Aguiar, secretário de Estado, que fugiria também às respostas pedidas na Assembleia.

A intervenção de Mário Pinto, a anteceder a do secretário de Estado, vincou bem não se tratar de um problema «formal» ou de «por menor» — ideia sugerida na intervenção de Rui Pena e dos membros do Governo — a questão de ouvir os sindicatos e do critério do próprio aumento estabelecido. Trata-se de discutir se é uma medida «constitucional ou inconstitucional» ou de aproveitar a oportunidade de na Assembleia da República analisar «a situação de desfavor dos funcionários públicos» cuja importância social destacou. A discussão, que se prolongou até cerca das 21 horas, deverá terminar durante a sessão de hoje, com possível votação do requerimento do P. C. P., que sujeita a ratificação o diploma do Governo.

ROSA COUTINHO

Antes da ordem do dia, salientaram-se as intervenções de Severiano Falcão, que se referiu à actual

situação no sector das pescas, defendendo o papel dos sindicatos e sua competência nas escalas de embarque. Credenciais e inscrição marítima, e a carta de Rosa Coutinho ao presidente da Assembleia pondo-se à disposição dos deputados «para responder publicamente à catadupa de atoardas e calúnias com que quase diariamente venho sendo enxovalhado, tendo absoluta confiança de que, do esclarecimento, discussão e confronto, que certamente ocorrerão, não sairão diminuídos nem a minha dignidade, nem o prestígio das Forças Armadas».

O antigo membro do Conselho da Revolução, referia-se à intervenção de Galvão de Melo e lamentava que «um militar, embora na reserva, se permita abusar da liberdade de expressão que lhe é facultada, para fazer a respeito de outros militares insinuações torpes, incluindo a suspeita de alta traição».

Rosa Coutinho não pode, porém, falar no homicídio. Assim o referiu o vice-presidente António Arnaut, invocando o regimento, e adiando que apenas as comissões especializadas poderão ouvir aquele prestigioso militar.

De assinalar ainda o voto de pesar e protesto apresentado por Francisco Miguel (P. C. P.) contra o «bárbaro assassinato de vários democratas espanhóis» ocorrido há dias em Madrid. Apenas o deputado do C. D. S., Cunha Simões se manifestou contra. Os restantes votaram e aplaudiram a iniciativa de manifestar às forças democráticas e antifascistas de Espanha a solidariedade do Povo Português.

E. A.

Sector dos refrigerantes contra "Coca-Cola"

Os empresários e os industriais do sector de bebidas estão preocupados com a autorização dada pelo Governo para o fabrico de «Coca-Cola» em Portugal, reafirmando assim idêntica atitude assumida pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Bebidas, o qual, num dos seus últimos comunicados, assinalava o facto de com tal autorização ficar ameaçado todo o sector de bebidas, estar à vista a falência da grande maioria das 96 empresas do sector com o «consequente» arrastamento para o desemprego de mais alguns milhares de portugueses.

A Associação dos Industriais de Refrigerantes e Sumos de Fruto, ao tomar aquela posição, marcou para o próximo dia 4 de Fevereiro uma assembleia geral com vista a decidir drasticamente sobre a questão, tendo num dos seus pontos da ordem de trabalhos o despacho de 14 do corrente do secretário de Estado da Indústria Ligeira que autorizava a criação e implantação em Portugal da multinacional da «Coca-Cola Europe», enquanto o sindicato dos trabalhadores daquele sector chama a atenção para o agravamento

da dependência económica do País em relação ao estrangeiro e do fomento de consumo de um produto supérfluo, quando se recomenda austeridade e as nossas divisas já escasseiam para a compra de bens essenciais.

Tema de «escaldante polémica», a autorização da implantação da «Coca-Cola Europe» em Portugal foi desencadeada pelo advogado Abran-

ches Ferrão, homem que conduziu todo o processo conducente à produção de «Coca-Cola» no nosso país e que afirma que não será aquele produto que «produzirá alterações naquele sector».

Sobre aquele produto, confectionado à base de cafeína sintética e ácido fosfórico, a posição da Associação Nacional dos Industriais de Refrigerantes e Sumos é a de que

o Governo, ao conceder tal autorização, não defende os interesses das pequenas e médias empresas que constituem o grosso do sector. Aquela Associação mostra-se ainda surpreendida com «todos os golpes de teatro» que envolveram o processo e a autorização de instalação da «Coca-Cola Europe» em Portugal, estando agora a estudar as formas de luta a aplicar perante a «gravidade que a situação requer».

Municípios faltaram na Câmara do Porto

PORTO, 28 — Durante a primeira sessão pública da Câmara Municipal do Porto, realizada na tarde de ontem, notou-se a ausência dos municípios. Assim, no período destinado a ouvir a população ninguém usou da palavra.

O presidente da Câmara, Eng.º Aureliano Veloso referiu-se aos assuntos que irão ocupar, prioritariamente, a verificação. Entre eles conta-se o problema da habitação.

O plano para 1977 (já aprovado) mereceu algumas considerações por parte do dr. Raul de Castro (FEPU). A propósito, frisou que se não deve simplesmente formalizar a apresentação de um documento que procura equilibrar as receitas com as despesas. Há necessidade — sublinhou — de ter em conta as carências da população e que se tem de estudar a maneira de ultrapassar o problema das receitas insufi-

cientes para o rol enorme das necessidades. Assim, preconizou uma estreita colaboração com as populações e as suas organizações de base e defendeu o princípio da autonomia administrativa e financeira da câmara.

Antes de encerrar a sessão, o presidente informou que vai ser pedida a colaboração da população para uma ampla campanha de limpeza da cidade.

post-scriptum

Direito à sobrevivência

Um resistente antifascista sobrevivente do Campo de Concentração do Tarrafal, com dez anos de trabalhos forçados e três em Peniche (apesar de ter sido apenas condenado a prisão correcional em 1943 pelo tribunal militar de Santa Clara em 1934), escreve-nos para expor a sua situação: para a sua sobrevivência e de sua mulher conta apenas com a exigua reforma de dois mil escudos...

Pretende um emprego que lhe permita viver com um mínimo de dignidade, visto contar 65 anos ainda sólidos, possuir razoável cultura geral, conhecimentos de relações públicas e prática comercial. O nosso leitor, José Tavares de Almeida, residente na R. Mouzinho de Albuquerque, 23-A, 1.º Dt.º, Damaia, Amadora, apela por nosso intermédio aos antifascistas portugueses e aos nossos leitores em geral para que lhe seja facilitada a sua pretensão.

Aqui fica o pedido, a todos os títulos justo e humano. Não é nossa prática corrente fazer-mo-nos eco de apelos deste género. Mas este caso é uma excepção que se impõe.

O abade de Lamadarcos vive ainda no passado

Há aproximadamente um mês, quando me encontrava à saída da povoação de Lamadarcos, onde resido, à espera de transporte para a cidade de Chaves, juntamente com outras pessoas da mesma terra, apareceu um tal sr. «Manuel», também daqui natural, que veio ter comigo e me disse isto mais ou menos: «Olá lá, porque é que trataste mal a minha mãe?» Respondi-lhe que não sabia de que é que ele estava a falar, que com certeza o tinham informado mal, no que fui corroborada por uma das pessoas ali presentes (por sinal, o regedor da terra).

Esta troca de palavras decorreu junto à residência do sr. prior, e este, apercebendo-se da alteração, dirigiu-se ao local e aconselhou o tal «Manuel» a escrever uma carta (não se sabe a quem) dizendo que eu e o meu marido éramos «comunistas». Perante aquele desafio, afastei-me dali e fui esperar a camioneta para outro local.

Ocorreu perguntar: será que o senhor abade ainda sonha com o passado?

Será que me quer processar em tribunal como processou o meu marido quando este, muito justamente, lhe reclamou os santos da nossa Igreja que ele tinha vendido, sem que o povo fosse consultado?

Será que o senhor abade desconhece que o Partido Comunista é um partido legal, com assento na Assembleia da República?

Para sossego da sua alma apostólica, pode estar certo de que nem eu, nem o meu marido, somos comunistas. Dito isto, também pode ter a certeza de que não temos medo das suas ameaças. O senhor abade julga que o tempo parou e vive ainda no passado.

Como sabe, vamos à missa que o senhor celebra na Igreja onde estão os santos que negociou, vendo-se depois obrigado, quando lhe pediram contas deles, a repô-los à pressa.

Senhor prior: deixe lá a nossa gentinha em paz com essa história dos «comunistas» que comem crianças (toda a gente se ri de si — até os reacçãoários — quando se põe com essas maluquices). Fique descansado que ninguém lhe tira os bons prédios que lhe demos, com o nosso trabalho sacrificado.

Sou uma mulher simples, de poucas luzes, mas não quero deixar de terminar esta minha carta sem um apelo aos bons e honestos portugueses e portuguesas para que se unam e não tenham medo dos comunistas e muito menos de ameaças como as do abade de Lamadarcos. Só unidos, com o esforço de todos, é que podemos contribuir para a consolidação da nossa democracia.

Maira Catarina de Jesus Salgueiro
— LA MADARCOS (Chaves)

As boas maneiras como base do entendimento comum

O homem, em sociedade, é pelas boas maneiras que capta a simpatia de outrem e dá considerável contributo para a harmonia colectiva.

Sei que uma pessoa está, por vezes, aborrecida com coisas da vida própria e não consegue velar a sua má disposição no contacto alheio. Mas vale a pena o sacrifício de ocultar o seu aborrecimento eventual, transformando momentaneamente a severidade e a aspezeza do trato, que naturalmente exteriorizaria, num acolhedor sorriso, ainda que forçado, na suavidade de uma palavra de compreensão.

Se todá a gente avaliasse o poderoso efeito desta atitude no seu meio ambiente, e os reflexos vantajosos que lhe acarretaria esse invariável procedimento, facilmente se esqueceria do que a aborrece de vez em quando, só de lembrar-se do que pode sempre proporcionar-lhe prazer, por o proporcionar aos demais.

Álvaro da Silva e Sousa
— PORTO

SEVÍCIAS OU NÃO SEVÍCIAS

ABEL M. OLIVEIRA

O Relatório da Comissão de Averiguação de Violência Sobre Presos Sujeitos às Autoridades Militares, vulgarmente conhecido por «Relatório de Sevícias», veio, sem dúvida, produzir o gáudio da contra-revolução, localizado, como se encontra, numa época em que o julgamento dos pides é realizado de forma a provocar veemente repúdio pelas decisões judiciais, as quais parecem terem impressionado, sem excepção, a própria Assembleia da República; em que surge um pedido de demissão do Presidente da Comissão de Extinção da PIDE/DGS, motivado pela publicação da lei n.º 1/77; em que se verifica a readmissão, em empresa industrial, de legionários saneados que tinham pertencido, ao que parece, a uma das secções mais tenebrosas da organização fascista LP «Frente Automóvel de Choque» (FAC).

Afastado destes últimos factos, o relatório não só perderia muito do seu valor político como deixaria de merecer as atenções de quantos sobre ele se debruçam, atentos às manobras contra-revolucionárias. Menor importância política, esclareça-se, não significaria, todavia, que constituísse documento apenas para esquecer.

Não são visados, na generalidade, oficiais das F.A.s. que ficarão na História de Portugal com o seu nome ligado ao maior dos acontecimentos nacionais dos nossos tempos, o derrube do regime fascista, que não do fascismo, como está a ver-se, em 25 de Abril de 1974.

Aos menos atentos poderá parecer que qualquer destes factos aparece de per si, desligado de um conjunto, mas pode efectivamente não ser assim.

Seria demasiado acaso que factos soltos pudessem surgir com o aspecto de coordenação dada por uma força certamente oculta, quanto ao conhecimento legal das coisas, mas evidente, quando relacionado tudo isto acontecido num prazo relativamente curto, sem falar no bombismo que poderá até não andar muito distanciado de alguns acontecimentos referidos.

A (in)oportunidade do relatório parece estar à vista, dando, num momento de clara dificuldade na regência dos destinos do país, ânimo àqueles que não perdem a oportunidade de atacar dentro e fora de fronteiras.

Pode bem ter acontecido que estas averiguações tivessem sido determinadas por um largo espírito democrático, no qual cabem mesmo as ameaças dos antidemocratas, mas seria necessário ver-se em que medida tais reclamações não eram já um passo da luta contra a democracia, na certeza de que, por menor que fosse o efeito, algum havia de ser produzido no sentido de manchar a Revolução.

O regresso ao «antigamente» é buscado por infinitas formas e meios, sendo um deles realizar diligências e insistir contumazmente para que haja uma comissão, (sem representação dos alvejados) que num halo de honestidade seja posta a funcionar, podendo depois dar-se largas, como é costume, à inventiva, manchoando e perturbando os que continuam a desejar que o fascismo não volte a imperar em Portugal.

Com malévolo aproveitamento de intenções honestas podem atingir-se objectivos desonestos e, porventura, contrários até às vontades e interesses daqueles que são postos a funcionar. E o relatório, tal como apresenta os factos, omitindo autores — excepto

quanto ao almirante Rosa Coutinho — cujo nome aparece sem que se possa sequer saber onde começa e acaba a sua actuação, de que natureza é, e em que consistiu — deixando em suspenso explicações, desafia conjecturas e permite que se lance sobre pessoas e organizações malévolos boataria, calúnia, etc.

Normalmente, ao ler-se um relatório, procura-se saber quais os objectivos de quem relata, pois raramente se descrevem factos por descrever, ainda que no âmbito da literatura.

Quem relata geralmente diz no início do relatório qual o objectivo a atingir, para que serve o relatório, isto é, que ponto de partida representa, que vai fazer-se com ele. E este diz logo numa das suas primeiras páginas que o seu objectivo teria sido conseguir uma visão geral do que se passou. E esta a expressão: «A comissão conduziu as suas averiguações não tanto com o propósito de esclarecer na máxima profundidade as queixas concretas que lhe foram chegando, bem como as de que foi tendo conhecimento, mas principalmente por forma a conseguir uma visão geral do que se passou, em matéria de prisões, nas datas mais significativas, de todos conhecidos e em certas unidades ou estabelecimentos militares».

Conseguir a visão geral do que se passou é finalidade que não se coaduna com o objectivo «averiguação de violências sobre presos sujeitos às autoridades militares».

Uma visão geral dariam os que não prosseguissem um fim determinado como o cometido a esta comissão.

De resto, violências sobre presos constituem factos certos que impõem o conhecimento de quem os sofre e de quem os pratica.

Ora, como o relatório diz, «merece menção especial o facto de só muito raramente aparecerem indicados no relatório os nomes dos intervenientes nos factos, quer queixosos, quer acusados ou outros. A Comissão considerou desde início que a divulgação pública das identidades daqueles a quem se atribuem responsabilidades por atropelos verificadas é matéria de extremo melindre, dada a fase prévia desta indagação, só se justificando depois de apurada e reconhecida definitivamente pela autoridade judicial ou disciplinar competente. Prejuízos irreparáveis de ordem pessoal poderiam resultar de diferente atitude, além de uma pernicioso influência na isenção dos que tiveram de julgar. Quanto às vítimas, entendeu-se que a divulgação da sua identidade poderia ofender sentimentos de pudor e desrespeitar o resguardo da devassa pública dos actos que as ofenderam».

Como se vê no relatório há factos e, embora raramente, algumas referências a nomes. Perguntar-se-á porquê não houve um único critério em relação a todos os intervenientes e, quanto a uns se cita o nome e quanto a outros se omite? Porquê aparecem alguns, ainda que raramente? Estará certo?

Mas há mais. Não se referem os nomes dos responsáveis mas refere-se os órgãos ou os organismos. Não se compreende também este procedimento dado que, por exemplo, para toda a gente, falar do COPCON é falar de Otelio Saraiva de Carvalho ou pelo menos levantar um véu para que toda a gente ali o veja relacionado com os factos em menção.

Falar de Polícia Militar é igualmente falar de um outro oficial que tivesse tido a responsabilidade da sua actuação.

E talvez não apenas deste como de outros seus colaboradores.

É gato escondido com o rabo de fora.

Vistas as coisas ainda por outro ângulo, não se compreende, doa a quem doer e seja quem for, que as acções não sejam logo dadas a conhecer quanto aos seus sujeitos activos e passivos.

Quem se apresenta a formular uma queixa não pode ver os seus sentimentos de pudor ofendidos porque depois aparece o seu nome ligado aos próprios factos da queixa. A entender-se assim nunca um queixoso estaria em audiência pública no Tribunal nem os jornais teriam o direito de relato dos factos para examiná-los a apresentá-los nas suas colunas, com indicação das pessoas que os sofrem. Por outro lado, quanto aos autores, bem melhor seria que logo fossem identificados e se esclarecesse a relação de ordem pessoal entre eles e os factos do que deixá-los numa situação em que só não podem desde já tomar uma posição de confissão ou negação, de explicação, de defesa, etc.

No domínio factual verifica-se autêntica desintegração dos factos para examiná-los a distância do clima em que aconteceram. Vivia-se um tempo em que dum lado se alinhavam todos os que pretendiam que a Revolução não percesse; do outro lado os que empregavam todos os esforços, como ainda empregam e agora com mais ânimo, para destruí-la. As estruturas eram as de antes do 25 de Abril e os organismos oficiais não reagiam, as instituições não funcionavam.

Alguém havia de tomar medidas e ninguém mais indicado do que um próprio soldado da Revolução para defendê-la e defender-se.

Ao que parece, essas medidas foram as mínimas indispensáveis para tal fim mas desentranhadas do contexto tomam outra feição na verdade empolada no relatório.

No domínio legal, vê-se no relatório: «ponto diferente — e mais importante — está em saber se as prisões eram ordenadas com base em suspeitas fundamentadas da prática de um crime previsto nas leis penais vigentes, se os detidos eram interrogados em prazo curto após a prisão e instruídos os seus processos...»

Ora por aqui se vê que a análise feita dos factos pressupõe o aparelho judiciário e meios processuais de que a Revolução não dispunha. Isto independentemente de terem ou não sido cumpridas as formalidades legais, questão que configura um outro aspecto que de momento não apreciamos, pois não estamos a fazer nem a defesa nem a acusação dos supostamente alvejados pelo relatório, mas apenas a frisar algumas das impressões que se colhem ao lê-lo. Procurar a previsão penal nas leis vigentes significa procurar a lei segundo a qual se fez o 25 de Abril já que deve ser a mesma que serviu para fazê-lo que servirá para defendê-lo.

Mas a pergunta inicial ressurge: violências ou não violências? O Relatório da Comissão de Averiguação não foi o único

documento que veio à luz sobre as actuações seguintes ao 25 de Abril. Na revista da Comissão Internacional de Juristas n.º 15 de Dezembro de 1975 num trabalho intitulado «PORTUGAL — A REVOLUÇÃO E O SISTEMA JURÍDICO» — faz-se uma tão ampla apreciação jurídico-penal da Revolução, que não podemos deixar de considerá-lo também um relatório. Neste se diz: «A quase completa ausência de violências foi uma faceta notável desta prolongada luta pelo poder. Nem na altura do derrube do anterior regime, nem após esse período se verificaram represálias sangrentas ou qualquer detido foi executado.»

«Continuou a não haver qualquer violência pessoal apesar dos golpes directistas de Setembro de 1974 e de Março de 1975, não obstante os frequentes comícios, manifestações e com transe manifestações que poderiam ter desencadeado alguma violência...» «Esta ausência de violência é extensiva também às forças de segurança do COPCON, organização militar de segurança comandada pelo general Otelio Saraiva de Carvalho. Presos e detidos, incluindo membros da ex-polícia política, a PIDE, foram tratados correctamente sem tortura ou maus tratos aquando dos interrogatórios ou durante a prisão, constituindo isto um recorde favorável em comparação com as consequências dos golpes militares em muitas partes do mundo, e mais adiante continua: «os interrogatórios não são intoleravelmente prolongados (um período máximo de seis horas está estipulado e tem sido observado) e pressões físicas ou psicológicas não são empregadas.»

«Parece claro que, ao mais alto nível, foi tomada a decisão de proibir todas as formas de tortura, e que foram dadas nesse sentido instruções rigorosas.»

«Como resultado disto constatou-se uma ausência quase completa de queixas por parte dos presos, das famílias ou dos advogados. As excepções são alegações de maus tratos feitos por membros do partido maoísta, MRPP, da extrema-esquerda, aquando da detenção de cerca de 500 militantes em Maio de 75, foram investigadas cuidadosamente pelo sr. Marc de Kock, Presidente da Liga Belga para a Defesa dos Direitos do Homem, durante a sua visita a Portugal em Julho passado. Mostrou-se satisfeito pelo facto de as autoridades prisionais não usarem métodos para manter a ordem desproporcionados em relação à atitude de revolta permanente adoptada pelos detidos.»

Referiu mesmo que as autoridades belgas usariam com certa de maior severidade.

Afinal, houve sevícias? Não houve sevícias? Sobre quem? Praticadas por quem? Quais? E em que condições relativamente ao momento e à época?

Os que se julgam alvejados pelo relatório, segundo a ousada e, a vários títulos meritória conferência de imprensa dos seus advogados, declaram que nunca fugiram às suas responsabilidades e assumem-nas até ao fim. O almirante Rosa Coutinho pediu o seu próprio julgamento em Conselho Superior da Disciplina da Armada — o que significa querer ver definidas as suas responsabilidades, se as tiver, para as assumir.

Parece dever desfazer-se a «suspenção» criada que não ajudou a Revolução.

PUB

SINDICATO DOS CAPITÃES, OFICIAIS PILOTOS, COMISSÁRIOS E RADIODÉRICOS DA MARINHA MERCANTE

REUNIÃO GERAL DE SÓCIOS

CONVOCATÓRIA

Efectua-se no próximo dia 2 de Fevereiro, quarta-feira, pelas 20.30, na sede do Sindicato — Praça de D. Luís, n.º 9, 1.º, D., em Lisboa — uma Reunião Geral de Sócios, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO — Escalas de embarque, credenciais e declarações para concessão de inscrição marítima.

Lisboa, 25 de Janeiro de 1977

A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

MOÇÃO

Os trabalhadores Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, no Cova da Piedade, em 22 de Janeiro de 1977, saúdam calorosamente a realização do Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade de todos os trabalhadores portugueses e desejam os maiores êxitos nos trabalhos para fortalecimento e reforço do Movimento Sindical Unitário, derrotando definitivamente as pretensões divisionistas dos intitulados «democratas» da chamada «Carta Aberta».

(Aprovada com uma abstenção)

Barreiro, em 27 de Janeiro de 1977

A DIRECÇÃO

CARNAVAL

ALGARVE desde	1.880\$00
MADEIRA desde	3.340\$00
LONDRES desde	4.800\$00
NICE desde	5.780\$00
PARIS desde	6.150\$00

PEÇA-NOS PROGRAMAS DETALHADOS

BUISSON VIAGENS

Rua Braamcamp, 15-D Lisboa

Tels. 56 09 75-4 04 68-4 04 59

UMA AGÊNCIA MODERNA COM MAIS DE
50 ANOS DE EXPERIÊNCIA

EXTERNATOS

MARQUÊS DE POMBAL
Rua Morais Soares, 93
Tel. 82 02 21 / 83 46 58

ALVARES CABRAL
Avenida Grão Vasco, 1
(Benfica) Tel. 70 69 74 - 5

PREPARATÓRIO-LICEAL

(GERAL E COMPLEMENTAR)

ADM. UNIVERSIDADE

(EXAMES «AD HOC» — Maiores de 25 anos)

PREPARAM-SE DENTADURAS

em 30 minutos e executam-se placas com perfeição e rapidez, Av. Almirante Reis, n.º 125-2.º, Esq.º, defronte à saída do metro de Arroios, todos os dias úteis e sábados das 9 às 13 e das 15 às 20 horas.

PUB

CARLOS

Prepara-te para a festa. Com espumante para brindar OS AMIGOS.

Geral

SOUTO CRUZ NO "AMERICAN CLUB"

N.A.T.O. e descolonização em foco

Souto Cruz, chefe do Estado-Maior da Armada, discursou ontem no «American Club» sobre «a posição geográfica e estratégica de Portugal e o seu contributo para o mundo atlântico». Presentes ao animado repasto, entre outros convidados, o general Galvão de Melo e o almirante Sarmiento Rodrigues. Para além do tema N. A. T. O., destacado na intervenção do C. E. M. A., a descolonização foi também motivo para algumas considerações. Quanto à N. A. T. O., Souto Cruz sublinhou o importante papel que, na sua opinião, Portugal pode desempenhar dentro deste bloco político-militar. É assim que «com os barcos de que dispomos estamos a fazer o melhor possível para participar nos exercícios da N. A. T. O.», segundo destacou Souto Cruz acrescentando que, pelo seu lado, pensa que não há «mais lugar para guerras mundiais». Daqui transitou para uma evocação do espírito de Helsínquia, que «ainda não foi posto em acção», e rematou dizendo que o nosso país está na disposição de dar o seu melhor contributo para uma maior compreensão entre todas as nações.

No que se refere à descolo-

nização, tema certamente valorizado pela presença de Sarmiento Rodrigues e Galvão de Melo, o C. E. M. A., respondendo a perguntas, manifestaria a sua solidariedade «com o que os povos de Angola e Moçambique estão a sofrer presentemente» não deixando, no entanto, claro, se se referia às agressões de que são vítimas por parte de forças ligadas ao imperialismo, como as da África do Sul e da Rodésia. Lamentou ainda que, em 1974, «já não tivéssemos outra solução», isto porque «não sabemos seguir, no início da guerra colonial, uma outra política e dado

uma certa autonomia a esses territórios» (o sublinhado é nosso). «Se não tivéssemos prosseguido um sonho que não era realista, atendendo à situação, talvez se tivesse evitado o muito sofrimento» — disse o almirante Souto Cruz —, apesar de tudo, rejeitaria a ideia de serem apontados «responsáveis» individualmente pelo «infeliz» desfecho que, quanto a si, teve a descolonização.

Os presentes processos na Armada contra elementos do 25 de Abril não foram evocados no discurso.

AFRICA AUSTRAL

Ian Smith decreta mobilização

O Governo rodésiano, prevendo um incremento na actividade das guerrilhas ao longo da frente de combate, ordenou

hoje a mobilização de todos os reservistas para tempo de guerra. Efectivamente, o ministro rodésiano da Defesa, Reg

Cowper, disse num discurso transmitido pela Rádio e Televisão que a partir do próximo mês de Fevereiro não poderiam ser isentos do serviço militar os homens válidos com a idade compreendida entre os 25 e os 38 anos. Cowper disse ainda que todos os cidadãos dos 38 aos 50 anos poderão, em caso de necessidade, ser chamados para o serviço militar. Esta nova medida, que é encarada como uma mobilização geral, afectará directamente cerca de 50.000 rodésianos brancos. Até agora apenas os rodésianos com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos cumpriam serviço militar obrigatório, embora os reservistas fossem periodicamente chamados.

O U A PROPÕE FORÇA PAN-AFRICANA

O secretário-geral da Organização da Unidade Africana (O.U.A.), William Eteki-Mboumoussa, segundo notícias procedentes de Lusaca, propõe a criação de uma força pan-africana de Defesa para fazer frente à opressão dos Governos minoritários brancos da África Austral.

Conversando com correspondentes ocidentais, Eteki declarou que ia aventar essa ideia na reunião do Conselho

de Defesa da O.U.A. que se efectua em Lusaca na próxima semana.

O principal objectivo dessa força seria impedir as incursões rodésianas em Moçambique e possivelmente também no Botswana, bem como os ataques sul-africanos ao sul de Angola.

DIPLOMATA NEGRO DOS E. U. A. INJURIADO

A Embaixada dos Estados Unidos em Pretória declarou que vai protestar junto do Governo sul-africano contra a recusa do chefe de criados de um restaurante em servir um diplomata negro-americano.

Joseph Segara, consul encarregado dos Assuntos Consulares, foi ontem convidado, em Joanesburgo, a abandonar um elegante restaurante francês pelo «maitre d'hotel», que o informou de que o estabelecimento não tinha licença para servir negros. «Foi um episódio canhestro e embaraçoso. Achei tudo aquilo horrível» — comentou o diplomata.

Fontes da Embaixada americana declararam que os diplomatas negros são normalmente tratados como «brancos honorários» e não são sujeitos ao «apartheid».

Rocha Vieira na Madeira

FUNCHAL, 28 — O general Rocha Vieira, que desde ontem se encontra na Madeira, desembarcou nesta ilha com algumas horas de atraso em relação ao programa, devido ao forte nevoeiro que obrigou que o aeroporto ficasse fechado ao tráfego durante parte do dia.

A chegada, Rocha Vieira disse que esta visita se integrava na série de deslocações que o chefe do Estado-Maior do Exército vem fazendo às re-

giões militares do País.

Para análise directa dos problemas locais com implicações político-militares e esclarecimento dos militares que aqui prestam serviço, o C. E. M. E. deverá contactar as unidades militares do arquipélago durante dois dias.

Ainda ontem, Rocha Vieira teve uma reunião de trabalho no Q. G. do Funchal, estando prevista para hoje uma deslocação ao Porto Santo.

NOTA OFICIOSA

Vencimentos e pensões

O Ministério das Finanças tornou pública a seguinte nota oficial: «Os vencimentos de grande número de funcionários no activo e do Quadro Geral de Adidos, bem como as pensões dependentes do Ministério das Finanças, são processados por via mecanográfica.

Neste princípio de ano, em virtude de uma anormal convergência de factores perturbadores — nomeadamente, a inclusão de novas diuturnidades, a modificação total das classificações orgânicas e a tardia comunicação das condições de aumento de vencimentos — não foi materialmente possível evitar, em alguns casos, atrasos em relação às datas habituais de processamento.

Os serviços mecanográficos do Ministério das Finanças têm vindo a trabalhar activamente na resolução dos

problemas e esperam completar até ao fim da semana todos os processamentos de vencimentos e pensões porventura ainda pendentes.»

TRIBUNAL CIVIL

DA COMARCA

DE LISBOA

4.ª Vara

ANUNCIO

Na Acção Ordinária n.º 6149 que Carlos Gabriel, casado, comerciante, residente na Av. dos Aviadores, em Alcácer do Sal, move contra FRANCISCO SANTOS, casado, agricultor, com última residência conhecida na R. Cidade do Lobito, 267-2.º Esq., nos Olivais Sul - Lisboa, ora ausente em parte incerta, e mulher, é aqui réu citado para no prazo de VINTE dias que começa a correr depois de finda a dilatação de TRINTA dias, contada da data da segunda e última publicação do anúncio, contestar o pedido do autor que pretende que os réus sejam condenados a pagar-lhe as quantias de Esc. 192.000\$00, proveniente do fornecimento de 240 sacos de pesticida e Esc. 200.000\$00, saldo em dívida pela concessão de um financiamento feito pela Sociedade Industrial de Vila Franca ao réu e pago pelo autor e bem assim em Esc. 25.266\$70 de juros vencidos e nos vencidos à mesma taxa de 5 % até integral pagamento, Esc. 242\$00 de despesas de protesto, custas e encargos devendo ainda na contestação o réu declarar se confessa ou nega a firma aposta em duas letras. O réu é ainda notificado para no prazo de OITO dias, finda a dilatação acima indicada, se pronunciar sobre o pedido de intervenção principal provocada da Sociedade Mercantil e Industrial, Lda, com sede na R. Infante D. Henrique, 75-1.º, no Porto, requerido pelo autor.

Lisboa, 21 de Janeiro de 1977

O CORREGEDOR-ADJUNTO.

(Fernando Heitor Barros de Sequeiros)

O ESCRIVÃO DE DIREITO.

(Jaime da Cruz Calha)

PUB

TRIBUNAL

DE FAMÍLIA DE LISBOA

4.º JUÍZO

1.ª SECÇÃO

1.ª Publicação

ANUNCIO

FAZ-SE saber que neste juízo e Secção nos autos de Acção Especial de Divórcio Litigioso que, FERNANDO VICENTE LOURENÇO AMBROSIO, move contra MARIA FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS, ausente em parte incerta, com última residência conhecida na Rua Sacadura Cabral, 105, r/c, Esq.º, em Cruz Quebrada, correm editos de TRINTA DIAS, contados da 2.ª E ÚLTIMA PUBLICAÇÃO DESTE ANUNCIO, CITANDO A RÉ. Para no prazo de VINTE DIAS, findo o dos editos, contestar, querendo, o pedido que consiste em ser decretado o divórcio, com fundamento na alínea h) do art.º 1778.º, do Código Civil.

Lisboa, 22 de Janeiro de 1977

O JUIZ CORREGEDOR.

João Carlos Leitão Beça Pereira

O ESCRIVÃO DE DIREITO.

Manuel d'Oliveira Martins

PUB

centro português de cinema CONVOCATÓRIA

Em 2.ª convocatória, é convocada a Assembleia Geral Extraordinária deste Centro, para se reunir no próximo dia 7 de Fevereiro, 2.ª feira pelas 21 horas, na sede social, Rua João Saraiva, n.º 13, 4.º andar em Lisboa, com qualquer número de sócios, e com a seguinte ordem de trabalhos:

a) Informações

b) Eleição de uma Comissão Directiva

c) Discussão e aprovação do Regulamento Interno

O Presidente da Mesa da Assembleia
Rogério Ceitil

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

AVISO AOS SENHORES CONSUMIDORES DE ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA

Por imperiosa necessidade de trabalhos de remodelação na rede dos Serviços Municipalizados, avisam-se os senhores consumidores de que o fornecimento de energia eléctrica será interrompido no próximo dia 30 (Domingo) das 8 às 13 horas, nas seguintes localidades:

PRIOR VELHO — SACAVÉM

Este corte afectará o abastecimento de água às povoações em causa.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES, 26 DE JANEIRO DE 1977.

O Engenheiro Director Delegado — Casimiro Martins Neves Cabaço.

Anulado projecto de criação da Faculdade de Pedagogia

O projecto da criação de uma Faculdade de Pedagogia na Universidade de Lisboa, acaba de ser anulado. Com efeito, por determinação do Conselho de Ministros, foi revogado o diploma que criou a Faculdade de Pedagogia da Universidade de Lisboa, em 19 de Fevereiro de 1976. Considerou o Conselho de Ministros que o referido projecto de escola funcionava em sobreposição às Faculdades de Letras e Ciências e que é inconveniente instituir mais organismos que entre si se sobreponham.

Ainda no Conselho de Ministros foram tomadas deliberações sobre as habilitações dos docentes dos estabelecimentos de Ensino Particular e do Instituto Técnico de Formação Intensiva do Porto. Assim, informa o texto do Conselho de Ministros: «No sentido de se estabelecerem regras conducentes a um funcionamento eficaz do ensino particular que depende, em grande parte, da qualidade e competência dos docentes, o Conselho de Ministros aprovou um decreto que regulamenta as habilitações dos docentes de Ensino Particular». Quanto ao Instituto Técnico de Formação Intensiva, informa o texto: «Considerando que os cursos de 'Direcção e Gestão de Empresas', 'Secretariado e Assistentes de Direcção' e 'correspondentes em línguas estrangeiras e tradutores-interpretres' do Instituto Técnico de Formação Intensiva, do Porto, são ministrados em escolas adequadamente equipadas por pessoal docente qualificado», o Conselho de Ministros resolveu oficializar os diplomas dos referidos cursos.

FACULDADE DE CIÊNCIAS

A propósito de um comunicado emanado do Conselho de Gestão da Faculdade de Ciências em que este relatava os acontecimentos que levaram à sua demissão, o M. E. I. C. emitiu um esclarecimento contestando que tivesse havido pressões por parte do Ministério em relação ao C. de Gestão.

Sublinha: «O ex-Conselho de Gestão mantinha posição pública de que só aceitava deliberações da Assembleia Geral da Escola como 'normas' para a sua actividade da gestão da escola.»

«Face à gravidade desta situação», aponta o esclarecimento do M. E. I. C., «a Direcção-Geral do Ensino Superior convocou os membros do corpo docente daquele Conselho de Gestão a fim de que, inequivocamente, esclarecessem a sua opção, enquanto ci-

dadãos e trabalhadores integrados no M. E. I. C. E não foram convocados os trabalhadores não docentes igualmente membros do referido ex-Conselho por haver conhecimento de que os mesmos haviam apresentado o seu pedido de demissão. Quanto à não convocação dos estudantes ela não se fez por estes não se encontrarem sujeitos a nenhuma regulamentação funcional.»

Comenta o M. E. I. C. que, face à posição do ex-Conselho de respeitar sobretudo as decisões da Assembleia de Escola pelo que recusará leis que vão contra essas deliberações, aquele ex-Conselho terá de aceitar «a responsabilidade de tal tomada de posição e das consequências que daí adviriam», pois que o M. E. I. C. — e nisso é peremptório o esclarecimento — não pode permitir, no cumprimento das suas obrigações legais e políticas, que departamento ou pessoas na sua dependência se possam 'rebelar' contra a autoridade democrática das leis.

Pelo que, conclui o M. E. I. C., «a opção de apresentarem o seu pedido de demissão foi a saída sensata que os membros do ex-Conselho de Gestão da Faculdade de Ciências de Lisboa acharam por bem tomar». Segundo o esclarecimento, «não pode resultar nunca de qualquer 'chantagem' em que apenas é posta a alternativa ou cumprimento da lei, ou sujeição às consequências do incumprimento».

PSICOLOGIA

O Sindicato Nacional dos Profissionais de Psicologia congratula-se «com a institucionalização do ensino superior de Psicologia no quadro da Universidade Portuguesa».

Congratula-se ainda o Sindicato com o facto de o M. E. I. C. ter consagrado ao nível da lei uma das mais caras reivindicações do 1.º Encontro Nacional dos Profissionais de Psicologia — a autonomia científica, pedagógica e de gestão do novo curso superior de Psicologia».

E salienta: «O Sindicato Nacional dos Profissionais de Psicologia, na sua qualidade de gestor da Carteira Profissional, e a exemplo de outras associações congêneres nacionais e estrangeiras, está disposto a não enjeitar as responsabilidades históricas que lhe cabem no desenvolvimento e consolidação do estatuto autónomo de Psicologia como ciência» ao mesmo tempo que se afirma disposto a colaborar com as autoridades académicas, «para promover os indispensáveis elos de ligação entre a prática pedagógica e a prática profissional».

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução sobre Plano Siderúrgico

A resolução mais importante do Conselho de Ministros na sua reunião de ontem terá sido a respeitante ao Plano Siderúrgico Nacional. «Da análise técnica efectuada ao P. S. N. resultou uma solução alternativa com opções de política industrial e tecnológica diferente», diz o comunicado emitido no final da reunião. Nesta nova solução substituem-se as opções de produção mista de produtos siderúrgicos longos e planos na mesma fábrica e a sua total concentração, no Seixal, pela especialização tecnológica das fábricas e pelo descongestionamento das grandes concentrações industriais. O comunicado refere «a expansão da produção integrada da fábrica do Seixal exclusivamente para produtos longos» e «a criação de um novo com-

plexo siderúrgico integrado em Sines servido por terminal mineral adequado e exclusivamente dedicado à produção de produtos laminados a quente». A construção desta nova fábrica fica prevista para 1983.

«A nova solução integra-se no Programa do Governo e permite um arranque muito mais suave», diz o comunicado do C. M., referindo a necessidade de 10 milhões de contos em vez de 28 até fim de 1980, e «confere ao País», acrescenta, «uma infra-estrutura siderúrgica que não está limitada a cerca de 4 milhões de toneladas de aço por ano como a solução inicial».

Trata-se de «uma solução alternativa» para o P. S. N. Outro passo do seu comunicado, o Governo preconiza que, «numa perspectiva de integração

européia e de equilíbrio de divisas, se estabeleçam negociações com vista à celebração de acordos de trocas de produtos siderúrgicos permitidas pelas novas capacidades instaladas». Prevê-se o abastecimento dos complexos pelas minas de Moncorvo e anunciam-se estudos para esse efeito. Anunciam-se, por consequência, novos empreendimentos no domínio dos transportes ferroviários. O texto fala de ligações Poceirão-Sines, Pocinco-Vila Franca das Naves e Moita-Seixal.

INDEMNIZAÇÃO A RENDEIROS

Outra resolução a assinalar: «No sentido de resolver algu-

mas injustiças no que se refere às indemnizações aos rendeiros afectados pelo processo da Reforma Agrária, o Conselho aprovou — lê-se no texto final — um decreto-lei que dá nova redacção aos artigos 1 e 2 do Decreto-Lei 489/76, de 22 de Junho. Trata-se de resolver casos em que os interessados teriam sido desmobilizados de pedir a mensalidade pelos próprios serviços», especifica o comunicado. «Trata-se também de reparar situações em que os interessados estão a ser prejudicados pelo facto de os seus processos se terem extravariado».

REAJUSTAMENTOS?

Abordado pelos jornalistas à entrada para a reunião, o ministro sem pasta Jorge Campinos pronunciou-se acerca da hipótese corrente de «um reajustamento ministerial» com «homens do presidente» (Granadeiro para o Tesouro, Macedo para a Saúde, seriam as hipóteses). Campinos: «Há simplesmente isso é verdade, necessidade de reduzir um pouco o imenso trabalho de dois ministros em particular, o da Agricultura e Pescas, que ao mesmo tempo tem funções no Comércio e Turismo, e também o da Indústria, que assegura o Plano e Coordenação Económica», disse, referindo-se a António Barreto e Sousa Gomes.

«Quanto à hipótese de pôr homens da confiança do Presidente da República, creio que o senhor Presidente da República tem confiança no senhor Primeiro-Ministro e o senhor Primeiro-Ministro tem grande confiança e imenso respeito no senhor Presidente da República», disse ainda Jorge Campinos.

MONDALE A SOARES, "BY PHONE"

"O seu sucesso é o nosso sucesso"

«O seu sucesso é o nosso sucesso», disse ontem Walter Mondale, vice-presidente dos Estados Unidos, ao Primeiro-Ministro Mário Soares, durante uma conversa telefónica.

Trata-se, para alguns observadores, de uma afirmação controversa, passível de várias interpretações, face às recentes denúncias da ingerência norte-americana nos negócios portugueses e às acusações

formuladas quanto à cedência do Governo P.S. aos desígnios do imperialismo. A notícia oficial sobre esta conversa telefónica, divulgada pelo gabinete do Primeiro-Ministro, não defende qual o verdadeiro sentido da afirmação, embora se possa esperar que um esclarecimento oficial surja, do Governo português ou da Embaixada dos E.U.A.

A conversa entre os dois es-

tadistas, que durou cerca de quinze minutos, «decorreu em tom amistoso», segundo assinala o gabinete de Mário Soares, tendo o vice-presidente Mondale assegurado «o apoio da nova administração do presidente Carter ao Portugal democrático» e «elogiado os sucessos do Presidente Eanes e do dr. Mário Soares».

Mondale disse ainda que «Portugal podia continuar a contar com o apoio americano» e que «o empréstimo bilateral de 300 milhões de dólares estaria concretizado dentro em breve, acrescentando que já falou com os líderes europeus a respeito do empréstimo multilateral e que este assunto seria igualmente abordado na visita que agora vai efectuar ao Japão».

Sousa Meneses no Norte

PORTO, 28 — Em visita de inspecção, deslocou-se, ao norte, acompanhado do seu ajudante de campo e um oficial do comando-geral, o brigadeiro Manuel de Sousa Meneses, comandante-geral da Guarda Fiscal, que teve ontem, após a sua chegada, uma reunião de trabalho, visitando, a seguir, algumas das subunidades aquarteladas na área da cidade do Porto.

Esta manhã, acompanhado ainda do tenente-coronel Vilas-Boas, comandante do batalhão n.º 3 da G.F., o brigadeiro Sousa Meneses, partiu em visi-

ta a subunidades do distrito de Viana do Castelo, devendo regressar amanhã, de tarde, a Lisboa.



Carnaval

em Torremolinos

Passe o Carnaval no Mediterrâneo

num dos melhores hotéis da "Costa do Sol"

de 19 a 22 de Fevereiro

2 BAILES — ORQUESTRA CHAMPANHE

2 VISITAS — Marbelha Mijas — Fuengirola e... Málaga!

PREÇO ÚNICO 3.200\$00 tudo incluído

Magnífico pulman de grande turismo CONSULTE O NOSSO PROGRAMA e inscreva-se JA

Capristanos Viagens e Turismo S.A.R.L.

LISBOA — Telef. 56 01 71 PORTO — Telef. 20206/21575 PORTIMÃO — Telef. 23136/7

TAPETES E CARPETES

SALDOS DE BALANÇO QUINTÃO

RUA IVENS, 30-34

LISBOA

SALDOS

NAS 15 LOJAS DOS

armazéns do CONDE BARÃO

DESCONTOS DE

20% A 50%

Na PRAIA DE MONTE GORDO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no BEIRAL DAS ANDORINHAS

TARDE DE MAGIA PARA CRIANÇAS

Sábado às 15.30
Entrada gratuita
Galeria Nacional de Arte Moderna — Av. Brasília — Belém
— (Ao Mercado do Povo)

ADÓQUE
MARTIM MONIZ - TEL. 87 42 80

EXCLUSIVAMENTE
AOS SÁBADOS

BILHETES À VENDA TODOS OS DIAS

«OS OPERÁRIOS DO NATAL»

UM ESPECTÁCULO INFANTIL
QUE AS CRIANÇAS NÃO ESQUECEM

AMANHÃ, ÀS 16 HORAS
PREÇOS POPULARES

TEATRO ADÓQUE — MARTIM MONIZ
TELEFONE 87 42 80

**TEATRO
ABERTO**
P. de ESPARTEIRA, metro PALLUA, tel. 77 09 69

grupo 4



Versão de Luis Strau Monteiro baseado «El Raterillo»
Olmo-Enciso
ESTREIA SÁBADO; 29, 16 H

Com: Antonieta Santos, Carlos Cristo, Daniel Garcia, Helder Viegas, Isabel Mendes, José Barata Moura, Madalena Pestana, Nuno Carinhas, Vieira de Almeida

Encenação: Armando Caldas
Coreografia: Fernando Isasca
Cenografia: António Casimiro
Ass. Musical: Fernando Albuquerque, Helder Reis-Pintas

Parque infantil emp. por: DO POVO COOP. MET. de T. NOVAS

II PARTE

JOSÉ BARATA MOURA

O espectáculo repete-se domingo às 16 h

FINES DE SEMANA em LONDRES

PARTIDAS: 5as feiras
JANEIRO A MARÇO

Preços
excepcionais desde
4.050\$

INCLUINDO:
Avião a jacto TAP • Hotel • Transportes
em terra • Visita • Assistência

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu
fundada em 1940

LISBOA: Rua do Bolhão, 111 - Tel. 332 01
PORTO: Rua da Avenida, 217 - Tel. 370 21
COIMBRA: Rua da Liberdade, 11 - Tel. 21 112
FARO: Rua da Constituição, 11 - Tel. 259 016
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

TRIBUNAL CIVIL DA COMARCA DE LISBOA 4.ª Vara ANUNCIO

Nos autos de justificação para arresto n.º 6149/A que Carlos Gabriel, casado, comerciante, residente na Av. dos Aviadores, em Alcácer do Sal, requereu contra FRANCISCO SANTOS, casado, agricultor, com última residência conhecida na R. Cidade do Lobito, 267-2.º Esq. Olivais Sul - Lisboa, ora ausente em parte incerta, e mulher, é aquele requerido notificado para no prazo de OITO dias que começa a correr depois de finda a dilação de TRINTA dias, contada da data da segunda e última publicação do anúncio, agravar do despacho de 14/7/1976 que decretou o arresto, já efectuado, no 2.º andar esquerdo do lote 267 da Rua Cidade do Lobito, em Olivais Sul, bem como dos móveis, ou opor embargos ou usar simultaneamente dos dois meios de defesa.

Lisboa, 21 de Janeiro de 1977

O CORREGEDOR-ADJUNTO,
(Fernando Heitor Barros de Sequeiros)
O ESCRIVÃO DE DIREITO,
(Jaime da Cruz Calha)

I V O

Estranhámos o silêncio. OS AMIGOS perguntam por ti. Escreve ou telefona.

Nacional Mário Soares no Nordeste Transmontano

O Primeiro-Ministro Mário Soares encontra-se desde esta manhã na região do Nordeste transmontano para uma visita a várias localidades, locais de trabalho e empreendimentos em curso, que deve prolongar-se até amanhã à tarde.

Acompanhado de uma breve comitiva, o chefe do Governo chegou a meio da manhã a Moncorvo, para uma visita à Ferrominas, e deve ter partido ao princípio da tarde para uma visita ao Cachão. Seguidamente, parte para Bragança, onde deverá pernoitar. Para amanhã prevê-se uma digressão por algumas vilas do Nordeste: Macedo de Cavaleiros e Alfândega da Fé estão no itinerário. Este itinerário inclui visitas às barragens de Burga e do Salgueiro, à Serra de Bor-

nes (onde Soares e particularmente o secretário de Estado das Florestas poderá observar in loco as acções de fomento do associativismo que estão a desenvolver-se naquela zona de minifúndio florestal), e, se as condições climáticas o permitirem, a comitiva sobrevoará as barragens de Burga, do Salgueiro, da Valeira e do Pocinho.

À tarde, Soares e a comitiva estarão em Mirandela, de onde parte para o Porto e para o regresso a Lisboa.

CACHÃO

Entretanto, realizou-se ontem de manhã no Complexo Agro-Pecuário do Cachão a cerimónia de posse da comissão

instaladora da respectiva empresa pública.

Integram a comissão instaladora os eng.ºs Teles Grilo e Pina de Carvalho, os drs. José Maria Cameirão e José Luís Miranda, e ainda António Campesre.

Presentes na cerimónia, os drs. Carlos Brito e Escalva Gonçalves, secretários de Estado respectivamente do Comércio e da Indústria, o vice-presidente da Junta Nacional de Frutas, dr. Mário Duarte, o governador civil de Bragança, e outras entidades.

Na circunstância, usou da palavra o dr. Carlos Brito que resumiu as tarefas que aguardam a equipa do Cachão e salientou o que o acto significava de «intenção autêntica de que as questões regionais não continuassem a ser resolvidas em Lisboa».

ACÇÕES NO NORDESTE

Por outro lado, coincidindo com o anúncio da visita de Mário Soares ao Nordeste

Transmontano, o Governo tornou ontem públicas algumas acções que vai realizar naquela zona do País. As acções abrangem os domínios da Agricultura, da Silvicultura, da Pecuária, da Indústria Extractiva, da Habitação, do Saneamento Básico, da Energia (empreendimentos hidroeléctricos), da electrificação rural, dos transportes, da Educação, da Segurança Social, da Saúde e do Turismo — e deverão concretizar-se por todo o ano de 77.

A Secretaria de Estado da Coordenação Económica emitiu ontem um comunicado especificando os empreendimentos a realizar em cada um destes sectores. Destes, destacam-se, na indústria extractiva, o lançamento da Ferrominas, em Moncorvo; na Habitação, a construção de 6/4 fogos no distrito de Bragança, e ainda o início da exploração total do empreendimento hidroeléctrico de Valeira e a construção da via ferroviária que ligará o Pocinho a Vila Franca das Naves e que se destina fundamentalmente a dar escoamento ao minério de Moncorvo para Seixal e Sines.

MANUELA SILVA EM ÉVORA

Meio milhão de desempregados (metade são jovens)

ÉVORA, 28 — «Dos cerca de quinhentos mil desempregados que neste momento existem em Portugal, o que em relação à população activa representa uma percentagem de catorze por cento, duzentos e cinquenta mil encontram-se entre as pessoas que procuram o primeiro emprego, o que ilustra serem os jovens os mais atingidos pela falta de novos postos de trabalho, cento e vinte cinco mil são retornados das ex-colónias e os restantes foram já empregados, mas carecem de novo emprego», declarou ontem Manuela Silva, secretário de Estado do Planeamento, no

decorrer de uma mesa-redonda realizada nesta cidade, subordinada ao tema «Planeamento dos Recursos Humanos e Emprego».

Depois de salientar que «o Governo atribui grande importância à política do emprego», Manuela Silva apontou «a necessidade de tornar adequadamente produtivos os recursos humanos totais presentemente desaproveitados», acrescentando que «só uma economia assente no valor do trabalho e organizada a partir deste poder garantir a cada um, uma ocupação produtiva e remuneradora».

GALVÃO DE FIGUEIREDO EM LISBOA

“Separatismo nos Açores é fenómeno minoritário”

O Ministro da República nos Açores comunicou ontem ao Conselho de Ministros que os incidentes recentemente ocorridos em Ponta Delgada quando do aumento do preço dos combustíveis foram provocados por activistas que não têm o apoio da população açoriana. Galvão de Figueiredo — que se deslocou a Lisboa propositadamente para participar no plenário do Governo que ontem se realizou em S. Bento, salientou que o separatismo é um fenómeno minoritário. Circunscreveu a certos sectores da ilha de S. Miguel. Segundo o comunicado emitido no final da reunião do Conselho, o Ministro da República elogiou ao Governo Central o civismo da população das ilhas e o seu apego à liberdade e à democracia.

Entretanto, assinala-se, a

Comissão Política do CDS açoriano emitiu anteontem à tarde em Ponta Delgada um comunicado acerca dos acontecimentos registados naquela cidade no último fim-de-semana, e durante os quais chegou a ser atingida a residência oficial do Ministro da República.

O CDS açoriano repudia — diz — «a violência e os insultos proferidos durante a manifestação de desagrado pelo aumento de certos combustíveis». E acrescenta: «Estranhámos a falta de respeito daqueles que dizem defender a democracia e nessa noite insultaram o ministro da República, representante nestas nossas ilhas da soberania portuguesa, conforme ficou vinculado na Constituição, aprovada pelos partidos maioritários nos Açores e contra a qual o C. D. S. votou contra».

P.C.P. processa

“semanário fascista”

O P.C.P., «através da competente acção judicial», tenciona fazer responder os responsáveis de «A Rua» «pelo crime de difamação e calúnia», isto porque «não está ao seu alcance» fazê-los responder no «banco dos réus pelo crime de colaboração com a P. I. D. E. como mereciam» — assinala uma nota da Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português.

«O pasquim fascista «A Rua», na sequência das suas habituais actividades provocatórias contra a democracia, as forças democráticas e os democratas portugueses, lança hoje uma miserável provocação contra o Partido Comunista Português» — começa por assinalar a nota da S. I. P., prosseguindo:

«Em circunstâncias normais e como é legítimo esperar de democratas quando se referem a fascistas, a agentes e comprovados informadores da P. I. D. E. — agora mascarados de jornalistas — tais calúnias e provocações apenas mereciam um profundo desprezo.

«A eventualidade de a provocação de «A Rua» fazer parte de uma operação provocatória mais vasta justifica, no entanto, que se faça a sua firme de-

núncia perante a opinião pública.

«O P. C. P., sendo contrário a que o território nacional possa servir de base para provocações e ingerências de qualquer tipo na vida interna de outros países, condena por maioria de razão que no próprio território nacional — libertado do fascismo em 25 de Abril de 1974 — fascistas como os escribas de «A Rua» possam impunemente orquestrar as suas infames provocações que significam em si uma conspiração contra a democracia portuguesa e visam prejudicar as relações de Portugal com um Estado vizinho.

«A existência, proliferação e impunidade da imprensa fascista constitui uma violação da Constituição e uma ofensa a todos os democratas portugueses e reclama por isso medidas urgentes e enérgicas por parte dos órgãos do poder.

«Pela sua parte, o P. C. P., já que não está ao seu alcance levar os responsáveis de «A Rua» ao banco dos réus pelo crime de colaboração com a P. I. D. E. como mereciam, não deixará através da competente acção judicial, de os fazer responder pelo crime de difamação e calúnia agora voluntariamente cometido.»



A PARÓDIA

O ADÓQUE VAI FAZER O GRANDE MANGUITO

QUARTA-FEIRA, NO MARTIM MONIZ A REVISTA NUNCA VISTA

BILHETES JÁ À VENDA

MARCAÇÕES PARA OS PRIMEIROS ESPECTÁCULOS

Sindicatos do comércio defendem semana inglesa

Os sindicatos dos trabalhadores do comércio, ao tomarem conhecimento da notícia publicada por um vespertino oficial da quarta-feira segundo a qual o Governo se prepara para aprovar um diploma alterando os períodos de abertura e encerramento dos estabelecimentos comerciais, decidiram reafirmar a intenção de defender a semana inglesa e o descanso ao domingo, que consideram conquistas irreversíveis dos trabalhadores.

Os sindicatos exprimiram, a tal respeito, o seu vivo repúdio «pelos termos em que o Ministério do Comércio decidiu encarar a questão, ignorando as decisões dos trabalhadores do comércio assumidas em plenários distritais».

Na mesma reunião, em que participaram os sindicatos de Beja, Porto, Viseu, Setúbal, Lisboa, Coimbra, Santarém, Castelo Branco,

Funchal, Braga, Viana do Castelo e Évora, foi aprovada uma moção em que se denuncia «a forma escandalosa como se estão a processar os julgamentos dos membros da ex-PIDE/DGS». Nela se exige a revisão dos julgamentos e a imediata prisão de todos os «pides» que se encontram em liberdade, e se aponta «a injustiça que os tribunais estão a cometer a todos os antifascistas e ao Povo português, vítima do fascismo e dos seus carrascos».

As organizações sindicais dos trabalhadores do comércio pronunciaram-se também quanto à legislação recentemente aprovada sobre cobrança das quotas, exigindo do Governo liberdade de contração e solicitando a não promulgação pelo Presidente da República do diploma aprovado no Conselho de Ministros do passado dia 6.

“Tudo faremos para que o gás não falte”

● C.T. da Petroquímica desmente “A Luta”

«É falso que os trabalhadores da Sociedade Portuguesa de Petroquímica considerem inevitável a possível redução do abastecimento de gás à cidade de Lisboa», afirma a Comissão de Trabalhadores da Sociedade Portuguesa de Petroquímica, a propósito de uma notícia publicada na terça-feira pelo vespertino «A Luta», em que se dava como certa a possível redução no fornecimento de gás à capital por culpas que se imputavam aos trabalhadores.

Desmentindo tal notícia, a C. T. da Petroquímica deixa claro que os trabalhadores «tudo têm feito e farão para que não falte o gás aos consumidores» e responsabiliza exclusivamente «A Luta» pela informação

«alarmista» que veiculou. Na verdade, aquele jornal poderia ter consultado o órgão representativo dos trabalhadores na Petroquímica, que «nunca recusou o diálogo com ninguém».

Por outro lado, «é falso que haja algum projecto de convenção colectiva para os trabalhadores da Petroquímica, o que existe é um despacho que aponta para a autonomização do sector adubeiro», o qual já mereceu o repúdio dos principais interessados, que preferem ficar vinculados ao C. C. T. V. para a indústria química em negociação.

A C. T. informa ainda, em comunicado emitido a propósito, que foi apresentado pela Comissão Administrativa da Pe-

troquímica, em Julho do ano passado, um anteprojecto para ampliação das instalações em Cabo Ruivo para a produção de gás-cidade e de amoníaco, «que, além de apresentar boas perspectivas em termos de futuro, cria novos postos de trabalho». A responsabilidade pelas «piores perspectivas, em termos de futuro», descortina-se pela «A Luta» cabem, assim, a quem não dá andamento ao projecto.

O comunicado considera a notícia em causa «provocatória», pois «só serve para criar alarmismo na população e vai no sentido de servir as forças reaccionárias que jogam na desestabilização». Quanto aos trabalhadores, «são conscientes e sabem bem qual o caminho a trilhar».

Depois das bombas, o fogo

A Jomel é uma empresa de malhas em autogestão desde o seu abandono pela entidade patronal. Um dos trabalhadores que mais activamente, com o esforço de todos, conseguiu que a Jomel continuasse em laboração, foi o Luís Afoito, membro da Comissão de Trabalhadores.

No período de escassos dias, a onda de violência terrorista contra os trabalhadores aba-

teu-se duas vezes sobre a Jomel. Primeiro foi o assalto a um posto de venda directa ao público, pertencente àquela empresa e à cooperativa de vestuário Onalim; dias depois, arde por completo com todo o seu recheio a habitação do Luís Afoito.

Um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul refere que «a população

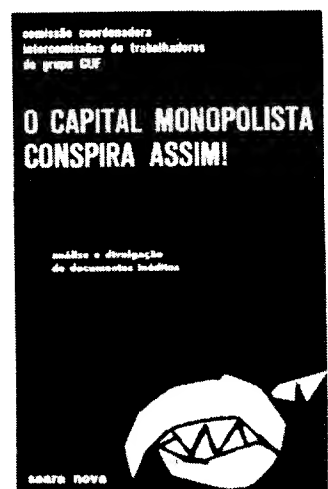
do Casal João Dias (Torres Novas), onde mora o Luís, está pesada e indignada com o sucedido» e que «também os delegados sindicais» daquele sindicato no distrito de Santarém «manifestaram a sua revolta com o sucedido, solidarizando-se com o Luís Afoito. Assim, aprovaram uma moção em que exigem que as investigações agora a cargo da G. N. R., tenham a participação da Polícia Judiciária, assim como a punição dos incendiários. Apela também para que todos os trabalhadores portugueses se solidarizem com este camarada cujo «crime» que a reacção lhe pretende imputar é o de ter estado sempre na primeira linha na luta contra a opressão e a exploração dos trabalhadores».

Apolo 70 despede delegado sindical

Multiplicam-se as situações de violação do direito ao trabalho, atingindo fundamentalmente trabalhadores que exercem cargos sindicais.

Chegou agora a vez do delegado sindical no snack-bar Apolo 70, despedido pela administração daquela empresa por «reivindicar o cumprimento dos acordos estabelecidos no Contrato Colectivo de Trabalho, nomeadamente as tabelas salariais», conforme refere um

Trabalho



Conspirações do capital

O capital monopolista conspira assim é o título do livro ontem lançado pela editora Seara Nova e elaborado pela comissão coordenadora intercomissões de trabalhadores do Grupo CUF. Trata-se de um documento de denúncia da acção sabotadora do grande patronato, nos períodos críticos do processo revolucionário.

«Aquilo que eram meros planos de acção conspirativa são hoje factos comprovados no dia a dia. Na verdade, muitos desses objectivos já foram alcançados pelas forças do capital monopolista através das cedências do VI Governo Provisório e do Governo Constitucional às pressões da reacção e do imperialismo», afirmaram os elementos da CT da CUF na apresentação do livro.

A edição transcreve numerosos documentos, que constituem a «denúncia da conspiração permanente que os monopolistas (Mello, Champalimaud, Espírito Santo e outros) têm vindo a desenvolver desde o 26 de Abril de 1974 com o fim de recuperar todas as antigas posições e consequentemente reinstaurar o fascismo no nosso país».

TELEFONISTAS (LISTA B)

Integração na luta geral defenderá os associados

Os elementos componentes da lista B, concorrente às eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Telefonistas e Oficinas Correlativas do Distrito de Lisboa, sob a sigla «Na unidade e democracia a defesa dos trabalhadores», foi ontem apresentada na sede daquele organismo sindical. As eleições efectua-se nos próximos dias 7 e 8.

Esta lista é «integrada por trabalhadores progressistas que pretendem fazer do seu sindicato um instrumento através do qual seja possível desenvolver um trabalho que não só possibilite uma melhoria de condições de vida dos seus associados como também, ao integrar-se na luta geral dos trabalhadores portugueses, permita a conquista de uma sociedade mais justa».

Manifestando o seu respeito pelo cumprimento das posições tomadas no Congresso de Todos os Sindicatos, a defesa de uma gestão democrática da Previdência e a defesa de direitos adquiridos na Caixa dos T. L. P., bem como a luta por uma legislação que defenda os trabalhadores», os componentes da lista B, denunciaram a actual direcção sindical por exercer uma «prática sectária afastando os trabalhadores do seu sindicato», por lhes ter apresentado unicamente uma perspectiva económica na motivação das suas lutas.

Esta lista tem o seu programa centrado em três pontos: unidade, democracia e defesa dos trabalhadores. Para alcançar o primeiro objectivo preconiza a integração dos trabalhadores associados do sindicato na luta geral dos trabalhadores portugueses.

EMPREITAL

Estrangulamento financeiro prejudica empresa e populações

«A situação de estrangulamento financeiro a que se chegou em virtude do Governo não dar um apoio real e definitivo não permite o andamento das obras em curso devido à falta de materiais», afirma o Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Empreital Empreitadas Gerais, S. A. R. L., uma empresa de construção que opera no Alentejo, Algarve, Tróia, Seixal e Beira-Baixa.

Os principais prejudicados com esta situação, afirma-se num documento enviado aos departamentos governamentais responsáveis, são os 808 trabalhadores daquela empresa intervencionada que têm os salários de Dezembro em atraso além das populações das zonas de Beja, Fundão, Covilhã, Seixal, Portimão e Odemira, onde estão em curso obras de abastecimento de águas, esgotos, estradas e outras.

Enquanto os responsáveis governamentais afirmam aos trabalhadores que a Empreital tem perfeita viabilidade económica, estes, que sentem os seus postos de trabalho ameaçados, lembram na expo-

sição enviada ao Governo que «o continuar da presente situação serve os interesses das forças apostadas em demonstrar a incapacidade do Governo em resolver os problemas das empresas intervencionadas».

De facto, a Empreital encontra-se intervencionada desde Fevereiro de 1976, depois de em fins de 1975 se encontrar praticamente na situação de falência, levando a uma investigação da Inspeção de Finanças e a um processo desencadeado pelas comissões de trabalhadores.

Um empréstimo concedido na altura da intervenção estatal, no valor de 25 mil contos, serviu para reabrir o crédito, para pagamento de oito mil contos de dívidas da antiga administração e para positiva reestruturação e relançamento (recuperação de equipamento deixado ao abandono, reabertura de obras paralisadas e

início de outras há muito adiadas). O facto permitiu aumentar os postos de trabalho.

Em Dezembro de 1975 foram canceladas obras em Lagos, por despacho ministerial, o que obrigou à paralisação de 200 trabalhadores, com prejuízos para a empresa de cerca de 10 mil contos.

Por outro lado, afirma o Secretariado das C. T.'s que o Governo «não atribuiu uma empreitada (habitação social) em Silves, cujo concurso a Empreital ganhou, o que permitiria empregar parte da referida mão-de-obra desaproveitada no Algarve».

Como se tudo isto não bastasse, «permite que a Torralta, principal cliente da Empreital não corresponda às suas obrigações — só de 1976 e relativamente a obras de Tróia deve cerca de dez mil contos, além de outras dívidas que totalizam dezenas de milhares de contos».

Pessoal da Jacinto preocupado

A comissão de trabalhadores da fábrica de fiação e tecidos do Jacinto, representando os 1.030 trabalhadores distribuídos pelos três sectores fabris (Maia, Piedade e Santa Cruz do Bispo), reunidos em plenário decidiram aprovar uma moção na qual manifestam aos órgãos de soberania «a sua preocupação face às perspectivas de medidas e acontecimentos que sobre esta empresa impendem, que preocupam milhares de trabalhadores e largas centenas de famílias que vivem exclusivamente dos proventos do traba-

ho nesta empresa» e solicitar do Governo «medidas profundas que ponham cobro a esta situação que se arrasta há longos meses e que agrava não somente a situação financeira da empresa e a estabilidade socioeconómica dos seus trabalhadores, mas ainda do próprio País».

Solicitam ainda que «não seja considerada à data da intervenção estatal nesta empresa, enquanto não se verificar a existência da comissão de gestão que realize o previsto no Decreto-Lei n.º 597/75».

Pagamentos em atraso na Carides

Os 1200 trabalhadores da Empresa Industrial de Carides (fiação e tecidos), em Pousada de Saramagos (Famalicão), voltaram a paralisar pela quinta vez por falta de pagamento de salários. A greve verificou-se na sexta-feira, sábado e segunda-feira passada, tendo os trabalhadores começado o trabalho após lhes ter sido paga uma quinzena. Ficou en-

tretanto por pagar uma quinzena e meia, elevando-se já a duas quinzenas os salários em dívida.

A fábrica de Carides é uma das unidades fabris mais modernas do concelho de Famalicão com maquinaria totalmente automática. As dificuldades surgidas parecem resultantes de má administração.

Transportes fluviais: eleições no dia 31

Os trabalhadores do Sindicato dos Transportes Fluviais vão eleger na próxima segunda-feira os órgãos representativos da classe. As mesas de voto funcionarão em Lisboa, na sede do sindicato, das 9 às 21 horas, e na doca do Poço do Bispo, das 10 às 17 horas. Haverá mesas de voto também em Setúbal, nas instalações do Sindicato dos Maquinistas Práticos, a funcionar das 16 às 19 horas, e em Sines, no Instituto de Obras Sociais, das 11 às 13 horas.

Do programa da lista A — pela unidade dos trabalhadores fluviais — que propõe medidas para a reorganização do Sindicato e a abertura de

delegações em Setúbal e Sines, de forma a levar a acção sindical aos locais de trabalho, destacamos, entre as principais reivindicações: «A proibição dos despedimentos; melhores condições de trabalho e de vida; salários actualizados; salário igual para trabalho igual; direito de reunião nos locais de trabalho».

A lista A propõe ainda o estreitamento de relações com os outros sindicatos, sobretudo com os restantes sindicatos dos trabalhadores marítimos, com os sindicatos de trabalhadores do Porto de Lisboa, de modo a fortalecer o movimento sindical unitário e independente.

Trabalho



ESTATUTOS

Iniciou-se a discussão na especialidade

Sob a presidência de Manuel Lopes, dirigente do Sindicato dos Têxteis e Lanifícios do Sul, prosseguiram esta manhã no Pavilhão dos Desportos, os trabalhos do Congresso de Todos os Sindicatos, com a discussão na especialidade dos Estatutos e Regulamento Eleitoral.

No período antes da ordem do dia foi apresentada uma moção pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações no sentido de ser afastado o Sintel — Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações dos CCT. Ambos os Sindicatos estão inscritos no Congresso.

A moção foi rejeitada tendo Manuel Lopes feito um apelo a ambos os sindicatos no sentido de, dentro de pouco tempo, ultrapassarem os problemas, de modo a que no momento em que os trabalhadores devem estar unidos não se lancem organizações contra organizações.

Entrou-se em seguida na ordem do dia. Dos três Sindicatos que apresentaram propostas de alteração ao projecto de Estatutos, apresentado pela CNOC, o da Hotelaria do Sul re-

tirou a sua proposta, mantendo-as os Sindicatos dos Oficiais da Marinha Mercante e os dos Têxteis e Lanifícios do Sul.

A primeira intervenção coube ao representante do Sindicato dos Oficiais Maquinistas da Marinha Mercante que defendeu a proposta de alteração ao artigo primeiro apresentado pelo seu Sindicato. Depois de prestar homenagem à Intersindical e à sua actividade em prol da defesa dos interesses dos trabalhadores ainda antes do 25 de Abril, o orador focou os erros e as conquistas do Movimento Sindical, e defendeu que no artigo primeiro da proposta da CNOC a designação Intersindical deverá ser eliminada ficando portanto o artigo redigido do seguinte modo: «A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — CGTP é constituída pelas associações sindicais que exercem a sua actividade no território nacional nela filiadas».

Usou em seguida da palavra um representante do Sindicato dos Ferroviários do Centro que salientou o papel fundamental das federações na defesa dos interesses dos trabalhadores

contra o patronato, como organismos de coordenação das suas lutas.

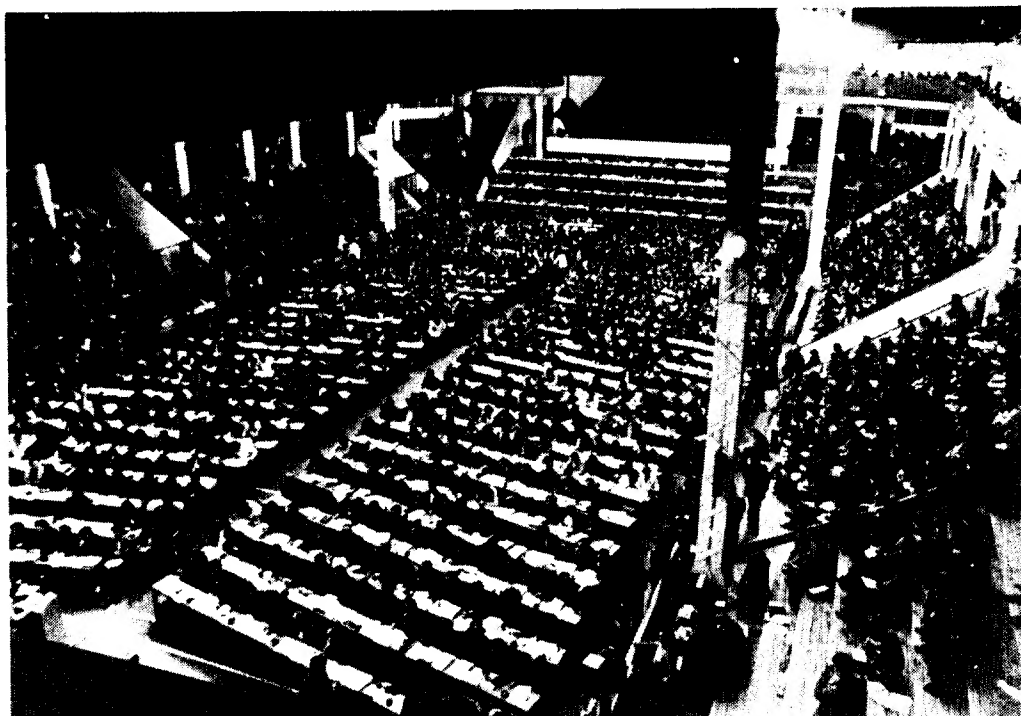
O orador seguinte, dos Metalúrgicos do Porto, fez uma breve exposição fora da ordem de trabalhos, pelo que a mesa teve de dar a intervenção por encerrada.

A intervenção seguinte coube a Olga Domingues, do Sindicato do Vestuário de Braga que apoiou as alterações propostas pelo Sindicato dos Têxteis do Sul.

A primeira proposta de alteração ao projecto da CNOC apresentada por este Sindicato diz respeito ao artigo terceiro, que, segundo o sindicato, deveria conter a palavra unidade em vez de unidade.

Assim, a redacção do artigo do projecto da CNOC é a seguinte: «A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional reconhece e defende a unidade de todos os trabalhadores como condição necessária para a luta pelo fim da exploração do homem pelo homem, combatendo todas as acções tendentes à sua divisão». Defende o Sindicato dos Têxteis que a redacção deveria ser: «A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional reconhece e defende os princípios da unidade de todos os trabalhadores e da unidade da sua organização sindical indispensável à vitória na luta pelo fim da exploração do homem, combatendo todas as acções tendentes à sua divisão».

Os trabalhos prosseguem esta tarde e à noite com as votações e a discussão na generalidade e especialidade do Programa de Acção.



Presença activa de centenas de delegados

“Existem forças suficientes para a vitória dos trabalhadores”

— afirma-se no relatório da C.N.O.C.

«O Congresso de Todos os Sindicatos é, antes de mais, uma grande vitória da unidade dos trabalhadores e dos seus sindicatos» — lê-se no relatório da CNOC, ontem apresentada no início dos trabalhos — «é possível e inevitável a contestação ao Congresso, mas é impossível retirar-lhe a importância neste momento no nosso País. A prova mais evidente que este Congresso é já, incontestavelmente, uma manifestação de força e unidade dos trabalhadores, está no facto de todas as forças contrárias aos trabalhadores desenvolverem grandes manobras de divisão e diversão tentando denegrir

os resultados já conseguidos.»

A questão levantada em certos meios e jornais, pretendendo fazer crer que os trabalhadores não estão com o Congresso é referida no relatório, nos seguintes termos:

«Quer queiram ou não os capitalistas, quer queiram ou não os divisionistas, os trabalhos preparatórios do Congresso movimentaram uma imensa massa de trabalhadores portugueses, proporcionando um amplo debate ideológico e uma grande mobilização em torno dos principais problemas sociais, políticos, económicos e sindicais do nosso País. É a força dos trabalhadores e dos sindicatos patente nos trabalhos preparatórios do Congresso, é a vontade férrea dos trabalhadores de defenderem no essencial as conquistas conseguidas com a Revolução Democrática e a luta do Movimento Sindical, que estimulam os capitalistas a avançarem com manobras de divisão e enfraquecimento da organização dos trabalhadores.»

«Ao contrário do que nos pretendem fazer crer, os trabalhadores portugueses não estão contra o Congresso. Contra o Congresso, contra os trabalhadores, está a CIP, está a CAP, está a Confederação do Comércio, as multinacionais, as forças de direita e todos aqueles que estão interessados na recuperação capitalista, agrária e imperialista. Falhas que foram as primeiras tentativas sérias de dividir o Movimento Sindical, conseguido o reforço do Movimento Sindical através dos trabalhos preparatórios e no próprio Congresso que hoje iniciámos, mais claras se tornam as reais intenções daqueles que se reclamavam de «democratas e independentes».

Referido mais à frente as condições nacionais e em que se reabriria este Congresso, quando «as forças do capital e do imperialismo tentam destruir as mais caras conquistas dos trabalhadores portugueses», afirmava-se no documento elaborado pela CNOC:

«O resultado desta política de recuperação capitalista e agrária, agravada por uma política financeira de submissão ao imperialismo, manifes-

ta-se negativamente nas condições de vida e de trabalho de milhões de portugueses. O aumento do custo de vida é diário, agravado pelo congelamento de factos dos salários dos trabalhadores. Aumenta o desemprego por pressão das organizações dos capitalistas, que têm visto contempladas na lei algumas das suas pretensões. Torna-se a impor nas empresas velhos métodos de repressão sobre os trabalhadores.»

Depois, o relatório diz que «aos delegados do Congresso, cabe a tarefa de análise serena e objectiva da actual situação económica, social e financeira do País, e a procura de soluções que garantam formas de luta eficazes na defesa e consolidação das conquistas dos trabalhadores».

E a terminar: «Não obstante os perigos que todos corremos, estamos certos de que através da unidade dos trabalhadores em torno da defesa dos seus interesses comuns e da determinação dialeticamente demonstrada na defesa das conquistas alcançadas, existem forças suficientes para a vitória dos trabalhadores. O Congresso de Todos os Sindicatos será um passo importante e decisivo no patamar que nos conduzirá ao fim da exploração!»

Quem terá falado de bombas?

A meio da tarde de ontem o telex instalado no gabinete de Imprensa do Congresso de Todos os Sindicatos começou de súbito a informar os ali presentes que em vários sindicatos do Porto estavam a ser recebidos telefonemas informando da explosão de uma bomba no Pavilhão dos Desportos em Lisboa.

A provável intenção dos informadores dos Sindicatos do Norte onde foram recebidos os telefonemas (alarmar os congressistas e desorganizar a reunião) não foi contudo alcançada. O serviço de ordem, a par de toda uma boa organização, resolveu a questão... E a bomba ficou o telex...

NUMEROS

Dos 1147 delegados aos milhares de plenários

Do relatório da Comissão Nacional Organizadora do Congresso, retiramos os seguintes dados numéricos referentes à esta realização dos trabalhadores portugueses:

Participam nos trabalhos que estamos a iniciar 1.147 delegados, dos quais 986 com direito a voto, em representação de 272 sindicatos — que abrangem 1.689.424 trabalhadores. — 13 Federações, 17 Unões Distritais e ainda 7 Unões Locais.

Assistem ao Congresso 2925 convidados membros de Comissões de delegados sindicais e Comissões de Trabalhadores de empresas que, no seu conjunto, abrangem 1.200.000 trabalhadores e, ainda, mais 200 convidados em representação das Cinturas Industriais de Lisboa e Setúbal, Empresas Intervencionadas e em Autogestão, Reformados, Emigrantes, Deficientes, etc., e 816 membros de Corpos Gerentes de Associações Sindicais.

Este Congresso foi organizado por uma Comissão Nacional onde estão representadas todas as correntes de opinião com efectiva expressão no Movimento Sindical e de acordo

com um Regulamento discutido e aprovado por 222 sindicatos.

As teses do Congresso foram postas à discussão de todos os trabalhadores por um prazo de 45 dias.

Foram distribuídos cerca de 2.800.000 documentos para possibilitar a todos os trabalhadores a informação mais completa para a decisão sobre as posições a defender pelos seus representantes no Congresso.

A CNOC registou até este momento, a realização de 457 Plenários de Zona, 243 Assembleias Gerais, 2634 Plenários de empresa, 1023 reuniões com Comissões de Trabalhadores e de Delegados Sindicais, num total de 4357 reuniões destinadas a discutir as teses.

Foi feito um grande esforço no sentido de sensibilizar e mobilizar os trabalhadores para a sua participação no Congresso, através da afixação de 2000.000 cartazes, da venda de 125.000 emblemas, 125.000 autocolantes, 500 medalhas e 1.500 medalhões alusivos ao Congresso.

A CNOC recebeu 2871 propostas de alteração aos documentos-base por si elaborados.

ESTATUTOS DA CONFEDERAÇÃO

Defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores

«São objectivos da confederação: a defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores, promovendo acções com vista à satisfação das suas reivindicações; alicerçar a solidariedade entre todos os trabalhadores, desenvolvendo a sua consciência sindical e política; a luta pela emancipação da classe trabalhadora e a construção da sociedade sem classes.» Isto mesmo é afirmado no projecto de Estatutos da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, que vai estar sujeito a discussão no próximo Congresso de Todos os Sindicatos.

O projecto envolve a definição de conceitos como os de «unidade», «liberdade sindical», «democracia» e «independência».

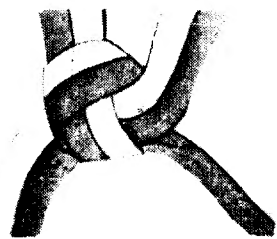
Quando ao primeiro destes conceitos, afirma-se que ele se consubstancia «na defesa da unidade de todos os trabalhadores, na base dos seus interesses de classe, como condição essencial ao êxito da luta pelo fim da exploração do

homem pelo homem». Acrescenta-se, na consequência do reconhecimento e defesa deste princípio, que se impõe «o combate activo a todas as acções que possam dividir os trabalhadores».

No tocante à «liberdade sindical», considera-se que ela garante a todos os trabalhadores o direito de se sindicalizarem, independentemente das suas opções políticas ou religiosas, numa «luta comum a todos e decorrente da situação de explorados».

O projecto de estatutos adianta, a seguir, alguns considerando relacionando com a democracia interna nos sindicatos. Diz, por exemplo, que «o seu exercício não é apenas um direito dos trabalhadores, mas também um dever, pois só assim ela se tornará efectiva».

A necessidade da independência da Confederação é invocada em relação ao «patronato, Estado, confissões religiosas, partidos e outras organizações políticas ou outras de natureza não sindical».

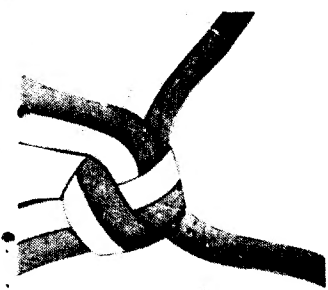


CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

BICOS DE PAPAGAIO

DORES LOMBARES, COSTAS OU PERNAS, HERNIA DISCAL, CIÁTICA, NEVRITE, DESVIOS E OUTRAS DOENÇAS DE COLUMA. Massagista diplomado no Brasil. Faz 2 a 4 aplicações com óptimos resultados. Tels: Lisboa 2233227, Porto 315765.

Trabalho



ONTEM À TARDE

Aprovado na generalidade projecto de estatutos da C.N.O.C.

A segunda sessão do Congresso de Todos os Sindicatos, realizada, ontem, no Pavilhão dos Desportos, foi encerrada por Kalidas Barreto com a afirmação de que «a unidade, mesmo na divergência, é possível e hoje demos prova disso».

Antes tinham sido votados os projectos de Estatutos, apresentado pelo Sindicato Nacional Organizadora do Congresso, que acabou por ser aprovado na generalidade por esmagadora maioria, e outra apresentada pelo Sindicato dos Ourives e Relojoeiros, que congregou sete votos favoráveis.

Usando do direito de resposta previsto no Regulamento do Congresso, Joaquim Reis do Sindicato dos Ourives fez nova defesa do projecto que tinha apresentado, afirmando que a sua rejeição se ficaria a dever ao facto «não ter funcionado a democracia na Comissão Organizadora», por não ter distribuído aquele documento.

Uma das «curiosidades» na sessão da tarde do Congresso foi uma proposta de «greve geral revolucionária» apresenta-

da CNOC, defendeu a respectiva proposta-síntese, afirmando que ela foi fruto de uma discussão em que participaram muitos milhares de trabalhadores.

Logo depois surgiria uma das poucas notas discordantes, pela voz dos representantes dos Sindicatos das Indústrias de Ourivesaria e Correlativos do Sul e dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.

O primeiro dos intervenientes defendeu a sua proposta de estatutos e o segundo preconizou a contemplação clara nos futuros estatutos, dos seguintes princípios: unidade sindical, democracia e greve geral revolucionária e verticalização sindical.

A intervenção do Sindicato do Comércio do Distrito de Setúbal considerou que a proposta de síntese da CNOC «pôs termo às divergências dos trabalhadores portugueses», ao mesmo tempo que alertava para os perigos do direito de tendência que, em seu entender, «se transformaria, mais tarde ou mais cedo, em direito de fracção».

Por seu turno, o representa-

saria dos trabalhadores e derrotar os seus inimigos de classe, é importante manter no nosso seio, uma democracia não parlamentar».

E prosseguiu: «Quando se põe em causa a Intersindical como Central Única dos Trabalhadores, não devemos esquecer que foi ela quem defendeu, durante o fascismo, os interesses, as conquistas e os objectivos dos trabalhadores portugueses. Por isso ela é hoje atacada».

Ribeiro da Silva, da União dos Sindicatos de Lisboa retomaria a questão da democracia para dizer que «a aceitação das decisões das maiorias pelas minorias é um óptimo exercício de democracia sindical», a qual, segundo afirma, está garantida no projecto da CNOC «da base ao topo».

Em diversas outras intervenções foi manifestado o apoio das organizações representadas pelos oradores ao projecto da CNOC, em alguns casos como crítica e reserva de discussão aprofundada na especialidade.

De entre os oradores destacou-se um membro da di-

Um elemento dos Gráficos do Minho saudou «os trabalhadores que nos seus postos de trabalho esperam os frutos das sementes aqui lançadas».

A SESSÃO DA MANHÃ

Na sessão da manhã, como já noticiámos, tinha sido lida uma saudação do sindicalista Kalidas Barreto, seguida de

uma proposta do secretariado que visava a revogação dos Estatutos da Intersindical nos pontos que contrariam o disposto no regulamento do Congresso.

Um projecto de regulamento de funcionamento do Congresso, com respeito pelo regulamento aprovado em reunião geral de Sindicatos no dia 23/10/76 também foi admitido

com seis abstenções e sem votos contra.

No debate que se seguiu, um representante do Sindicato da Indústria e Comércio Farmacêuticos de Lisboa saudou os trabalhadores portugueses, independentemente das suas opiniões e os progressistas de todo o Mundo, principalmente do Zimbábue, da América Latina e sobretudo do Chile.

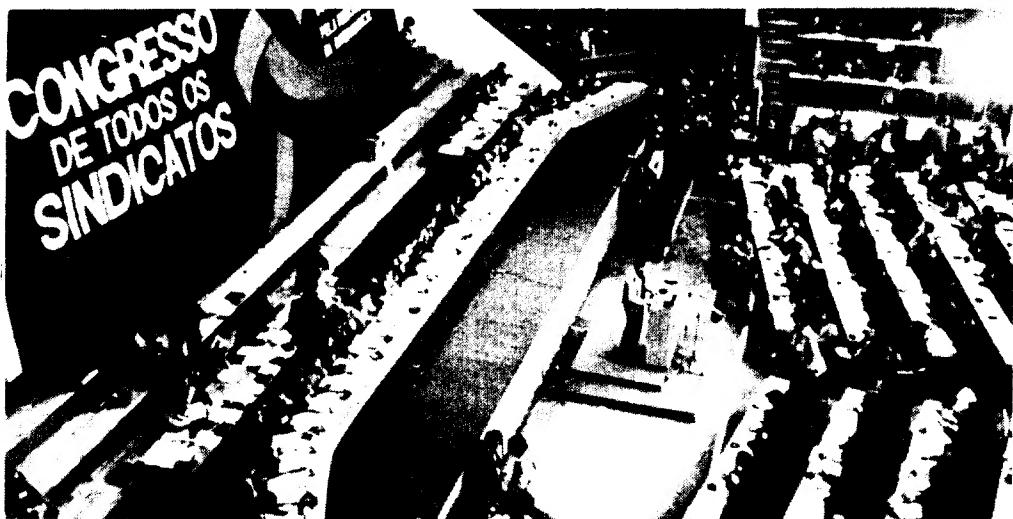
A PUBLICIDADE BEM UTILIZADA

- contribui para a redução de gastos de energia e do consumo de combustíveis
- ajuda a economizar tudo que não constitui consumo indispensável
- estimula as economias, os depósitos a prazo e outras formas de poupança
- contribui para a prevenção de acidentes, doenças e surtos epidémicos
- participa na generalização de hábitos de higiene e na defesa da salubridade pública
- cria o gosto pela leitura e pelo aproveitamento cultural e artístico dos tempos livres
- divulga as vantagens da educação física e da prática dos desportos
- sugere programas de utilização dos tempos livres e de gozo das férias
- ensina regras de alimentação e a preferir os melhores alimentos
- defende e orienta o consumidor
- melhora as condições de tráfego e de ambiente, das estradas e dos centros urbanos
- valoriza as qualidades dos produtos
- explica as vantagens de utilização dos serviços
- é uma arma na batalha pelo desenvolvimento económico e social do País

as campanhas de publicidade
devem pois ser

bem concebidas
estudadas cientificamente
orientadas num sentido de utilidade social
distribuídas pelos meios e veículos
mais apropriados

ENTREGUE AS SUAS CAMPANHAS
A UMA BOA
AGÊNCIA DE PUBLICIDADE



da por alguns sindicatos. A esse propósito, contra tal proposta, afirmaria um elemento da CNOC: «As formas de luta devem ser decididas de acordo com as forças em presença».

Ao longo da sessão da tarde, que terminou cerca das 18 e 30, falaram representantes de 39 organizações sindicais que na generalidade defenderam a proposta de Estatutos apresentada pela CNOC e segundo a qual, se tal designação não for rejeitada durante a discussão na especialidade a efectuar hoje, a central sindical passará a designar-se como Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional (CGTP-IN).

Nesta sessão estiveram presentes 235 sindicatos, 14 federações, 17 uniões distritais e 7 uniões locais. Durante a manhã estavam presentes menos três sindicatos.

AS INTERVENÇÕES

As intervenções, como dissemos em número de 39, efectuaram-se consecutivamente a partir das 15 horas, com a duração máxima de dez minutos cada uma. Aberta a sessão e depois de terem sido mencionadas as muitas saudações ao Congresso, falou em primeiro lugar o representante do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Porto que, em nome

te do Sindicato dos Farmacêuticos afirmaria que a independência do movimento sindical só será um facto quando não houver interferência nem de Governo nem de partidos políticos. A tónica da intervenção de Adalberto Ribeiro, do Sindicato da Função Pública seria a necessidade da melhoria progressiva da organização dos trabalhadores de modo a torná-la uma arma cada vez mais eficaz.

Prosseguindo a sua intervenção, Adalberto Ribeiro defendeu o dever das minorias aceitarem as decisões tomadas pelas maiorias após a discussão democrática no seio dos trabalhadores, para salientar: «Importa engrossar o movimento sindical português», palavras que lhe deram oportunidade para lembrar que o Sindicato a que pertence «realizou a maior eleição, em números absolutos, da História do movimento sindical português».

RAZÕES DOS ATAQUES

Usando da palavra Ernesto António, em representação do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos dos Distritos do Porto, Bragança e Vila Real, relembraria as razões dos ataques à Intersindical Nacional: «Para conseguir a unidade neces-

recção do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, que sendo «da órbita» da «Carta Aberta», está presente no Congresso por determinação de uma Assembleia Geral. O seu representante acentuaria a necessidade de lutar contra a recuperação capitalista e por melhores condições de vida dos trabalhadores portugueses.

O Sindicato da Aeronavegação e Pescas, presente no Congresso para defender os princípios da Carta Aberta na sua «pureza inicial», rebelar-se-ia contra a distribuição de um comunicado sobre a Carta Aberta com uma tarja preta, embora reconhecendo as actuações incorrectas dos actuais dinamizadores daquela linha sindical.

Ainda de registar a intervenção do representante do Sindicato dos Enfermeiros do Centro que afirmou: «Certamente é fácil falar em socialismo e democracia, mas esse conceito para esses senhores não é o mesmo que para aqueles que directamente têm de vender a força do seu trabalho».

«O que nos une é a unidade a caminho do socialismo» — diria o representante do Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria de Faro. Um outro sindicalista apelou para que a Carta Aberta fosse fechada e os seus sindicatos «venham ao seio da unidade».

Geral

A política de pesca da Comunidade

MARIA EDUARDA GONÇALVES

A PESCA NO TRATADO DE ROMA

Nos primeiros tempos da sua existência, a acção da Comunidade Económica Europeia (C.E.E.), nas matérias relacionadas com o direito do mar, não assumiu uma importância prioritária. Considerava-se, com efeito, serem os Estados em si, as autoridades competentes em tais matérias, por várias razões. Uma, relacionada particularmente com as diferentes situações e regimes a que a pesca estava sujeita, tradicionalmente, nos países membros. Outras, com a importância atribuída à existência de possíveis recursos minerais, em particular petróleo, nas respectivas plataformas continentais e, portanto, à determinação dos Estados em não perderem os direitos e a exclusividade da sua exploração.

No entanto, no que se refere, em especial, à pesca (1), com base no carácter económico desta actividade — e em aplicação, aliás, de uma disposição do Tratado de Roma, que inclui os produtos da pesca na categoria dos produtos agrícolas (Art.º 38.1), abrangendo-os, portanto, no âmbito do estabelecimento de uma política comum prevista para este último

sector — foram, progressivamente, ultrapassadas as dificuldades iniciais resultantes dos interesses e posições, por vezes bastante divergentes, dos Estados-membros da C.E.E. As discussões sobre esta matéria, actualmente em curso, levaram a acções concertadas por parte dos Estados-membros, com o objectivo da definição de uma política comum, neste domínio. A primeira e mais importante das medidas tomadas consistiu na adopção, pelo Conselho, de dois Regulamentos (2), um relativo ao estabelecimento de uma política comum de estruturas da pesca (3); e o outro relativo ao estabelecimento de um mercado comum de produtos da pesca (4). Se bem que o objectivo inicial da C.E.E., tomando por base os próprios dispositivos do Tratado de Roma, fosse o estabelecimento de um mercado comum, incluindo os produtos da pesca, os dois aspectos são complementares. A adopção de uma política comum de estruturas constitui, efectivamente, condição básica de uma gestão adequada do mercado dos produtos pesqueiros e da obtenção dos efeitos procurados.

E, para mais, mesmo se as disposições do Tratado de Roma relativas à política comum

não fossem consideradas suficientes ou adequadas a estes fins, o Artigo 235.º, constitui base bastante, ao dispor: «Se uma acção parecer necessária para realizar, pelo funcionamento do Mercado Comum, um dos objectivos da Comunidade, sem que o presente Tratado tenha revisto os poderes de acção requeridos para tal efeito, o Conselho, actuando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e depois de ouvida a Assembleia, tomará as medidas adequadas».

O primeiro dos Regulamentos acima referidos (4), dispõe que «o regime aplicado por cada Estado quanto ao exercício da pesca nas águas marítimas relevando da sua jurisdição ou da sua soberania não pode trazer como consequência diferenças de tratamento em relação aos outros Estados-membros» (Art.º 2.1), e que os Estados-membros assegurem a igualdade de condições de acesso e de exploração dos fundos (pesqueiros) situados nas águas visadas, entre todos os navios de pesca de pavilhão de um dos Estados-membros e matriculados no território da C.E.E. (mesmo Artigo). Esta disposição comporta apenas, como excepção, a possibilidade de limitação do acesso à zona de três milhas — coinci-

dindo ou incluindo no mar territorial — por parte de um Estado-membro, à população local, no caso de esta depender essencialmente da pesca costeira, por um período não superior a cinco anos (Artigo 4.1). Em relação à conservação dos recursos nas áreas de jurisdição dos Estados-membros da C.E.E. (limitadas, no máximo, a 12 milhas, conforme o estabelecido na Convenção de Londres de 1964, a que os Estados-membros da C.E.E. aderiram), dispunha o mesmo Regulamento que o Conselho poderia decretar as medidas necessárias à conservação dos recursos submetidos a exploração muito intensa, podendo tais medidas comportar restrições quanto a capturas de determinadas espécies, a épocas, aos métodos e instrumentos de pesca (Art.º 5.º).

TENDÊNCIA PARA UNIFORMIZAÇÃO DE POSIÇÕES DOS ESTADOS-MEMBROS

No desenvolvimento desta tendência para a uniformização das posições dos Estados-membros da C.E.E., no domínio das pescas (embora outros aspectos do direito do mar venham a ser, também, progressivamente objecto de tratamento concertado) a C.E.E. apresentou já na reunião do Comité dos Fundos Marinhos (5) (1972) — preparatória da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (C.N.U.D.M.) — e continua a defender a proposta de uma «cláusula-C.E.E.» (análoga à apresentada em 1964, em Londres) que permita à Comunidade de vir a ser parte contratante da futura Convenção.

A existência de competências da C.E.E., em matérias a serem integradas na futura Convenção do Direito do Mar, justificaria a inclusão, entre as cláusulas finais desta, de uma reserva da aplicação das regras comunitárias no que diz respeito às relações entre Estados-membros, e entre Estados-membros e terceiros Estados (6).

ZONAS ECONÓMICAS EXCLUSIVAS E ZONA COMUNITÁRIA

Com a evolução no direito internacional marítimo, justificada pela necessidade de revisão do velho regime fundamentalmente baseado no princípio da liberdade dos mares, adaptado à presente situação político-económica mundial, assim como aos novos desenvolvimentos tecnológicos e a outros factores — e cujo «forum» de negociação multilateral é a III C.N.U.D.M. (sem esquecer que as medidas unilaterais dos Estados, quando generalizadas, constituem, igualmente, — consagrou-se — informalmente, embora — um consenso em relação à criação de Zonas Económicas Exclusivas sob a jurisdição dos Estados costeiros. Nestas zonas, tudo leva a crer que tais Estados disporão de direitos soberanos com vista à exploração dos recursos naturais vivos, assim como jurisdição sobre as actividades potencialmente poluidoras de navios estrangeiros, e programas de investigação científica por terceiros Estados ou instituições internacionais qualificadas.

No âmbito da C.E.E., e na sequência natural do regime oportunamente definido pelos

respectivos Estados costeiros, quanto às águas territoriais, veio por esta altura, a considerar-se a possibilidade da criação de uma «Zona Comunitária», que abrangesse o conjunto das Zonas Económicas Exclusivas dos Estados-membros.

Assim, a Comissão da C.E.E., com base em deliberação do Conselho de Ministros da Comunidade, de 27 de Julho de 1976, propôs a este a adopção de uma resolução sugerindo aos Estados-membros a extensão concertada dos limites de pesca, no Mar do Norte e no Atlântico (7), até 200 milhas, a partir de 1 de Janeiro de 1977. Esta resolução baseou-se na consideração de que, em face da relativa lentidão dos trabalhos da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e das consequentes medidas unilaterais de extensão de zonas de jurisdição promovidas por parte de alguns Estados costeiros, em cujas águas os Estados-membros da C.E.E. a revideionalmente interesses de pesca — tais como o Canadá, os Estados Unidos da América, a Noruega, entre outros — tais medidas tornavam-se urgentes, de modo a possibilitar aos Estados-membros da C.E.E. a revisão ou eventual celebração, ex novo, de acordos com tais Estados, em condições de igualdade e reciprocidade. Na verdade, a manter-se o princípio da liberdade dos mares, nas zonas situadas para além dos limites das suas águas territo-

Simultaneamente, ao anunciar a próxima extensão de jurisdição, a C.E.E. declarou-se pronta a abrir negociações com países não membros (este era um dos objectivos principais da urgência da medida, de modo a definir direitos e obrigações mútuas, para o futuro, nas respectivas águas jurisdicionais, tendo em conta a diversidade de situações e a necessidade de adaptações estruturais progressivas ao novo regime dos oceanos.

RELAÇÕES DA C.E.E. COM PAÍSES TERCEIROS (REGIME EXTERNO DE PESCA)

Tendo em conta que as actividades de pesca deverão, sobretudo, orientar-se de acordo com a tendência universal de reforço de poderes dos Estados costeiros, nas respectivas Zonas Económicas Exclusivas, e a diversidade de situações existentes nas relações com países terceiros, no domínio das pescas, a C.E.E. distinguiu os seguintes três tipos de casos, a considerar em futuras negociações:

a) Países relativamente aos quais a C.E.E. pretende manter, ou criar, possibilidades de acesso (aos eventuais excedentes), sem a possibilidade de conceder uma reciprocidade concreta;

b) Países relativamente aos quais existe uma reciprocidade de interesses de pesca da



Os direitos do mar virão proteger sobretudo os países

riaes — isto é, 12 milhas, no máximo — receava-se que as actividades de pesca longínqua viessem a ser restringidas em certas áreas marítimas, em razão da sua integração nas zonas de soberania ou de jurisdição de Estados costeiros, e que o esforço de pesca assim disponível ou desocupado pudesse vir a ser transferido para as águas situadas fora das 12 milhas dos Estados costeiros membros da C.E.E.

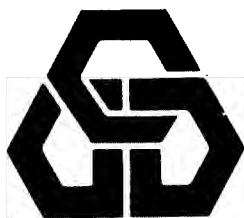
Para além destes aspectos, a C.E.E. tem alegado com razão justificativa para a criação de uma Zona Comunitária, a situação de sobreexploração e quase esgotamento, em que se encontram certas espécies, nas zonas costeiras dos Estados-membros, o que, igualmente, requer uma definição rápida de uma política autónoma e adequada de protecção e, se necessário, de reconstituição de tais recursos.

C.E.E., nas águas respectivas;

c) Países em relação aos quais a C.E.E. não tem interesses relevantes de acesso às pescarias, mas que possuem interesses de pesca na futura Zona Comunitária.

Assim, quanto ao primeiro tipo de situação, a C.E.E., partindo de uma apreciação da situação e tendências internacionais, considera pouco viável, pelo menos a longo prazo, o eventual acesso em termos compensatórios, aos excedentes de pesca de terceiros Estados.

Quanto ao último caso referido, preconiza uma retirada progressiva das frotas dos países terceiros da Zona Comunitária, embora admitindo um período transitório de adaptação à nova situação. É, porém, no caso de os Estados-membros da C.E.E. terem interesses de pesca nas Zonas Económicas Exclusivas de Estados não membros e, simultaneamente, tais



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Crédito
para habitação própria

Tendo em vista uma progressiva descentralização, que proporciona maior rapidez e comodidade na utilização dos serviços da Caixa, todos os assuntos relacionados com novos pedidos de crédito para habitação própria no Distrito de Setúbal, são tratados a partir de 1 de Fevereiro, nas seguintes dependências:

Filial de SETÚBAL

Av. Luisa Todi, (ABRANGENDO OS CONCELHOS DE ALCÁCER DO SAL, GRÂNDOLA, PALMELA, SANTIAGO DO CACÉM, SETÚBAL e SINES).

Agência de ALMADA

Instalações na Rua D. João IV, 21 B. (ABRANGENDO OS CONCELHOS DE ALMADA, SEIXAL e SESIMBRA).

Agência do BARREIRO

Av.º Alfredo da Silva, 51. (ABRANGENDO OS CONCELHOS DE ALCOCHETE, BARREIRO, MOITA e MONTIJO).

Unidade Económica Europeia

Estados possuem interesses tradicionais, na futura Zona Comunitária, que se afigura a possibilidade de definição de um regime mais estável, para o futuro. Sem prejuízo, é claro, de revisão periódica, em função das necessidades de adaptação a novas situações, com repercussões sobre a pesca.

REGIME INTERNO DE PESCA NO ÂMBITO DA CEE

Em relação ao regime interno, comunitário, as propostas apresentadas pela Comissão ao Conselho, encontram-se atualmente em discussão, mas não sem dificuldades, dada a profunda diferença de situação entre os Estados-membros (8). Em traços gerais, verifica-se uma particular preocupação, como já ficou referido, quanto à protecção dos recursos vivos existentes no Mar do Norte e no Atlântico Norte, que se reconhece se encontraram na maior parte dos casos, em grau de depleção. Em consequência, considera a C.E.E. necessária a criação de um Comité Científico e Técnico das Pescas, com autonomia, que será um órgão consultivo do Conselho de Ministros da Comunidade, na determinação das medidas de conservação necessárias aos objectivos em vista. Estas poderão consistir na fixação de zonas de proibição da pesca de uma ou mais espécies, de limitação da pesca a certos períodos, na de-

da Irlanda e de certas espécies setentrionais do Reino Unido.

O volume total das capturas, reduzido da referida reserva, é repartido pelo Conselho, entre os Estados-membros, em função da prioridade da actividade da pesca para as econo-

so dos recursos vivos exploráveis pelos Estados-membros da Comunidade.

A C.E.E. (12) parte da consideração crítica da «impotência» até agora demonstrada pelas organizações regionais de pesca para assegurarem

a última sessão da N.E.A.F.C. (Londres, Novembro 76) que, a não ser superada, pode criar dificuldades na conservação dos recursos até agora explorados em comum, no Atlântico Norte. Se tal se verificar, será particularmente grave, nesta fa-

Para além destes aspectos, de carácter geral, é de notar que Portugal não possuiu pescarias importantes na Zona Comunitária — com excepção da pesca do bacalhau na Gronelândia, e em pequena escala, na de St. Pierre e Miquelone que exercem actividades de pesca da futura zona Económica Exclusiva portuguesa, alguns países da CEE (incluindo o caso particular da França, com a qual existe um Acordo de Pesca). Por esta razão é, pois, de prever que tais aspectos sejam abordados nas consultas e negociações entre Portugal e a CEE, a que a imprensa fez referência com vista a acordarem nas modalidades de um futuro regime de pesca de interesse mútuo. Tais negociações situar-se-ão, evidentemente, e terão a sua própria lógica na perspectiva de uma futura adesão de Portugal à CEE. Não é, porém, intenção de analisar o problema neste artigo, que visa apenas dar uma indicação geral sobre a política de pesca da C.E.E. e apontar algumas das suas possíveis implicações.



A C.E.E. propôs a extensão dos limites de pesca para 200 milhas: uma defesa para os Estados costeiros

mias nacionais, e dos direitos históricos dos Estados-membros, em relação às várias zonas da Comunidade.

Em relação às águas situadas aquém das 12 milhas — corresponde ao máximo de extensão do mar territorial — cada Estado-membro poderá limitar o exercício da actividade da pesca aos navios de Estados cuja actividade nela se tenha exercido tradicionalmente.

Acrescente-se que a actividade profissional da pesca será permitida mediante a outorga de licenças, e que serão igualmente fixadas medidas de controlo a fim de assegurar o devido respeito das disposições regulamentares e medidas de aplicação, assim como sanções pelo seu não cumprimento.

Estabelecer-se-á, ainda, um sistema de financiamento de acções conjuntivas destinadas à readaptação dos navios e equipamentos dos Estados-membros da C.E.E., à nova situação.

Como órgãos auxiliares para a determinação de tais acções, para além do já citado Comité Científico e Técnico, será estabelecido um Comité de Gestão dos Recursos da Pesca.

CONSEQUÊNCIAS PARA ORGANISMOS REGIONAIS DE PESCA DO ATLÂNTICO NORTE

A extensão dos limites de jurisdição dos Estados-membros da C.E.E. terá, como consequência, a restrição das competências geográficas das Comissões internacionais de Pesca que têm operado no Atlântico Norte (N.E.A.F.C. (9) e I.C.N.A.F. (10)). A própria criação de um Comité Científico e Técnico, assim como a de um Comité de Gestão dos Recursos atrás referidos, fazem perguntar se os Estados-membros da C.E.E. terão a intenção de deixar algum resíduo de competências a estas organizações regionais, após 1977, e mesmo ao I.C.E.S. (11), em relação aos estoques existentes na Zona Comunitária, e que constituirão o gros-

uma protecção eficaz das espécies, nas respectivas áreas de competência. Reconhece, no entanto, a importância de serem mantidas aquelas que até agora têm assegurado e que poderão assegurar, no futuro, pelas suas estruturas e experiência, uma regulamentação das medidas de conservação dos «estoques mistos» (ou seja, os que se localizam ou deslocam entre a Zona Comunitária e as Zonas Económicas Exclusivas de outros Estados Adjacentes), assim como a análise e estudo dos fenómenos de interdependência entre os estoques da Zona Comunitária e as variações ambientais — naturais, ou resultantes da acção do homem, tais como a poluição — que afectam grandes áreas geográficas. Isto, para além de poderem contribuir, através de uma acção concertada dos países interessados, para avaliar o estado dos recursos vivos na totalidade de uma região oceânica, mediante uma análise global baseada no conjunto de dados estatísticos e outros, disponíveis. Parece, assim, que a C.E.E. reconhece que um certo papel continuará a caber às organizações regionais de pesca, embora tenha decidido não aceitar, para 1977, recomendações ou medidas preconizadas por aquelas — por exemplo, quotas de pesca QO que possam afectar as decisões a tomar pela Comunidade, no quadro da gestão comunitária dos recursos da sua Zona, ou que possam prejudicar as negociações bilaterais entre a C.E.E. e terceiros Estados. Um outro objectivo da C.E.E., é o de que as comissões regionais acima citadas, estudem as revisões a serem incorporadas nos respectivos actos constitutivos, até final de 1977.

IMPLICAÇÕES PARA PORTUGAL

Da aplicação das decisões tomadas pela C.E.E., pode resultar uma crise — não desejada, mas quase inevitável — para o funcionamento das comissões regionais de pesca, o que se tornou já evidente durante

se de transição, e afectará todos os países membros de tais Comissões, incluindo Portugal.

(1) A criação da CEE tem como objectivo a integração dos sistemas económicos dos Estados-membros pela aproximação progressiva das políticas económicas destes, e promoção do desenvolvimento harmonioso das actividades económicas no seu conjunto (Art. 2º, do Tratado de Roma). Salientam-se, como princípios fundamentais que inspiram a acção da CEE, no domínio da aplicação do Tratado, pela sua relevância para a compreensão

do regime a adoptar em relação à pesca, a interdição de toda a discriminação em razão da nacionalidade e a abolição, entre os Estados-membros, dos obstáculos à livre circulação de pessoas, serviços e capitais.
(2) Já, porém, em 1964, a Convenção de Pesca de Londres, salvaguarda a possibilidade de instituição de um regime de pesca próprio, no âmbito da Comunidade, ao dispor que «nenhuma disposição da Convenção pode impedir a manutenção ou a instituição de um regime especial em matéria de pesca, na CEE» (Art.º 10º).
(3) N.º 2141/70, de 20 de Outubro de 1970.
(4) N.º 2142/70, da mesma data.
(5) Funcionou no âmbito da Assembleia-Geral da ONU.
(6) A CEE participa nesta Conferência apenas com o estatuto de Observador. Os Estados-membros, enquanto tal, têm, porém, vindo a definir atitudes comuns relativamente a questões em discussão, que podem ser consideradas abrangidas pelas competências da Comunidade.
(7) É de notar a não referência ao Mediterrâneo, embora certos Estados-membros (França, Itália) nele tenham actividades importantes de pesca substanciais.
(8) Por exemplo, enquanto que a Irlanda e o Reino Unido, capturam apenas 10 e 0,3 por cento na futura CEE de outros Estados-membros da CEE, a Holanda captura 61 por cento e a França 57. Por outro lado, cerca de 55/60 por cento do total de capturas dos países membros da CEE (3 milhões de toneladas) provem da Zona de 200 milhas, do Reino Unido.
(9) Comissão das Pescarias do Nordeste do Atlântico.
(10) Comissão Internacional das Pescarias do Nordeste do Atlântico.
(11) Conselho Internacional das Pescarias do Nordeste do Atlântico.
(12) Conselho Internacional para a Exploração do Mar.
(13) Comunicação da Comissão ao Conselho ... COM (76) 500 final (Set 76).

LINTAS ■ BUENOS AIRES LINTAS ■ SIDNEY
LINTAS ■ VITÓRIA LINTAS ■ VIENA LINTAS
LINTAS ■ BRUXELAS LINTAS ■ S. PAULO LINTAS
LINTAS ■ RIO DE JANEIRO LINTAS ■ TORONTO LINTAS
LINTAS ■ COPENHAGA LINTAS ■ HELSÍNQUIA LINTAS
LINTAS ■ PARIS LINTAS ■ HAMBURGO LINTAS
LINTAS ■ ACCRA LINTAS ■ ATENAS LINTAS
LINTAS ■ BOMBAIM LINTAS ■ CALCUTÁ LINTAS
LINTAS ■ MADRASTA LINTAS ■ JACARTÁ LINTAS
LINTAS ■ MIÃO LINTAS ■ KUALA LUMPUR LINTAS
LINTAS ■ MÉXICO LINTAS ■ ROTTERDÃO LINTAS
LINTAS ■ AMSTERDÃO LINTAS ■ WELLINGTON LINTAS
LINTAS ■ AUCKLAND LINTAS ■ LAGOS LINTAS
LINTAS ■ OSLO LINTAS ■ CARACHI LINTAS
LINTAS ■ FREETOWN LINTAS ■ SINGAPURA LINTAS
LINTAS ■ TRANSVAL LINTAS ■ DURBAN LINTAS
LINTAS ■ MADRID LINTAS ■ ESTOCOLMO LINTAS
LINTAS ■ ZÜRICH LINTAS ■ BANGUECOQUE LINTAS
LINTAS ■ LONDRES LINTAS ■ NOVA IORQUE LINTAS

AQUI, LINTAS ■ LISBOA

AS NOSSAS IDEIAS
AO SERVIÇO DA SUA INICIATIVA

PUB



DE BRAGANÇA AO FUNCHAL OS METALÚRGICOS ESTÃO COM O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

**A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS
METALÚRGICOS SAÚDA O CONGRESSO**

Culminando um intenso e profundo trabalho de discussão, de esclarecimento e de mobilização realiza-se nos próximos dias 27, 28, 29 e 30 o CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS - PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES E PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL.

A realização do Congresso, no qual participarão cerca de 270 Sindicatos filiados e não filiados na Intersindical e representativos de mais de um milhão e setecentos mil trabalhadores, é um acontecimento histórico só possível pelo espírito de unidade, pela determinação, pela capacidade de acção e organização do Movimento Sindical Unitário e pela cada vez mais profunda consciência de classe dos trabalhadores portugueses.

A realização do CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS - PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES E PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL, representa uma das mais importantes vitórias dos trabalhadores portugueses e do seu Movimento Sindical e constitui uma severa derrota para as forças reacçãoárias e reformistas que, jogando na calúnia, na mentira e no divisionismo tudo têm feito e farão para impedir ou diminuir esta magnífica jornada de unidade e luta pela defesa e reforço do Movimento Sindical Unitário, pela defesa dos interesses dos trabalhadores, pela democracia, pela paz e pelo socialismo.

A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS METALÚRGICOS ao mesmo tempo que saúda calorosa e fraternalmente os trabalhadores portugueses e o seu Congresso Sindical e manifesta publicamente o seu orgulho pela participação activa de todos os Sindicatos Metalúrgicos portugueses na preparação e realização do Congresso, chama todos os trabalhadores a estarem atentos e vigilantes ao decorrer dos trabalhos do Congresso de forma a desmascarar e combater quaisquer calúnias e provocações dos nossos inimigos de classe.

VIVA A UNIDADE DOS TRABALHADORES!
VIVA O MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO!
VIVA O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS!

26.1.77

O TRIUNFO DE BELMONDO

-800.000 ESPECTADORES EM PARIS-

entre o assassino de mulheres e o inspector em desgraça
a mais espantosa perseguição do cinema francês!



MEDO SOBRE A CIDADE

CRIOU: JEAN-PAUL BELMONDO. PEUR SUR LA VILLE. Produzido por HENRI VERNEUIL
CHARLES DENNER e ADALBERTO MARIA MERLI. ROSY VARTE. e com LEA MASSARI
Direção de FRANCIS VEBER. e com HENRI VERNEUIL. JEAN LABORDE. e FRANCIS VEBER. Música de ENNIO MORRICONE
A França: France Co-Production. A Espanha: Cinéma Films (Paris). A Itália: Telecinema Film (Roma)
A Colômbia: P.T. 1975 S. 1976

3.ª SEMANA DE EXITO MONUMENTAL

NAO ACONSELHAVEL A MEMBRES DE 18 ANOS

Nacional

NA S.N.B.A.

Mulher é tema de exposição e colóquios

«A polémica começou logo quando se pensou em organizar esta exposição», afirmou-nos Emilia Nadal, uma das responsáveis pela exposição ontem inaugurada na Sociedade Nacional de Belas-Artes.

«Exposição so de mulheres» foi como a anunciaram. Isso não corresponde, no entanto, inteiramente à verdade. Oito homens também estão ali representados. Foi o seguinte: há uma equipa de artistas (oito homens e uma mulher) que trabalham sempre em conjunto. Cada um faz uma parte da tela. E resolveram enviar a sua obra. «Não poderíamos retirar do todo, a parte da mulher. E aceitámos a obra, aliás de elevada qualidade», prossegue Emilia Nadal. «Foi quanto a mim uma atitude polémica» — concluiu.

Mas voltemos à exposição. Quando se pensou em organizá-la, todas as participantes se recusaram a «participar numa exposição feminista». É opinião unânime entre as expositoras que no campo artístico não sentiam a menor discriminação.

O texto de apresentação das obras das artistas portuguesas é bem claro: «A exposição de obras portuguesas, que hoje a SNBA, propõe ao público, não é uma exposição feminista. O espírito com que foi encarada quis libertar-se do complicado enredo da reivindicação, muito justa aliás, e que muito tem conseguido na sua acção».

«Estruturas ancestrais» prossegue a nota, «permitem-nos distinguir o macho do homem. A posição machista escraviza. A mulher tenta libertar-se. Grandes mulheres lutaram pela análise da condição da mulher, defenderam a sua liberdade. Liberdade não contra o homem. Liberdade contra o despotismo do machista, ser incompleto por não entender a complementaridade criativa, e escraviza».

Refere-se a autora do prólogo do catálogo, Sallote Tavares, a uma mulher: Maria Lamas. «Devo a minha liberdade a uma grande mulher que, sem ser feminista, amou as mulheres portuguesas, porque quis saber e lutar por elas».

Referindo-se concretamente à exposição, acentua que estão ali «frente a frente as diversas maneiras de uma mulher ser artista em Portugal e que nos dêem a certeza de que os caminhos são múltiplos e todos válidos. Quando autênticos».



«A Nora», de Rebecca Davenport.
Ou um enorme sentido realístico

JÁ NOS ANOS TRINTA

Não é a primeira vez que se realiza uma exposição apenas de mulheres. Nos anos trinta também se realizou uma em Portugal. Aproveitou-se agora o facto de estar em Lisboa a exposição de 14 artistas americanas «Liberation» para a concretização desta iniciativa.

Duas salas: lado a lado mulheres portuguesas e america-

nas num esforço para encontrar uma nova expressão de arte. «Um esforço de liberdade estética» assim lhe chamou Jane Livingston que se escreve a nota de apresentação das 14 artistas americanas.

Vale a pena visitar esta exposição. Nomes como Sarah Afonso, Pissarro Paula Rego, Emilia Nadal e outros podem dar um indicio de como evolui a arte neste país. Ao lado de nomes bem conhecidos como Jennifer Bartlett, Janet Fish ou Elena Bornstein.

Do programa de actividades fazem ainda parte outras demonstrações artísticas. Assim, no próximo dia 28, a socióloga Julieta Almada Rodrigues proferirá uma conferência subordinada ao tema «Mulher portuguesa, que mito, que realidade?». Está ainda programada uma conferência pela crítica de arte americana Beth Coffelt (sexta-feira, às 21 e 30), um concerto (dia 6 de Fevereiro às 18 e 30, pelo Grupo de Música Contemporânea) com a interpretação de composições de Clotilde Rosa, Constança Capdeville e Maria de Lurdes Martins e (no dia 10 de Fevereiro) um recital de poesia e literatura com leitura de texto por Eunice Muñoz, Glicinia Quartín e Lurdes Norberto. Por último, terá lugar um recital de canto por Dulce Cabrita, acompanhada ao piano pelo maestro Filipe de Sousa.

Está também em elaboração uma mesa-redonda em que será abordado o problema da situação da mulher na sociedade contemporânea, com participação de mulheres de diversas opiniões e sectores, seguida de debate. Estará também à disposição uma livraria de obras escolhidas de autoras portuguesas e de livros que tratam seriamente os problemas da mulher. Será acompanhada de uma biblioteca cedida pela Comissão da Condição Feminina para consulta de obras, sobretudo aquelas que sendo estrangeiras há dificuldade em obter.

Esta exposição é uma boa oportunidade para equacionar o problema da mulher na sociedade. E o seu contributo é precioso, tal como todos os outros: «quando autênticos».



Nesta pintura participaram oito homens e uma mulher: «O Puzzle»

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

HOSPITAL DE SANTA MARIA

COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS

Concurso Público n.º 22/77

GASES MEDICINAIS E OUTROS

Concurso Público n.º 23/77

As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis das 9 às 12.30 horas e das 14 às 17 horas, excepto aos sábados das 9 às 12 horas, na secretaria do Serviço de Aquisições.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicados nos Cadernos de Encargos.

Lisboa e Hospital de Santa Maria, 24 de Janeiro de 1977

O CHEFE DO SERVIÇO DE AQUISIÇÕES

a) Manuel Briço Pina de Jesus

Estrangeiro

FRANÇA

D'Estaing e Chirac em luta pelo poder

Valéry Giscard d'Estaing, presidente da República e Jacques Chirac, líder da UDR, o partido «gaullista», estão em luta aberta pelo poder, na França, na mesma altura em que funcionários públicos de todo o país entraram em greve, protestando contra o plano governamental de austeridade.

Aquilo que começou por ser uma divergência, e que à medida que o tempo foi passando se transformou num grave conflito, assume agora as características de luta pelo poder, com Chirac, a desafiar d'Estaing, e todo o Governo, ao recusar-se a abandonar a corrida para a presidência da Câmara de Paris, tendo como principal adversário, o próprio candidato oficial, o ministro da Indústria, Michel D'Ornano.

Ontem, numa entrevista transmitida pela rádio, Chirac respondeu desta forma aos

apelos de Giscard d'Estaing, no sentido de «unidade dentro da maioria governamental»: «Não estou a desafiar o presidente. Valéry Giscard d'Estaing está acima do debate, e aí deve permanecer». Antes disso, Jacques Chirac, já se havia recusado a falar com o actual primeiro-ministro, Raymond Barre, encarregado pelo presidente da República para solucionar a questão. Em contrapartida, escreveu-lhe, deixando claro que apenas «razões graves e imperiosas» fariam com que desistisse.

Entretanto, as primeiras sondagens à opinião pública francesa apresentam resultados que dão e que pensam. Se as eleições municipais fossem realizadas agora, a coligação socialistas-comunistas teria 46 por cento dos votos, contra 30 por cento de Chirac e apenas 24, por cento para Michael D'Ornano.

Por outro lado, na próxima segunda-feira, Valéry Giscard d'Estaing inaugura o Centro Nacional Georges Pompidou, já baptizado pelos franceses de «Pompidolium», e que obrigará e desenvolverá o melhor das pinturas, esculturas, literatura e artes francesas modernas.

«Atroz, monstruoso, parecido com uma refinaria de petróleo» para uns, maravilha técnica e marco na arquitectura de França para outros, o Centro vai tornar-se outro ponto «obrigatório» de visita em Paris, em condições de igualdade com a Torre Eiffel e com o Arco do Triunfo. O prédio para os seus vizinhos e para grande parte da imprensa francesa, não passa de uma amálgama de seis andares, de tubos vermelhos, azuis, verdes e amarelos, mais perto da indústria petroquímica do que da arte.

BRASIL EM CRISE

Partido do Governo prevê "endurecimento" do regime

Dirigentes da ARENA, o partido oficialista, disseram ontem, ao fim de uma reunião, que seria «previsível que o Governo tivesse que adoptar medidas drásticas para evitar o seu próprio desgaste e conter a propagação da crise». Ao produzir esta declaração, os apoiantes do Governo dos generais brasileiros reconhecem, claramente, o inexorável desgaste do Governo militar imposto desde 1964 e a sua incapacidade de simular uma «contenção da crise», sem as chamadas «medidas drásticas» que, se não foram reveladas, não exigem grande esforço de imaginação para se saber quais são.

A gravidade da situação económica que o Brasil atravessa neste momento traduz-se no impasse do acordo atómico com a RFA, nas restrições de toda a ordem ditadas pela crise do combustível, no sentimento de instabilidade política e

na reacção vigorosa dos intelectuais à censura. Isso tudo é considerado pelos «arenistas» como factos «altamente preocupantes», aos quais se juntam ainda a ameaça de ruptura nas relações Igreja-Estado, cada dia mais tensas, a inflação incontrolável e progressiva, a incompetência burocrática, a ameaça de recessão e a assustadora dívida externa, que ronda os 30 mil milhões de dólares.

Ao preconizar que «não é possível, na actual emergência, raciocinar com simplismo para aceitar reformas imediatas», a ARENA coloca-se em oposição às palavras do próprio ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, que defende a adopção de modificações políticas urgentes para superar as dificuldades económicas, facto que daria ao Governo fardado uma maior margem de apoio popular.

Demonstrando que o seu objectivo é aquilo que se poderia chamar, por uma analogia conhecida, de «evolução na continuidade», Severo Gomes sublinha que abertura democrática

ca «é imprescindível para a sobrevivência do próprio sistema económico nacional».

Entretanto, o Departamento de Estado norte-americano afirmou ontem que o «Acordo de Consulta Americano-Brasileiro», firmado em Fevereiro do ano passado por iniciativa de Henry Kissinger, continua em vigor. O esclarecimento foi motivado pela «tempestade» levantada no Brasil perante o esforço despendido pelos Estados Unidos para levar a RFA a não vender uma instalação de tratamento de resíduos nucleares a este país, subdesenvolvido, mas com pretensões nucleares. O Brasil sustenta que não foi avisado previamente das intenções americanas, o que não deixa de ser caricato, sabendo-se da completa e total dependência brasileira dos EUA, em todos os terrenos, e que o Governo militar foi instalado sob «assistência» da CIA. O acordo prevê que os Estados Unidos e Brasil «se consultem mutuamente» em todos os assuntos considerados importantes.

EM MAIO PRÓXIMO

Cimeira económica ocidental poderá realizar-se em Londres

Em Maio próximo a Grã-Bretanha deverá ser o cenário de mais uma cimeira económica de países ricos do Ocidente e reunião de dirigentes da NATO revelaram ontem em Londres fontes diplomáticas, citadas pela Reuter.

A sessão anual da Primavera da NATO poderá vir a ser transformada em «cimeira», a fim de o presidente Carter dos E.U.A. se poder avistar por essa altura com os outros 14 chefes de Estados membros da Organização.

A oportunidade do encontro dos 15 dirigentes ocidentais

em Londres poderá ser aproveitada para a realização da conferência económica ao mais alto nível. Estas informações surgiram no final da visita do vice-presidente dos E.U.A., Walter Mondale, a Londres. As questões económicas e os problemas da NATO foram exactamente os temas das conversações travadas entre Mondale e James Callaghan (primeiro-ministro britânico), na passagem que o vice-presidente dos E.U.A. fez por Londres, no âmbito da sua «tourné» europeia.

No final da visita, o primei-

ro-ministro britânico anunciou que se deslocará aos E.U.A. de 10 a 12 de Março próximo. O dirigente britânico explicou aos jornalistas que estava muito interessado em debater com o presidente Carter as perspectivas do ano de 1978, que Callaghan prevê como um dos mais sombrios para o crescimento da economia capitalista.

Mondale chegará hoje a Paris para conversações com os dirigentes franceses.

CONTRA O MISSIL «CRUISE»

O antigo candidato à presidência dos E.U.A., George McGovern, é um dos onze congressistas do Partido Democrático que subscreveram um telegrama dirigido a Carter no sentido de limitar o desenvolvimento do missil de cruzeiro («Cruise») porque ele põe em risco todo o esforço despendido para estabelecer uma fiscalização significativa das armas estratégicas, e, nessa medida, constitui um obstáculo à conclusão dum acordo SALT-II.

Por outro lado, o novo secretário de Estado, Cyrus Vance, declarou ao Senado que a normalização das relações dos E.U.A. com Cuba seria facilitada se Havana libertasse os seus «presos políticos».

Finalmente, o comentarista da agência soviética Tass, Valentin Zorin, acusou a CIA de tentar encobrir o seu papel no assassinio do presidente John Kennedy, bloqueando a nomeação de Theodore Sorensen para seu director.

INVERNIA NO «MIDDLEWEST»

O frio ártico, que paralisou virtualmente quase todo o Médio Oeste dos Estados Unidos, alastrou hoje ameaçando

fechar mais estabelecimentos e escolas e provocando o recurso a medidas de emergência em vários Estados.

Temperaturas abaixo do ponto de congelação eram aguardadas em toda a região do Médio Oeste, acompanhadas de nevões e forte ventania.

Funcionários dos Serviços de Saúde fizeram advertências ao público acerca dos perigos das queimaduras provocadas pelo frio.

Quatro das maiores companhias de Ohio anunciaram reduções drásticas no abastecimento de gás natural, causando virtualmente o encerramento de 1500 grandes empresas industriais do Estado e fechando escolas em Cleveland, Cincinnati, Dayton e Columbus.

Ultimato de Israel à Síria e ao Líbano

Israel anunciou que dá somente alguns dias à Síria para que retire as suas tropas de Nabatiye e da zona ao redor da cidade, junto da fronteira israelo-libanesa.

Uma fonte militar israelita qualificou ontem de «insulto à política da linha vermelha» a entrada de soldados sírios pertencentes ao contingente de paz pan-árabe no Sul do Líbano. Segundo a «política da linha vermelha», Israel tolera a intervenção síria no Líbano, desde que as forças de Damasco não se aproximem da fronteira com Israel.

Segundo fontes oficiais, que apelidaram a situação de «muito grave», Telavive apresentou o ultimato aos Governos sírio e libanês por intermédio dos Estados Unidos.

Testemunhas indicam que perto de Nabatiye se encontram cerca de 800 soldados sírios, com a missão de recolher armas de ambas as partes envolvidas na guerra civil

Negociações "positivas" Makarios-Denktaş

O encontro-surpresa ontem efectuado em Nicósia entre o arcebispo Makários presidente de Chipre, e o dirigente cipriota-turco, Rauf Denktaş, foi bastante positivo, na opinião de ambos os políticos.

Contudo, mantêm-se de pé certas divergências básicas, que serão discutidas, nas próximas semanas, provavelmente em Fevereiro.

O encontro entre os dois dirigentes foi o primeiro contacto oficial que as duas comunidades cipriotas tiveram desde Maio do ano findo.

Segundo Denktaş, na agenda dos futuros encontros estão as questões territoriais, um Governo de transição e outros temas. Makários revelou, por seu lado, que Denktaş ofereceu uma quantidade «negociável» de território agora em poder dos turcos. O dirigente cipriota turco propôs que a sua comunidade ficasse com 32,8 por cento do território que agora detém, e que essa parte do território ficasse a constituir um Estado federado autónomo. Makários insiste em que a parte turca da ilha seja reduzida a 20 por cento.

Itália: acordo sindicatos-patronato

Um acordo sindicatos-patronato italiano para a redução dos custos de trabalho, foi assinado na quarta-feira, à noite, depois de três meses de negociações árduas. O acordo em oito pontos não modifica em nada o princípio da escala móvel sobre a qual os sindicatos se mostraram intransigentes.

O Governo, por seu lado, procedeu na quarta-feira ao primeiro estudo das novas medidas que poderão ser aprovadas hoje no Conselho de Ministros. Estas incidiriam no aumento dos impostos de todos os rendimentos, na limitação do trânsito ao domingo em metade do parque automóvel (proibição total para os veículos de grande cilindrada, aviões e barcos de recreio), na diminuição do período de emissão dos programas das televisões independentes estrangeiras, no controlo do uso aparelhos de condicionamento de ar,

na supressão de todas as reduções de bilhetes de caminho-de-ferro, na discussão dos benefícios concedidos nas tarifas aos funcionários das companhias de água, electricidade, gás e telefone.

Entretanto, o arquitecto Rino Balcont, de 30 anos, foi a noite passada raptado no seu escritório perto de Bari (norte do país). É o terceiro italiano a ser sequestrado em menos de 24 horas.

Anteriormente, o abastado proprietário de uma fábrica de calçado, Mario Botticelli, de 60 anos, fora raptado na sua residência em Ascoli Piceno.

Este rapto ocorreu poucas horas depois do rapto do estudante de arquitectura Stefano Scarrozza, de 24 anos, sobrinho de um proeminente negociante de terrenos romano.

A vaga de raptos ocorrida este ano está a provocar considerável alarme e preocupação.



Rua do Carmo, 45
Av. Roma, 17-A
Rua Almeida e Sousa, 20-A
Rua Frederico Arouca, 45 — Cascais

SALDA A PARTIR DE 2.ª-FEIRA

ACEITAMOS CARTÕES
SOTTO MAYOR E UNIBANCO

EXTERNATO
CICLO PREPARATÓRIO
CURSO LICEAL NOCTURNO

ABERTAS AS INSCRIÇÕES

(das 18 às 23 horas)

Av. Duque de Loulé, 71, 2.ª — Telef. 40345

Espectáculos

NA CASA DA COMÉDIA

Poeta leva Camus à cena

«O facto de encenar este espectáculo não implica adesão à filosofia que, acaso, lhe esteja subjacente. E bom sublinhar, aliás, que o reconhecimento das qualidades de um texto e das suas potencialidades para funcionar eficazmente como espectáculo, não significa sintonia ideológica com o autor ou com esse texto. É bom que nos habituemos a pensar nisto.»

Estas declarações de Gastão Cruz, encenador de «O Equívoco» (o espectáculo que está presentemente em cena na Casa da Comédia, sobre texto de Albert Camus) foram-nos prestadas já depois da estreia. Pedimo-las para esclarecer certos pontos mais susceptíveis

de controvérsia na encenação e também para divulgar a actividade do Grupo Teatro Hoje, um dos que, em consequência directa da política teatral da Secretaria de Estado da Cultura, está à beira da desistência.

«A peça de Camus, sugerida por um elemento do Grupo, mereceu o consenso de nós todos porque, não se desviando da linha do «Teatro Hoje» permite trabalhar com poucos actores, única forma de continuarmos a nossa actividade nas actuais circunstâncias».

— Falou na «linha» do Teatro Hoje. Qual é? Há intenção deliberada de dar prioridade à qualidade literária dos textos?

«Temos pretendido pegar em textos com algumas quali-

dades literárias e potencialmente teatrais; mas o nosso objectivo não é só o texto. Damos primordial importância à realização plástica e ao aproveitamento do espaço cénico disponível. Funcionamos com razões não meramente naturalistas.»

«No espectáculo anterior, «Os Amantes Pueris» as marcações eram mais espectaculars porque a peça também é mais distante do quotidiano. Aqui procurei trabalhar estilizando as movimentações que se aproximam do quotidiano; vão-se tornando mais livres até ao terceiro acto e, nessa altura, os adereços desaparecem e as figuras já se estão a movimentar num mundo deserto, próximos da sua situação existencial.»

— Porquê Camus, hoje, e esta peça «literária» de 1944?

«Gosto de textos de Camus e penso que continuam a funcionar como obras e como peças ainda importantes. Embora o «Equívoco» possa ser situado numa época muito determinada da literatura francesa, também é certo que ultrapassa as circunstâncias temporais de então.»

— De qualquer modo, a cena bastante despojada de adereços e um cenário único para os três actos, juntos ao cuidado na dicção, dão a entender que o encenador pretendeu destacar a beleza literária deste texto de Camus...

«A minha intenção como encenador é funcionar o menos possível na perspectiva da literatura. Considero muito importante a utilização do espaço cénico o que se notava melhor em «Os Amantes Pueris». Mas também entendo que um texto, se existe e tem qualidade, deve realçar-se, ainda que não prioritariamente, em relação aos outros elementos do espectáculo.»

«A este propósito quero destacar a colaboração do cenógrafo que já trabalhara antes conosco, José Rodrigues, quer pela competência técnica, que é excepcional, quer pela sua capacidade artística que começa a dar-lhe o consenso de ser o nosso melhor cenógrafo actual. Os espectáculos que encenei devem-lhe muito.»

UM MUNDO CONCENTRACIONÁRIO E ASFIXIANTE

«O Equívoco» foi traduzido para português pelo encenador e por um actor do grupo, Carlos Fernando. Os cenários deste espectáculo da Casa da Comédia são de José Rodrigues, tal como os figurinos. Participam na representação Marta Ribeiro (mãe), Elisa Lisboa (Marta), Carlos Fernando (criado), Mário Viegas (João) e Maria de Jesus Aranda (Marta). A música é um excerto de «La Cathédrale Engloutie» de Debussy.

O Grupo Teatro Hoje havia já trabalhado sob direcção de Gastão Cruz («Os Amantes Pueris») e de Fiamma Hasse Pais Brandão («Mariana Pineda»).

Gastão Cruz é algarvio (nasceu em Faro há 35 anos) e tirou em Lisboa o curso de Filologia Germânica da Faculdade de Letras exercendo, actualmente, a profissão de professor de Inglês no ensino secundário. A sua ligação ao teatro fez-se, sobretudo, através do trabalho com grupos universitários, nomeadamente na preparação e direcção de recitais de poesia. Foi crítico de teatro na «Vida Mundial», quando era director Augusto Abelaira. Tem publicados diversos livros de poemas «A Morte Percutiva», «Hematoma», «A Doença», «Outro Nome», «Escassez», «As Aves», «Teoria da Fala» e uma colectânea «Os Nomes» e um livro de crítica, «A Poesia Portuguesa Hoje».

«Este universo de palavras, de objectos, de elementos que Camus não deixará nunca de habitar... Primeiro quase um deserto: o mar, o céu, o sol, a luz que corre sobre a areia das praias, as pedras inertes e escaldantes, o crepitante silêncio de um mundo mineral... E em «O Equívoco» é a ouvir «a respiração cadenciada do mar feliz que aspira Marta, a viver nessas praias vacilantes de luz onde o sol sufoca a alma e a esvazia e devora.»

Para se compreender a intenção do encenador e do cenógrafo na montagem deste espectáculo, as palavras de Jacques Borel, acima transcritas, e extraídas do livro «Natureza e História em Albert Camus», deverão ser completadas com vários diálogos de «O Equívoco» nomeadamente aquele em



Gastão Cruz, poeta e crítico, encenou «O Equívoco» para o Grupo Teatro Hoje

que alguém afirma ter pressa de encontrar «o país onde o sol mata as perguntas». Antes, já Marta, a filha da estalajadeira, respondera a alusões à sua tristeza com a frase «no dia em que me vir diante do mar, com que tanto tenho sonhado, talvez então me veja sorrir». No caminho dessa ambição não ficando os hóspedes ricos, assassinados por mãe e filha até que o último dos assassinos — o do próprio filho — destrói, definitivamente a réstia de esperança contida naquele universo concentracionário.

Os sinais exteriores deste universo camusiano encontram-se, no quarto revestido de espelhos e vidros acrílicos e no solo composto de calhaus rolados sobre uma base de areia. Tal base parece «esquisita» numa casa em que as pessoas circulam engravatadas.

Gastão Cruz falou-nos desses elementos fundamentais do cenário: os calhaus rolados e as paredes de espelhos:

«A ideia das pedras no chão partiu do cenógrafo mas mereceu a minha concordância. Aceitei-a plenamente pois considero que tem muito a ver com o universo de Camus em que a natureza está presente na

sua forma mais elemental: luz, sol, ar, pedras, areia, etc. No 3.º acto, quando o clima desértico se acentua, essas pedras que estavam subjacentes aos móveis sobressaem e fazem ressaltar a iluminação mais crua e que terá a ver com o ofuscante sol argelino a que a personagem de Marta aspira sem nunca o alcançar.»

«Quanto aos espelhos e vidros do cenário, são muros e janelas de que as personagens se aproximam para dizer muita coisa: é um espaço fechado onde toda a abertura para fora é simultaneamente uma abertura para o interior da personagem. Um mundo muito concentracionário em que aquelas duas mulheres vão arrastando a sua vida na esperança de uma coisa que nunca virá. É um espaço que pretende ser o mais fechado possível de tal modo que até se reconstruiu a quarta parede. Combinados os acrílicos com os espelhos, libertam-se ao mesmo tempo que se fecham os sonhos e as ambições. A música procura acentuar a sensação de asfixia que o cenário transmite. Além disso, baliza a presença em cena da personagem João, desde que surge até que é envenenado.»

Circo em pista de gelo é novidade

Estreia amanhã à noite no Campo de Hóquei Clube de Portugal, à Avenida do Brasil, em Lisboa, uma grande companhia internacional de circo que deverá permanecer em Lisboa, em princípio, durante um mês para actuar a seguir no Porto.

Trata-se do «B. Berlin Circus» mundialmente conhecido sobretudo pela sua pista de gelo e em que se conjugarão acções na pista normal e na pista de gelo proporcionando um show de elevada categoria e surpreendente colorido. Entre os artistas de diversas nacionalidades que integram a companhia (polacos, húngaros, checoslovacos, espanhóis, americanos e sul-africanos) destaca-se o domador de feras Angel Cristo, que actua simultaneamente com tigres, leões e cavalos, um número de águas reais e patinagem artística, por um grupo de jovens inglesas.

O espectáculo do B. Berlin Circus tem três horas de duração e envolve três centenas de pessoas entre artistas, pessoal de pista, electricistas e outros técnicos. Parte desta poderosa engrenagem transporta-se em 30 wagons (um comboio completo) que acomodam central própria de produção de energia, para manter a pista de gelo, restaurantes, central telefónica etc. Os animais e outro material mais maneável é transportado por estrada em 18 camiões pesados. Em suma: uma autêntica unidade industrial de produção de espectáculos.

O B. Berlin Circus foi ontem apresentado à imprensa em reunião num hotel de Lisboa a que compareceram, além das principais figuras do seu elenco artístico, diversos profissionais portugueses da arte circense.



Apresenta na
ACADEMIA ALMADENSE
Rua Capitão Leitão, 64
Telef. 275 21 27 — Almada

2.º MÊS

A GRANDE JOGADA!
uma divertida comédia musical
— JOSÉ VIANA

que a interpreta ao lado de **ROGÉRIO PAULO**
DORA LEAL E MARIA DULCE, que conta a história de fio a pavio a frente de um grande elenco

Direcção Musical do maestro **VITOR BONJOUR**
Maquetas com a colaboração de **ROGÉRIO RIBEIRO**
Cenografia de **HERNANI**

RUI MARTINS

3 a 4.ªs - 5.ªs e 6.ªs	21.30
Sábados	20.30-23.00
Domingos	16.00-21.30

2.ªs FEIRAS
DESC. DA COMP.ª



VIANA
em «Zé Patego»

Marcações de bilhetes só são respeitadas até 1 hora antes do início do espectáculo.

MARIA VITÓRIA
TELEF. 36 17 40

UM EXITO!



LYGIA TELLES
em «VAUDEVILLE»

HOJE E TODOS OS DIAS
2 SESSÕES: AS 20.30 e 22.45 H

Aos **DOMINGOS** e **FERIADOS**
«MATINEES», às 16 horas
— AS 2.ªs FEIRAS: DESCANSO —

A MELHOR
REVISTA DOS ÚLTIMOS ANOS
A NOVA PLURALREVISTA

O BOMBO DA FESTA!
Não acons. m/18 a.
A atracção japonesa
YUKIE

UM POPULAR ELENCO, COM:
SALVADOR, IVONE SILVA
e **HENRIQUE SANTANA**
A frente de muitos outros e de
Um Corpo de Baile Internacional

GRUPO
TEATRO HOJE

equívoco
de Camus

Carlos Fernando
Elisa Lisboa

M.ª Jesus Aranda
Mário Viegas
Marta Ribeiro
ENCENAÇÃO
Gastão Cruz

CENÁRIO E FIGURINOS
José Rodrigues

NA CASA DA COMÉDIA
Rua S. Francisco de Borja, 24 — Telef. 607290

Todas as NOITES às 21.45
SABADOS MATINEES às 16h.
DOMINGOS SESSÃO ÚNICA
AS 18 HORAS
Descanso semanal às 2.ªs-feiras

N/ aconselhável a menores 13 anos

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA

Diariamente, às 21.30 h.

«O MURO»

Inspirado nas «AVENTURAS DE JOÃO SEM MEDO» de José Gomes Ferreira

3.º Mês — ÚLTIMAS
Domingo só «matinees»
às 18 h.

PREÇO ÚNICO — 40\$00

PRAÇA DE ESPANHA
METRO: PALHAVA
Telef. 762624

SABADOS e DOMINGOS
TARDES INFANTIS
As 16 horas

PUB

B. BERLIN
CIRCUS

SOBRE O GELO

B. BERLIN CIRCUS
SOBRE O GELO

Instalado no PARQUE DE JOGOS DO HÓQUEI CLUBE DE PORTUGAL ao fundo da AVENIDA DO BRASIL

O MELHOR CIRCO DO MUNDO

LEÕES • TIGRES • ELEFANTES • CAVALOS • E 120 ARTISTAS SOBRE O GELO

O MELHOR ESPECTÁCULO DE TODOS OS TEMPOS
ESTREIA DIA 28 DE JANEIRO ÀS 21.30 HORAS

OS MELHORES PALHAÇOS INTERNACIONAIS
E A COLABORAÇÃO ESPECIAL DE

SANDOKAN

Canal da Crítica

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS:
170 SEGUNDOS PARA MOSTRAR O QUE VALE.

Estamos a viver em Portugal um dos momentos mais importantes depois do 25 de Abril. Refiro-me ao Congresso de Todos os Sindicatos. Expressão de unidade, expressão de vitória. O imperialismo deve estar a morder as unhas até ao sabugo. Que raiva, que chate, falharam todos os golpes baixos em que tantas espe-

ranças se puseram e acarinharam! Afinal, ainda não foi desta que o movimento sindical livre se foi à viola...

Pois é. Os trabalhadores portugueses derrotaram as manobras. Não foram em grupos. Nem vão. Nem em grupos nem em grupinhos.

O sinal mais evidente da importância do Congresso está

no tempo de antena reservado pelo *Telejornal* na reportagem da abertura: 2 minutos e 50 segundos.

O *Telejornal*, que diabo, também não abuses, eu sei que é um acontecimento muito importante, mas lá por isso perderes a cabeça, não vale. Vá, tem calma. Ninguém de boa-fé te exigirá mais de cinco segundos ou dez, no máximo, pois sabe-se que tens assuntos mais importantes a tratar, como por exemplo... sei lá... o Balsemado soluçante em Estraburgo, o Medeiros Ferreira não sei quê, o Pedro Coelho das pescas. A propósito: ontem no *Telejornal* (oh surpresa! Oh espanto! Oh dor! Oh Nunes!) não falou Pedro Coelho. Será que já se cansou de falar aos peixes... que não se pescam? Ou terá sido desalojado pelos 170 segundos gastos no Congresso de Todos os Sindicatos?

Não. Não pode ser. Aqueles 2 minutos e 50 segundos são um exagero, uma provocação. A CAP deve mandar um bilhete a protestar. A CIP deve dar o seu rasperete pelo telefone. E com razão, diga-se de passagem. O dr. Rui Machete, há dias, pela televisão, já disse o que tinha a dizer.

Neste país, um milhão e 800 mil trabalhadores valem 170 segundos. Livra, o raio dos trabalhadores estão a sair caro à Televisão.

QUEM MERCA
O CABAZ

Ainda a propósito do Cabaz de morangos, perdão!, do cabaz de compras, o dr. Sousa Gomes veio esclarecer alguns pontos.

Em primeiro lugar, ainda não está aprovado. Em segundo lugar, quando estiver aprovado, os preços a defender durante um ano (ih, tanto teeeeeeempo, o que vale é que não apanha o ano bissexto!) não serão os praticados há dois ou três meses, mas sim os preços que vigorarem no momento da aprovação.

Mário Castrim

Hoje



Banyon... Contrato Cumprido

I PROGRAMA

1.º Período

13.30 Ciclo Preparatório TV

18.05 Fecho.

2.º Período

18.30 Abertura e Barbapapa; «Aninhas» e «A Mão Mágica».

18.55 Abre-te Sésamo.

19.30 Tropicália.

20.00 Momento Desportivo debate de problemas de desporto.

20.30 Telejornal 1.ª edição.

21.00 Momento Político Programa da Secretaria de Estado da Comunicação Social com o dr. Mourão-Ferreira.

21.20 Eduardo VII. (4.º episódio). Interpretes: Annette Crosbie, Robert Hardy, Felicity Kendal, Charles Sturridge e Deborah Grant. Realização de John Gorrie.

22.20 Campeonato da Europa de Patinagem Artística. Transmissão de Helsínquia, via Eurovisão.

23.20 Telejornal 2.ª edição

23.40 Fecho

II PROGRAMA

20.30 Telejornal.

21.00 Banyon Contrato Cumprido. Interpretes: Robert Forster, Richard Jaeckel, Joan Blondell, Marilyn Mason, Peter White. Realizador: Ralph Senensky. Banyon é contratado por um homem que é assassinado no próprio dia em que paga adiantado os serviços do detective...

21.50 Documentário.

22.30 Fecho.



Amanhã

I PROGRAMA

14.00: Abertura e Telejornal 1.ª edição; 14.30: Leo Janacek; 15.15: Depois da Tempestade... filme de grande metragem realizado por Jean Claude Deuphin; 15.15: Ida e Volta; 16.15: O Povo e a Música; 16.45: John Hallifaz... 3.º episódio; 17.40: Gentes, mercados e músicos; 18.10: A bota de sete léguas; 18.45: Animação; 19.15: Um homem, uma época... Alexandre Herculano; 20.30: Telejornal 2.ª edição; 21.30: Espaço 1999; 22.25: Campeonato da Europa de Patinagem Artística; 00.00: Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Telejornal; 21.30: Animação; 22.00: Cinemateca «O Outro»; 23.00: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

ATENÇÃO LISBOA E TODA A PROVÍNCIA

AO GRANDIOSO ACONTECIMENTO ESPECTACULAR QUE SE APROXIMA

B. BERLIN CIRCUS

APRESENTA PELA 1ª VEZ EM PORTUGAL O MUNDIALMENTE FAMOSO

CIRCO SOBRE GELO

UMA EXPLOÇÃO DE LUZ E CÔR!!

O MELHOR CIRCO DE TODOS OS TEMPOS
INSTALADO NO PARQUE DE JOGOS
DO HÓQUEI CLUB DE PORTUGAL
NA AVENIDA DO BRASIL

DE 29 DE JANEIRO
ATÉ 27 DE FEVEREIRO

EMPRESA EDGAR PEDROSA

ESTREIA

Janeiro
29
21.30

UM ESPECTÁCULO
ÚNICO NO MUNDO
DOMINGO 2 MATINÉES:
15-18 HORAS
NOITE 21.30

MAIS DE 300 ARTISTAS REUNIDOS EM DUAS GIGANTESCAS PISTAS
PISTA DE CIRCO E PISTA DE GELO!! 2 ESPECTÁCULOS NO MESMO CIRCO!!

AUTÊNTICOS CAMPEÕES OLÍMPICOS SOBRE GELO | LEÕES E TIGRES SOBRE CAVALOS | 120 PATINADORES SOBRE GELO | OS ELEFANTES INDOSTÂNCOS | OS MELHORES PALHAÇOS INTERNACIONAIS | OS CHIMPANZES PATINADORES

SANDOKAN

O TIGRE DA MALÁSIA

NAS SUAS BATALHAS CONTRA OS BARCOS INIMIGOS

teatro
do bairro
alto

R. Tenente Raúl Cascais
1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

Teatro da Cornucópia

O treino
do campeão
antes da
corrida
de
Michel Deutsch

Até 5 de Fevereiro
Todas as noites às 21.45
Domingos às 18 e às 21.45
Descanso às segundas
M-18

2 SALAS
2 ESPECTÁCULOS

OS COMIÇOS

APRESENTAM

«Do Teatro
ao Cais Sodré»

de JOSÉ DANIEL RODRIGUES DA COSTA

Encenação de
FERNANDO HEITOR

Últimas representações
Hoje às 21.45

Amanhã às 18 e às 21.45

Domigo às 18
Bilhetes no Teatro
e na ABEP
Restaurado res

Em S. PEDRO DE MUEL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ CENTRAL

PUB

IMPOSTO PARA O SERVIÇO DE INCÊNDIOS

O Instituto Nacional de Seguros avisa os proprietários de prédios urbanos do Concelho de Sintra de que termina em 28 de Fevereiro o prazo para a apresentação das declarações destinadas à isenção do imposto para o serviço de incêndios.

Lembra, por isso, os segurados de que devem proceder, o mais rapidamente possível, àquela formalidade, junto do respectivo Organismo, para o que se torna indispensável juntar à apólice do seguro e respectivo recibo de prémio, a Cadereta Predial devidamente actualizada.

O INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS

PUB

QUE DEMOCRACIA SINDICAL?

TRABALHADOR:

- Sabemos que após o 25 de Abril os Sindicatos continuaram a ser organismos altamente burocratizados à boa maneira corporativista/fascista?
- Sabes quem tomou conta deles logo após o 25 de Abril e tudo fez para que assim se mantivessem?
- Sabes porque não se realizou uma verdadeira política de vertice zagaio sindical?
- Sabes porque se chamou ao Director Sindicato Democrático aderentes aos princípios da CARTA ABERTA?
- Sabes quem problema aos quatro ventos defender os seus interesses e sob essa capa servir interesses com os quais não se identifica?
- Sabes porque vai a Inter-sindical realizar o seu II Congresso e não participará o teu Sindicato?
- ACASO ESTAS INTEGRADO NO MILHAO E OITOCENTOS MIL TRABALHADORES QUE TE DIZEM ESTAR REPRESENTADOS NESSE CONGRESSO?

Acaso a tua vontade no futuro não é democraticamente mandatando assim a Direcção do teu Sindicato para te representar no Congresso?

Acaso esperas que esse Congresso resulte numa Central Sindical «reestruturada» capaz de te dar a resposta que os teus problemas necessitam urgentemente?

Por tudo isto poderás considerar o II Congresso da Inter-sindical como o VERDADEIRO Congresso de TODOS os Sindicatos?

TRABALHADOR, NÃO TENHAS ILUSÕES!

Do II Congresso da Inter-sindical resultará a continuidade da prática corporativista/fascista que sempre poderá corresponder à defesa dos teus interesses?

Trabalhador, uma solução há, nesta. Como tu, muitos outros trabalhadores pensam também: Une-te a eles, organiza-te dentro do teu Sindicato. Não permitas que alguém tome posições por ti sem te consultar.

LUTA TRABALHADOR, POIS NADA ESTÁ PERDIDO!
A DEMOCRACIA VENCERÁ!

Lisboa, 26-1-77.

CARTA ABERTA

Desporto

QUARTO ÊXITO DO TRANSALPINO

Munari venceu o Monte Carlo

O italiano Sandro Munari conduziu o seu «Lancia Stratos» à sua 4.ª vitória na prova mais clássica do automobilismo mundial: o «Rallye de Monte-Carlo». Em 2.º lugar ficou o «volante» francês Jean Claude Andruet (num «Fiat Abarth 131») e em 3.º o espanhol Antonio Zanini (num «Seat 124»). Munari ganhou já o «Rallye» em 1972, 1975 e 1976 de todas as vezes tripulando um «Lancia».

A classificação oficial (sem ter em conta as penalizações eventuais) do 45.º Rallye Automóvel de Monte-Carlo, que terminou na madrugada de

hoje, é a seguinte: 1.º Sandro Munari (Itália) «Lancia Stratos» 6h 36m 13s; 2.º Jean-Claude Andruet (França) «Fiat Abarth» a 2m 16 s; 3.º Sans Zanini (Espanha) «Seat» a 10m 54s; 4.º Gual Canellas (Espanha) «Seat» a 14m 32s; 5.º Gerard Swaton (França) «Porsche» 11.º do grupo 3 a 23m 04s; 6.º Christine Dacremont (França) «Stratos» (1.º no grupo de «damas») a 24m 57s; 7.º Christian Dorche (França) «BMW» (1.º no grupo 1) a 25m 44s; 8.º Salvador Servia (Espanha) «Seat» a 25m 55s; 9.º D. De Meyer (França) «Alpine A 110» a 29m 02s; 10.º Lars Carlsson (Suécia) «Opel» a 32m 43s; 11.º Václav Blahna (Jugoslávia) «Skoda» a 36m 25s.

O 3.º lugar era ocupado, até à 7.ª das nove classificativas da última etapa, por Fulvio Bachelli (em «Fiat Abarth»). Todavia, nesta prova de classificação, o piloto italiano despitou-se e viu-se impossibilitado de prosseguir.

O finlandês Markku Allen, 2.º classificado antes da partida para a última etapa (Mónaco-Monaco) foi desqualificado, depois de alguns espectadores

terem auxiliado o seu «Fiat Abarth» a pegar, durante a 2.ª classificativa. Funcionários da corrida consideraram isto «uma grave infracção».

As 60 equipas mais bem colocadas terminaram esta noite a fase final do «Rallye de Monte Carlo». Com o italiano Sandro Munari (em «Lancia Stratos») já numa forte posição para obter a sua 4.ª vitória, o que constitui um recorde.

Munari e o seu co-piloto (Sílvia Maiga) conseguiram uma confortável vantagem de três minutos e sete segundos sobre o «Fiat Abarth 131», da equipa finlandesa constituída por Markku Allen e Iikka Kivimäki. E apareceram, calmamente, no topo final da tabela, beneficiando (por último) do percalço dos finlandeses.

Contrariamente às previsões, a neve não cobria a pista final de 678 quilómetros, que incluía 170 quilómetros de secções cronometradas. As condições do percurso, melhores do que se esperava, favoreceram os «Stratos», máquina, no conjunto, mais poderosa do que os «Abarth 131».



"Zé Gato" não melhora

Jose Henrique: compressões das últimas vértebras da coluna (sofrida em Odivelas, quando defendia a baliza dos reservistas «encarnados») atirou o «internacional» benfiquista para uma cama no quarto 604 do Hospital da Cruz Vermelha. Baixa que vem afectar (pelo menos durante duas semanas) a presença de «Zé Gato» nas grandes festas do futebol. Portanto (e para já) mais ausência de vulto nos planos de Mortimore: até por que (segundo o jogador) não pode mexer as pernas e, desde que recolheu ao leito, ainda não sentiu qualquer melhoria no estado de saúde.

PORTUGAL

AREIRO

As selecções de Portugal, Espanha e Irlanda, disputam o Primeiro Torneio Internacional «Meeting» de Lisboa, que terá lugar na Piscina de Inverno do Areiro, nos dias 12 e 13 de Fevereiro — revelou à ANOP, o eng.º Cavaleiro Madeira, presidente da Federação Portuguesa de Nataçao.

Aquele dirigente acrescentou ainda que aguarda a inscrição de mais países que foram convidados para esta prova de nataçao, que será disputada por nadadores de ambos os sexos, até 17 anos.

BRIDGE

Organizado pelo Ginásio Clube de Águeda, terá lugar, nos dias 17, 18 e 19 de Março, o I Grande Torneio de Bridge, a nível nacional. A competição, que tem o aval da Federação Portuguesa de Bridge, decorrerá na Pateira de Fermentelos, podendo os interessados no torneio dirigir-se ao clube organizador ou aos principais clubes de bridge de Lisboa e Porto.

«LÉGUA-CONVÍVIO»

Já se inscreveram oitocentos e quarenta e um atletas na «Légua-Convívio» que se realizará, amanhã, por iniciativa do Grupo Desportivo do Banco Borges e Irmão. A iniciativa tem tido acolhimento invulgar, registando-se numerosas adesões e a presença de 20 mulheres. De salientar, ainda, a inscrição de duas corporações de Bombeiros, uma de Vila do Conde e outra de Fontes (Vila Nova de Penaguião), de uma equipa da Cruz Vermelha e de uma representação da Associação do Porto de Atletismo.

PROGRAMA

Na sala de reuniões do Ministério de Educação e Investi-

gação Científica foi assinado o programa de acção para 1977, que concretizará, na prática, o protocolo desportivo assinado há cerca de um ano, em Varsóvia, entre Portugal e a Roménia. Assinaram o programa de acção o tenente-coronel Rudolfo Begonha, Director-Geral dos Desportos, e Jarmusz Pawluc, vice-presidente das Federações Desportivas Polacas.

Estiveram também presentes ao acto o prof. Mirandela Costa, adjunto do Director-Geral dos Desportos, León Golebiowski, conselheiro da Embaixada da Polónia, e Mónica Schenfelder, funcionária do Comité Central dos Desportos e Turismo da Polónia.

VELA

A escola de vela de Ponta Delgada, numa iniciativa da delegação local da Direcção-Geral dos Desportos, vai realizar um curso de iniciação de vela, na baía do porto artificial da cidade, curso destinado a jovens dos 8 aos 15 anos.

O III Torneio Internacional do Carnaval — Campeonato Ibérico de «Snipes» —, que será também aberto às classes «470», «Finn», «Vaurien», «Laser», «Europe» e «Optimist», terá lugar próximo de Vilamoura (Algarve), de 19 a 21 de Fevereiro. A organização é da Associação Naval de Lisboa, com a colaboração das associações das classes participantes.

PUB

POR 1.650\$00 MENSAIS E SEM ENTRADA INICIAL VENDEM-SE TALHÕES DE TERRENO JUNTO DA PRAIA

Firma do ramo imobiliário, por impossibilidade financeira de continuar a sua acção até à finalização dos planos urbanísticos que se propunha levar a efeito em local de extraordinária beleza, junto de extensa praia, situada a cerca de 90 Km de Lisboa, pretende cessar a sua actividade e liquidar a Firma, pelo que põe em venda a totalidade dos terrenos de que é detentora.

Para maior rapidez de solução, vende em talhões os referidos terrenos — demarcados em PARCELAS RÚSTICAS a destacar — com áreas mínimas legais, de harmonia com o preceituado pelo ART. 1.º DA PORTARIA 202/70 de 21 DE ABRIL — a preços desde 69 500\$00 divididos em pagamentos mensais até 3 anos e meio, c/ escritura notarial imediata e sem a obrigatoriedade de entrada inicial nem de fiador, a pessoas de comprovada idoneidade.

Os interessados deverão enviar em postal ou carta dirigida ao Apartado 1431, Lisboa 1, as suas inscrições de compra que serão classificadas e atendidas pela ordem da sua recepção, observando pormenorizadamente o seguinte:

Nome completo — Profissão — Morada, Localidade e Concelho — Dias, horas e o n.º de telefone, convenientes para contacto — Quantidade de Talhões pretendidos, outra modalidade de pagamento preferida (dentro do prazo de 3 anos e meio).

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESPECTACULOS MOÇÃO

Os espectadores, cidadãos portugueses, que estiveram presentes na Feira das Indústrias de Lisboa, no dia 16 de Janeiro de 1977 atingindo um numero superior a 10 mil, exigem que o problema do plano de subsídios ao teatro, para o ano de 1977, e a política teatral sejam sujeitos à decisão do público, através de um debate, devidamente divulgado, num teatro, transmitido pela Televisão no 1.º Programa e na Rádio, sem qualquer limite de tempo, entre o senhor secretário de Estado da Cultura e quem ele mais desejar por um lado, e por outro, representantes do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos e dos Grupos Indpendentes.

Aprovado por unanimidade e aclamação na Feira das Indústrias, no dia 16 de Janeiro de 1977.

Desporto

Faltava esta: assalto à Federação de Andebol

O inacreditável sempre acontece: desta feita (era só o que faltava para completar curioso ramalhete...) visitantes nocturnos, não identificados, assaltaram no 2.º andar do n.º 65 da Praça da Alegria, as instalações da Federação de Andebol. O caso (já participado à P. J.) ocorreu entre as 1 e 30 e 8 e 45 de ontem e o arrombamento perfeito e à boa maneira clássica, foi encaminhado para a porta exacta, a única que conduzia até uma documentação tão valiosa que não houve qualquer hesitação em fazer o golpe mesmo nas barbas policiais, que estão ali pelas imediações de «cabarets» e futebóis, mais de andebol e companhia.

O arrombamento foi constatado apenas quando a porteira do prédio, já perto das 9 da manhã, verificou que não valia a pena meter chave na porta: os fechos tinham desistido da sua missão. Um primeiro exame, parece indicar que nada foi rapinado: valores não havia (vai pobre o nosso Desporto...) e a documentação da ideia de viver em tranquilidade há largas semanas. Fica, assim, uma questão no ar: teria sido utilizado o selo em branco federativo? Tiraram-se fotocópias de algo importante, a valer um pequeno Watergate cá pela loja? Foi «sacado» algum processo comprometedor?

Deixemos a Polícia para o deslindar da meada. A menos que, como ocorreu na morte dos três taxistas ou na dos dois desventurados funcionários da Carris assassinados na Praça do Jamor, mais remotamente no caso do policial estrangulado na zona do aeroporto, tudo fique em águas de bacalhau, com o tempo a fazer correr a cortina sobre insodáveis e impenetráveis mistérios. Que não são da Serra de Sintra...

N. DE S.

Falta de dinheiro no Belenenses pode paralisar o futebol "azul"

Está incandescente o futebol «azul»: atrasados em ordenados, prémios e (até) subsídios referentes à última temporada, os jogadores profissionais do Restelo, imaginando-se manipulados por qualquer má vontade, decidiram pôr os pés à parede. E, ontem, fartos de esperar, dirigiram-se à direcção do clube e colocaram verticalmente o último apelo: ou **aparece o dinheiro para ficarmos em dia ou tomaremos medida drástica.**

Os atletas belenenses (que, para cúmulo, ainda não receberam os prémios respeitantes a uma digressão feita por terras espanholas, no verão do ano que tomou...) sentem-se quase ludibriados. A quem os quer ouvir declaram:

Primeiro, os dirigentes prometeram que acertavam as contas com a receita do jogo com o Benfica: nada. Depois, era com a bilheteira do encontro com o Porto: nadinha. Por último, seria com o produto do espectáculo com o Sporting:

continuámos de mãos a abanar. Parece que anda alguém a divertir-se à nossa custa: e, no entanto, todos nós temos compromissos a liquidar, débitos a uma data de gente, família para sustentar. E, trabalhamos: logo, necessitamos do produto do nosso trabalho.

Assim, o derradeiro prazo conferido à directiva «azul» para resolver o problema foi extensivo até ao dia de hoje: os pupillos de Carlos Silva não pareciam muito dispostos a continuarem a trabalhar para aquecer, caso o dinheiro (boa parte, pelo menos) não apareça. E, o que é ainda para salientar: à base da legislação em vigor, todos os futebolistas com tal atraso de ordenados, ficam automaticamente livres de qualquer compromisso com a entidade patronal.

Entretanto, está marcada para 5 de Fevereiro uma reunião magna dos associados belenenses: além do premente problema financeiro que pende sobre a colectividade, há que encontrar nova gerência para o emblema restiliano, já que (diz-se) nem Luís Lagrifa nem o dr. Rosa Coutinho aceitaram a sucessão do posto ainda desempenhado pelo cor. Marcelino Marques.

BARREIRO

O quarto defesa Frederico e Araújo («capitão» da turma na-

cional de juniores) parecem terem sido convidados a trocar a Cuf pelo Sporting, seguindo-se eventualmente os passos de Manuel Fernandes, Conhé, Vítor Gomes, do técnico adjunto Fernando e do dirigente João Aranha.

CONGRESSO

Congresso da Federação de Futebol previsto para 12 de Fevereiro. Na agenda (para além dos previstos assuntos imprevistos...) várias propostas associativas sujeitas a análise e votação. Espera-se, contudo, que nenhuma venha ampliar o rol de candidatos a exibição nos calendários dos diferentes campeonatos nacionais. E que, por outro lado, o anacrónico «Regulamento de Disciplina» seja deixado às malvas, com todo o conteúdo doutrinário contrário ao verdadeiro sentido da democracia.

REGRESSO

O treinador Severiano Correia, que esteve largo tempo no Brasil (como responsável pelo «plantel» da Portuguesa do Rio), volta hoje a Portugal.

SALGUEIROS

Mal começa o trabalho de António Medeiros no Salgueiros e, logo uma contrariedade: o guarda-redes Prata fracturou uma perna e, até ao fim da temporada, escusam de contar com ele para o serviço.

SPORTING

O nosso camarada «Mundo Desportivo» informa, na edição de hoje, que o presidente sportinguista João Rocha, que se encontra no Brasil, manifestou claro interesse na contratação do médio Kleber (do Fluminense) que conta 22 anos e, simultaneamente, acertou (para Junho próximo) a realização de um «quadrangular», no Rio de Janeiro e em Lisboa, em que vão intervir os «leões», o Benfica, o Fluminense e o Vasco da Gama. A baila, veio também, o nome de Fraguito: o homem que os fluminenses seariam ver de volta à antiga (Samuel Fraguito foi criado do «Flu») só assim descendendo os brasileiros «libertação» do preterito Kleber.

A equipa de futebol do Sporting, actual comandante do Campeonato Nacional de Futebol da Primeira Divisão, deslocou-se à Guiné, antiga colónia portuguesa, em Junho próximo.

Aproveitando a deslocação àquele país, a direcção do clube «leonino» procura fazer um jogo no Senegal e outro em Cabo Verde. As conversações decorrem, para o efeito, entre a direcção do Sporting e os responsáveis pelo desporto do Senegal e de Cabo Verde.

para escolher o melhor televisor é preciso saber ver

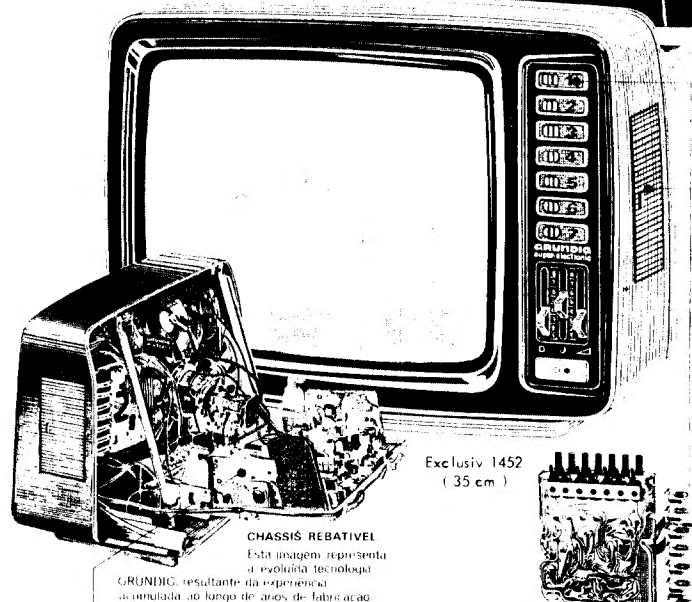
NACIONAL RÁDIO

aconselha

GRUNDIG

LIGACAO A BATERIA DE AUTOMOVEL

Mediante um cabo de ligação extra o televisor pode funcionar com bateria de automovel de 12 Volts. Consumo reduzido: até 10 Watts (16 amperes). Exatidão absoluta de imagem.

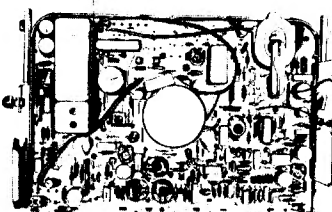


Exclusiv 1452 (35 cm)

CHASSIS REBATIVEL

Esta imagem representa a evolução tecnológica GRUNDIG, resultante da experiência acumulada ao longo de anos de fabricação de milhares de televisores. Se V for um técnico, preferirá!

SELECTOR DE PROGRAMAS SUPERELECTRONICO
Construido com circuitos microscópicos, funciona de simples toque do dedo. Com o sistema electrónico não tem avanços por engrenagem, característicos dos sistemas mecânicos, indicando de programas iluminado e de grande formato. Adeq. para seleccionar 7 programas diferentes em VHF ou UHF.



CHASSIS

Construido com componentes electrónicos de tecnologia mais avançada, totalmente equipados com os mais modernos semicondutores, não só transistores, mas também diodos, e com circuitos integrados. É um equipamento estável e seguro ao longo dos anos. Consumo muito reduzido: apenas 35 Watts.

A imagem da Europa



GRUNDIG PRODUZ TELEVISORES DE 31 A 61 CENTIMETROS A PRETO E BRANCO E DE 37 A 66 CENTIMETROS A COR

DISTRIBUIDOR NO SUL E ILHAS

NACIONAL RÁDIO, S.A.R.L.

DISTRIBUIDOR NO NORTE SUC. REP. SANTOS GUIMARAES & OLIVEIRA S.A.R.L.

Rua Bento de Jesus Caraça, 17 Telef. 211 28 71

Cruz Quebrada LISBOA - 3

PORTO

PUB



INSTITUTO DOS CEREIAIS

AVISO

Ao Instituto dos Cereais têm sido solicitados, por alguns agricultores, esclarecimentos sobre a forma como se processa a recepção e pagamento do milho à Lavoura na campanha de 1976/1977, cuja abertura se verificou no passado dia 13 de Dezembro.

A intervenção do Organismo na compra do cereal baseia-se nos seguintes pontos:

- 1.º O preço de aquisição do milho à Lavoura é de 6000\$00 por tonelada de grão seco e são, com os máximos de 3% de impurezas e 14% de humidade;
- 2.º Apresentação do cartão de produtor. Os agricultores que não possuem o cartão deverão solicitá-lo ao Instituto dos Cereais através dos Serviços Regionais do seu concelho;
- 3.º Para a venda do cereal ao Organismo, os agricultores deverão entregar nos serviços regionais uma declaração de venda onde conste o total do milho da colheita de 1976 que prevêem entregar ao Instituto dos Cereais;
- 4.º A declaração de venda não implica que tenham de proceder de imediato à entrega de todo o cereal;
- 5.º Até às 24 horas do acto de entrega, verificar-se-á um abono de 2\$50 por kg. Os restantes 3\$50 serão liquidados no período máximo de 15 dias;
- 6.º Em casos muito excepcionais e de acordo com a programação a estabelecer pelos Serviços Regionais do Organismo, poderá eventualmente, admitir-se a possibilidade de uma adiantamento sobre o valor do cereal na posse do produtor.

Lisboa, 26 de Janeiro de 1977.

A COMISSÃO DE GESTÃO
(Assinatura ilegível)

LISBOA — PORTIMÃO — LISBOA

Excursões diárias em serviço expresso, em autocarros de turismo, organizadas pela Agência de Viagens e Turismo Belos

HORARIOS

expresso 1		expresso 2	
Lisboa (Av. 5 Outubro, 75C) partida	8,00	Portimão	partida 15,00
Setúbal	8,50	Lagos	15,25
Santiago Cacém	passagem 10,40	Odemira	16,40
Cercal	cerca das: 11,20	Cercal	17,10
Odemira	11,50	Santiago Cacém	17,45
Lagos	13,05	Setúbal	19,40
Portimão	chegada 13,30	Lisboa (Av. 5 Outubro, 75C) chegada	20,30

Peça informações sobre preços e demais esclarecimentos nas estações do COP 09 da RODOVIA NACIONAL, em Lisboa, Setúbal, Santiago do Cacém, Cercal, Odemira, Lagos e na COP 10, em Portimão

Geral

Canal da Crítica

Continuação da pág. 15

brilantemente Manuel Magno previra, foi mais uma vitória, mais uma medalha de ouro para a República Democrática Alemã.

Recordemos: a RDA obteve grandes êxitos nos últimos Jogos Olímpicos, a pontos de se classificar no segundo posto, quanto ao número de medalhas conquistadas, logo a seguir à U.R.S.S.. E já agora, para os que andam mais afastados destas coisas geográficas, sempre lhes direi que a RDA tem uma superfície de 107 mil quilómetros quadrados, ou seja: pouco mais que o nosso país, com os seus 89 mil quilómetros de esperança em forma de quadrado. Onde se conclui que os países não se medem aos palmos, medem-se pela organização social dos seus povos.

Hoffman marcha (ou voa, ou salta, ou paira, ou flutua, como preferirem) para mais uma medalha de ouro. E enquanto lhe admiro os volteios, as vertigens, as piruetas (desculpe lá esta terminologia em liberdade, Manuel Magno) penso.

Penso que nos últimos cinco anos, 1.800.000 cidadãos da RDA receberam novas casas para morar.

Que o aluguer de todas as casas (incluindo água, electricidade e aquecimento) não ultrapassa 4,4 por cento do orçamento familiar.

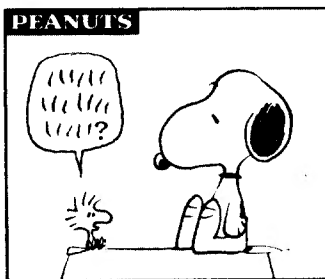
Que em relação a 1970, o salário líquido aumentou em 26,6 por cento, mantendo-se inalteráveis os preços dos artigos de grande consumo, dos serviços, das rendas de casa, dos transportes.

Que a partir de Outubro de 1976, o salário mínimo mensal, na RDA, passou de 350 para 400 marcos.

Que dentro de três anos, todas as famílias terão frigorífico e televisor e 80 por cento das famílias terão máquina de lavar. Além de que serão reforçadas astronômicamente as verbas destinadas à saúde, ao repouso, à cultura e ao desporto. Desporto que, como se sabe, é considerado um direito dos cidadãos na RDA.

Penso nisto enquanto o jo-

vem Hoffman desenha na pista de gelo as projecções mais difíceis e figuras de grande beleza. Alguém poderá dizer que não há relação nenhuma entre uma coisa e a outra, mas essa não é a minha opinião. E a vossa?



PUB

ENTREPOSTO FRIGORÍFICO DE PENICHE

ADMISSÃO DE PESSOAL

● ENCONTRA-SE ABERTO CONCURSO PARA ADMISSÃO DO SEGUINTE PESSOAL PARA ENTRADA EM FUNÇÕES A CURTO PRAZO:

- 2 trabalhadores administrativos
- 3 mecânicos de frio
- 2 praticantes de mecânico de frio
- 3 condutores de máquinas e aparelhos de elevação e transporte

● EXIGE-SE EXPERIÊNCIA COMPROVADA NAS FUNÇÕES INDICADAS.

● É CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA SER RESIDENTE NA ÁREA DE PENICHE.

● AS RESPOSTAS DEVERÃO SER ENDEREÇADAS A «DOCAPESCA — SECÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL — PEDROÇOS — LISBOA-3», EM CARTA REGISTRADA COM AVISO DE RECEPÇÃO, ACOMPANHADAS DE CURRÍCULO DETALHADO.

● OS INTERESSADOS QUE SE ENCONTREM INSCRITOS NO CENTRO DAS CALDAS DA RAINHA DO S. N. E. NÃO DEVERÃO RESPONDER, DADO QUE AS SUAS CANDIDATURAS SERÃO CANALIZADAS ATRAVÉS DAQUELE CENTRO.

PUB

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA DO DISTRITO DE SETÚBAL

Praça da República — Telefone: 26001-2-3-4-5-6-7-8-9 — SETÚBAL —

ADMISSÃO DE PESSOAL

Informa-se que de harmonia com o art.º 9 da C.C.T. dos Trabalhadores da Previdência e da Circular n.º 231/76 da Direcção Geral da Previdência, está aberto concurso de provimento, no período de 24-1-77 a 7-2-77, para preenchimento das seguintes vagas existentes nesta Instituição (Segurança Social):

- Carpinteiro
- Canalizador

A estes lugares em princípio, poderão concorrer indivíduos habilitados somente com a 4.ª classe.

No entanto, no caso de concorrerem indivíduos com habilitações superiores às já mencionadas, naturalmente terão prioridade na ocupação dos lugares em causa.

Os interessados deverão dirigir-se à Sede desta Caixa de Previdência, na Praça da República, Setúbal, Secção de Pessoal, onde lhes serão prestados todos os esclarecimentos necessários.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Amnistiado o homem que injuriou Otelio no Porto

PORTO, 28 — Foi um julgamento sem história, sem réu, sem testemunhas de defesa e sem sentença... o insólito passou-se ante o escrínio do 2.º Juízo Correccional, no Tribunal de S. João Novo. Julgava-se um caso de injúrias proferidas em Agosto de 75 contra o general Otelio Saraiva de Carvalho quando este acompanhava do então também general Fabião e do brigadeiro Eurico Corvacho, à altura comandante da R. M. N., saía de um restaurante da «Baixa» portuense, onde almoçara. Deentre a multidão que se aglomerava à porta do restaurante, para protestar contra a presença de Otelio no Porto, sobressaiu um indivíduo que acabou por ser detido pela P. M., tratava-se do emigrante Rogério Emídio Pires, de 20 anos, a trabalhar em França e acidentalmente a passar férias nesta cidade.

O Tribunal recolheu para deliberar... horas depois, quando o juiz ia ler a sentença deu-se conta de que o réu não podia ser julgado... o crime de que era acusado (injúrias) estava abrangido pela última amnistia decretada pelo Presidente da República...

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava encoberto, o vento era fraco e chovia ou caíam aguaceiros e havia neblina em vários locais.

TEMPERATURAS EXTREMAS

FARO

Máxima 18º

ENHAS DA SAÚDE

Minima 01º

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO 10º
COIMBRA 10º
POIMBLEGRE 7º
LISBOA 10º
FARO 13º
FUNCHAL 14º

MARÉS DE HOJE

PREA-MAR 9.27 3,1 m 2.43 1,9 m
BAIXA-MAR 22.13 3,1 m 15.20 1,9 m

DIA 29

10.48 3,1 m 4.05 1,9 m
23.30 3,2 m 16.34 1,9 m

DIA 30

12.00 5.18 1,8 m
17.37 1,7 m

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente muito nublado; vento fraco tornando-se moderado de Noroeste; aguaceiros que serão de neve na Serra da Estrela; pequena descida de temperatura.

AMANHÃ

NAScer AS 7.46
OCASO AS 17.55

DIA 27 DIA 4 DIA 11 DIA 18

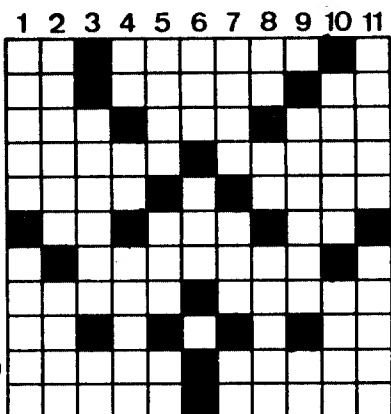
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11661

HORIZONTAIS:

- Amónio (s.q.). Latir.
- Letra grega. Cidade do estado de Sergipe (Bras). Bário (s.q.).
- Época. Viscera dupla. Caminho.
- Junta. Espécie de caranguejo (Bras).
- Raera. Cidade de França.
- Letra grega. Recusa. Sufixo que designa estado.
- Transpirasses. Tempo do verbo ser.
- Agupo. Levas à sirga.
- Vi. Nome antigo da notamusical dd.
- Assassinas. Afia.
- Rezara. Falhas.



VERTICAIS:

- Limpar metais. Cântico de louvor a Deus.
- Ferrar. Dar pios.
- Esbelto. Basta.
- Nota musical. Basta. Dar urros.
- Rã (pop). Recusa. Apelido.
- Oferecei. Ruins.
- Pilha. Sufixo que designa abundância. Átomo.
- Autores. Batráquio. A moral.
- Que tem calos. Érbio (s.q.).
- Perrotar. Brisa.
- Romancista francês que recebeu o Prémio Nobel da Literatura em 1957. Pronome demonstrativo.

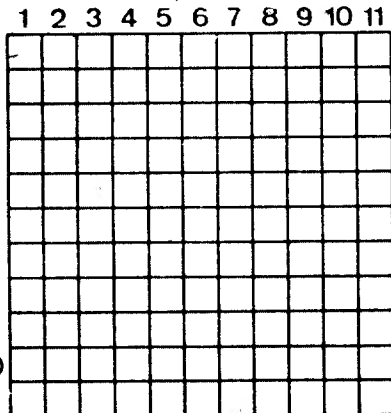
Resolvi completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7721

HORIZONTAIS:

- Caseiros.
- O mesmo que mourama.
- Artigo definido. Magoara. Abreviatura de palavra inglesa mister.
- Laço. Prefixo que designa afastamento. Ribeira de Portugal.
- Gostaria muito de. Nome de fruto.
- Preposição e artigo definido. Cálcio (s.q.).
- Lavrem. De alto preço.
- Utensílios domésticos. Oceano.
- Reis. Arruine. Apelido.
- Governante. Grande quantidade.
- Velem. Serra de Portugal.



VERTICAIS:

- Planta oca nos entredós. Agrada.
- Adicionaras.
- Artigo indefinido. Pertencas. O mais.
- Cobriram de iodo. Estime.
- Metal raro, também chamado colúmbio. Formam as abas a.
- O mesmo que três.
- Lago da Escócia. Castelo antigo.
- Magnete natural. Igual. Preposição e artigo definido (pl).
- Batráquio. Catedral. Grande ribeira da Ásia Russa. Reis.
- Habite. Carta de jogar.
- Saburra na língua. Lavar.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11660

HORIZONTAIS:

- A. AMBICÃO.
- Ralei. Micra.
- CEGA. Roaz.
- Ara. Dão. Ria.
- Rolão. Corvo.
- III. Rea.
- Ada. Ria.
- Le. Mexia. Sr.
- Der. Srs.
- Taca. A. Capa.
- Acira. Saías.

VERTICAIS:

- Arcar. Aleta.
- Aeróide. Ad.
- Algália. DCI.
- Mae. Al. Mear.
- BI. Dó. Aer.
- Má.
- CM. Oc. Eis.
- Air. Or. Arca.
- Ocorrer. Sai.
- Raivais. Pá.
- RAZÃO. Áreas.

PROVERBIO A AMBICÃO CEGA A RAZÃO

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7720

HORIZONTAIS:

- Lailo. Rumor.
- Em. Erar. Re.
- Io. Rã. Dã. És.
- Riu. Lox. Mat.
- Arno. Firo.
- Saira. Mamas.
- Sado. Imos.
- Errai.
- Abano. Ileso.
- Soma. Irem.
- Asara. Não.

VERTICAIS:

- Leiras. Casa.
- Amolras. Sob.
- Unia. Ama.
- Ler. Ordenar.
- Oral. Aoro.
- Os.
- Rada. Mlai.
- Ura. Família.
- Mimo. Ero.
- Orearas. Sé.
- Restos. Toma.

Farmácias de Serviço

LISBOA

ALTEJO — Av. da Igreja, 28-B. Tel. 892682.
ALGARVE — Av. de Roma, 7-B. Tel. 801478.
ASCENSO — Praça Norte, 11-A (B. da Encarnação). Tel. 311216-310172.
AVIS — Av. de Roma, 56-B-C. Tel. 895370.
BAIRRO AZUL — Av. Ressano Garcia, 7-A. Tel. 571451.
BARRAL — Rua Augusta, 225. Tel. 361534-361535.
BENFICA — Estrada de Benfica, 678-E. Tel. 702532.
CAMPO PEQUENO — Av. Júlio Dinis, 10. Tel. 771661.
CENTRAL DE CAMPOLIDE — Rua General Taborda, 17. Tel. 680304.
CENTRAL DO LUMIAR — Rua do Lumiar, 77. Tel. 790480.
CONFIANÇA — Aven. Almirante Reis, 46-B. Tel. 821653.
CRUZ NUNES — Praça Duque de Saldanha, 14. Tel. 41845.
FERNANDES BORGES — Rua C. Benguela, lote 30. Tel. 311091.
GRÍJO — Rua do Grilo, 25. Tel. 385264.
LARANJEIRA — Rua Filipe da Mata, 160-162. Tel. 761035.
LOBEL — Rua Infância, 16, 98-B. Tel. 688807.
MARLUZ — Calc. Picheleira, 140-B-C. Tel. 720703-728395.
MODELAR — Largo Dr. António Macedo, 7-A. Tel. 608896.
NOVA LISBOA — Rua Guilhermina Suggia, 12. Tel. 727721.
S. NUNES SIMÕES, SUCR — Rua do Quelhas, 1. Tel. 661275.
REMISIO — Rua Jerónimos, 14-C. Tel. 631699.
ROSA E VIEGAS — Rua S. Vicente, 31. Tel. 864351.
S. JORGE — Largo do Leão, 3-A-B. Tel. 534027.
SEPOL — Calçada da Boa-Hora, 94-A. Tel. 631958.
SILMAR — Rua S. Lázaro, 128. Tel. 42829.
VIEIRA BORGES — R. Alexandre Herculano, 28-30. Tel. 40536.
VITEZ — Estrada de Benfica, 373-B. Tel. 780548.
ALGARVE — Av. de Roma, 7-B. Tel. 801478.
BARRAL — Rua Augusta, 225. Tel. 361534-361535.
BENFICA — Estr. de Benfica, 678-E. Tel. 702532.
CENTRAL DO LUMIAR — Rua do Lumiar, 77. Tel. 790480.
CONFIANÇA — Aven. Almirante Reis, 46-B. Tel. 821653.
CRUZ NUNES — Pr. Duque de Saldanha, 14. Tel. 41845.
S. NUNES SIMÕES, SUCR — R. do Quelhas, 1. Tel. 661275.
REMISIO — Rua Jerónimos, 14-C. Tel. 631699.
LOBEL — Rua Infância, 16, 98-B. Tel. 688807.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS — Almeida Nifo, Av. Comb. G. Guerra, 64 (T. 2112070).
ALCABIDE — Carvalho, Até às 21 horas.
PORTO SALVO — Ferreira Bastos, Até às 21 horas.
CARCVELO — Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas.
S. DOMINGOS DE RANA — Godinho da Silveira, Av. Sa-Boia, 29-B (T. 260085). Até às 21 horas.
NOVA OELRAS — Leal, Até às 21 horas.
PARADE — Junqueiro, Mendes Até às 2 horas.
AMOREIRA — Amoreira (T. 262313/367314). Até às 22 horas.
CASCAIS — Nova, Est. de Alvide - Fontainhas (Tel. 281044) Até às 21 horas; Marginal, Av. Marginal (Tel. 280078) Até às 24 e das 0 às 9 horas.
OELRAS — Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (Tel. 2430096) Até às 24 e das 0 às 9 horas.
PAÇO DE ARCOS — Trindade Brás, R. Costa Pinto, 184 (Tel. 2432034) Até às 22 horas.
PARADE — Grincho, Av. da República, 87 (Tel. 2471204) Até às 24 e das 0 às 9 horas.
S. PEDRO DO ESTORIL — S. Pedro, R. 9 de Abril, 24 (Tel. 263052) Até às 21 horas.

LINHA DE SINTRA

AMADORA — Melo, P.d. João I, 9-B (Tel. 932756). Serviço permanente.
Central — Av. Cardoso Lopes, 25 (Tel. 932210) Até às 22 horas.
Igreja — P. da Igreja, 22-A (T. 933740). Até às 22 horas.
Jardim — Av. Conde de Oeiras, 120-Reboleira (Tel. 938424) Até às 22 horas.
DAMAIA — D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (Tel. 970461).
QUELUZ — Quehuz, Av. Miguel Bombar-da, 123-A (Tel. 951841).
CACÉM — Garcia, Av. dos Missionários 2 (Tel. 294181).
MEM MARTINS — Miranda Garcia, Est. de Mem Martins, 173-B (Tel. 291403).
S. PEDRO DE SINTRA — Valentim, (Tel. 980456).

SINTRA

Simões — Estefânia (Tel. 2930832).
COLARES — Abreja, (Tel. 299088).
OUTRA BANDA
ALCOCHETE — Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 234100).
ALHOS VEDROS — Gusmão, H. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 204250).
ALMADA — Magalhães, R. Capitão Leitão, 8-B (T. 2750242).
BAIXA DA BANHEIRA — Aliança, Est. Nacional, 178-B (Tel. 2040302).
BARREIRO — Mascarenhas Neto, R. Almeida Garrett, 1 (Tel. 2072454).
COVA DA PIEDADE — Garcia Reis, R. dr. Alberto Araújo, 19-A.
MOITA — União Moitense, Av. dr. Teófilo Braga (Tel. 239025).
MONTIJO — Giraldes, R. Almirante Reis, 45 (Tel. 2310008).
SESIMBRA — Leão, Av. da Liberdade, 13 (Tel. 2233471).
SETÚBAL — Soromenho, P. Machado Santos (Tel. 22691).
Alice — P.d. Quebedo (T. 23743).
SEIXAL — Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Tel. 2218560).

PORTO

PASTELEIRA — Rua André de Resende, 92 — Tel. 687011; **ALMEIDA CUNHA** — Rua Formosa, 327 — Tel. 24874; **SAMPAIO** — Rua de Cedofeita, 636 — Tel. 21782; **BIRRA** — Praça da Liberdade, 125 — Tel. 26463; **MONTE CATIVO** — Rua do Monte Cativo, 444 — Tel. 481687; **SÃO JERÓNIMO** — Rua de Santos Pousada, 622 — Tel. 54526; **CARDONA DOS SANTOS** — Rua D. Manuel II, 90 — Tel. 315051; **ORIENTAL** — Rua do Bonjardim, 727 — Tel. 27878.

(De dia e toda a noite)

CONTUMIL — Rua de Contumil, 540 — Tel. 485755; **MARQUES DE MENDONÇA** — Rua do Ameal, 251 — Tel. 487118; **COSTA LIMA** — Av. da Boavista, 355 — Tel. 60606; **VAZ TEIXEIRA** — Rua do Heróismo, 56 — Tel. 52851.

COIMBRA

LOPES RODRIGUES — Rua Fernandes Tomás, 41 — Tel. 22634; **OLIVAIS** — Rua Bernardo Albuquerque, 159 — Tel. 72904.

Cinemas

ALVARADE

Tel. 897480 Hoje Estreia às 21.15
 Rod Taylor, Adam West, Xenia Gratsos em

OS GUERRILHEIROS

um filme de Stole Jankovic
 Não acons. a men. de 13 anos
 Hoje as 15.30 e 18.30
 Últimas exhibições do filme
JOVENS AVENTUREIROS

APOLO 70

Tel. 763319 14, 16.30, 19 e 21.15
 Ficção científica ou o epítio de humanidade

A BEIRA DO FIM

de Richard Fleischer
 4.ª Semana
 Não acons. a menores de 18 anos

A TENTACÃO DO DINHEIRO

AVIS

Tel. 41163 14.30, 16.45 e 17.00

HEIDE NAS MONTANHAS

Para todos
 As 21.15
O PERFUME DA SENHORA DE NEGRO

BEIRA

Tel. 776098 14, 16.30, 19 e 21.15
 O mais audacioso salvamento deste século

VITÓRIA EM ENTEBBE

4.ª Semana
 Com Helmut Berger, Linda Blair, Kirk Douglas
 Não acons. a menores de 13 anos

CALIBOSCOPIO

Tel. 795053 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
 Não acons. a men. de 18 anos

JOGOS PERIGOSOS

um filme de Rainer W. Fassbinder
 Eva Mattes, Harry Harry Baer, Ruth Bräxel em

Cinemas

CASINO ESTORIL

Tel. 264521/264996 17.00 e 21.15
 Int. a men. de 18 anos

MEU DEUS OH QUE CHEGUEI

CASIL
 As 15.00, 17.00, 19.00, 21.15
 Int. a men. de 18 anos

A MINHA MULHER AGRADA-TE

ADORO A TUA
 3.ª Semana
 Este filme contém cenas eventualmente chocantes
 Hoje as 24 h. ante-estreia
AS PROVOCADORAS

BONDES

Tel. 320053 14, 16.30, 19 e 21.15
 Não acons. a menores de 13 anos

O RAID RELÂMPAGO DOS COMANDOS

A missão impossível
 C/Charles Bronson

EODI

Tel. 320768 Hoje Estreia às 21.15
 Rod Taylor, Adam West, Xenia Gratsos em

OS GUERRILHEIROS

um filme de Stole Jankovic
 Não acons. a men. de 13 anos

ESTUDIO

Tel. 535134 15.00, 17.00, 19.00, 21.15
 Não acons. men. 18 anos

MADRE JOANA DOS ANJOS

2.ª Semana
 um filme do maior realizador polaco Jerry Kawalerowicz

ESTUDIO 44

Tel. 779045 14.30, 16.45, 19 e 21.15
 SONHOS HUMIDOS

2.ª Semana
 Este filme contém cenas eventualmente chocantes

IMPERO

Tel. 555134 15.15, 18.30 e 21.15
 Delon-Trintignant

FLIE STORY

2.ª Semana
 um filme de Jacques Deray
 Um duelo implacável
 Não acons. m/ 18 anos

LODOLDES

Tel. 851433 14.00, 16.30, 19 e 21.15
 Não acons. a men. de 13 anos

OH! MEUS AMIGOS

Pietro Fermi
 4.ª semana

MUNDIAL

Tel. 538733 15.15, 18.30, 21.15
 Não acons. a men. 13 anos

UMA FORTUNA POR ÁGUA

ABAIXO

BARES - BOITES

RESTAURANTES

TÍPICOS

DANCINGS

NINA

Dancing com atrações. Rua Paiva de Andrade, 7-13. Tel. 364859/368197. Rosy Striptease

CASINO ESTORIL

Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

Cinemas

NIMAS

Tel. 574313/574313
 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

CHOVE EM SANTIAGO

Meio ano de lotações esgotadas
 O Chile de Allende e Pinochet

ODOR

Tel. 326283 15.15, 18.15, 21.15
 Não acons. m/ 18 anos

LIÇÕES PRIVADAS

2.ª Semana
 c/ Carol Baker

PATRIE

Tel. 821933 Estreia às 21.15
 Int. a men. de 18 anos

BEL-AMI

Este filme pode ser considerado pornográfico

POLTERMEI

Tel. 323803 14.15, 16.30, 19 e 21.30
 Não acons. menores de 18 anos

BRIGADA FEMININA

c/Sandra Currie, Tony Young

REXTEL

Tel. 610376 21.15
 Não acons. men. 13 anos

BOBBY

ROMA
 Tel. 727778 15.30, 18.30 e 21.15

O TRITURADOR

Ação explosiva com Charles Bronson

ROXY

Tel. 48560 14, 16.30, 18.45 e 21.15
 O mais audacioso salvamento deste século

VITÓRIA EM ENTEBBE

C/Helmut Berger, Linda Blair, Kirk Douglas
 4.ª Semana
 Não acons. a menores de 13 anos

S. JORGE

Tel. 554153/4 15.15, 18.15, 21.15
VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS

Não acons. a M/ 18 anos
 6.ª Semana
 5 Oscars o Melhor Filme do Ano!

ITVOLI

Tel. 570595 15.15, 18.15 e 21.15
 Robert Redford/ Justin Hoffman em

OS HOMENS DO PRESIDENTE

2.ª Semana
 um filme de Alan J. Pakula
 Não acons. a men. de 13 anos

UNIVERSAL

Tel. 774407 15, 19, 21
VIVA PORTUGAL

Um filme de Christiane Gerhards, Malte Riach e Samuel Schirmbeck

O ANO 01

As 17 e 23 h. O ANO 01 um filme de Jacques Doillon, Alain Resnais e Jean Rouch (N. ac. m/13)

MÉDICOS E MULHERES

Tel. 971794 As 21.15

Outros espetáculos

LISBOA/Teatros

S. LUIS — 21.30 (13 anos) — «Tudo no Jardim»
TEATRO DO BAIRRO ALTO — Sala 1 — 21.45 (18 anos) — «Do Teatro ao Cais do Sodré»
 Sala 2 — 21.45 (18 anos) — «O Treino do Campeão antes da Corrida»
VARIEDADES — 21.30 (13 anos) — «Isto é que me Dói»
MONUMENTAL — 21.15 (18 anos) — «Uma Estranha Forma de Amar»
CASA DA COMÉDIA — 21.45 (13 anos) — «Equivoco»
MARIA VITÓRIA — 20.30 e 22.45 (18 anos) — «O Bombo da Festa»
TRINDADE — 21.30 (13 anos) — «A Barraca»
ABC — 20.30, 22.45 (18 anos) — «Cada Cor Seu Paladar»
COMUNA — 21.30 (13 anos) — «O Muro»

LISBOA/Cinemas

OLIMPIA — Sessões permanentes (18 anos) — «Pompeia, Uma Prostituta ao Serviço do Império»
CINEARTE — 21.15 (18 anos) — «Kung-Fung contra os 7 Vampiros de Ouro»
CINEBOLSO — 21.30 (18 anos) — «Machíssimo»
RESTELO — 21.15 (13 anos) — «Wang Yu, o Rei do Karaté»
CAPITOLIO — 21.15 (18 anos) — «Sex Concert»
EUROPA — 21.15 (13 anos) — «O Ministro e Eu»
MONUMENTAL — 21.15 (18 anos) — «Medo Sobre a Cidade»
VOX — 21.15 (18 anos) — «Até os Bichinhos Gostam»
JARDIM — 21.00 (18 anos) — «A Morte está ao Telefone»
PARIS — 21.15 (6 anos) — «O Soldado Aventureiro»
CALEIDOSCÓPIO — 21.15 (18 anos) — «Jogos Perigosos»

CINE AUDITÓRIO

21.15 (14 anos) — «Amar, não é Pecado»
ROYAL — 21.15 (6 anos) — «As Férias Grandes»
SATELITE — 21.15 (18 anos) — «What?»
ROCIO — Sessões permanentes — «O Ventre Negro da Aranha» (18 anos)
LUMIAR — 21.15 (18 anos) — «Os Diabos Aliados»
SALÃO IDEAL — 21.00 (18 anos) — «Ambição Fatal»
PROMOTORA — 21.15 (18 anos) — «Mulheres Apaixonadas»

LINHA DE SINTRA

AMADORA — Lido — 21.15 (18 anos) — «Afeição»
AMADORA — Cinestúdio — 21.30 (18 anos) — «O Fugitivo da Ilha do Diabo»
MEM MARTINS — Cine Chaby — 21.15 (18 anos) — «O Terror de Drácula»
SINTRA — Carlos Manuel — 21.15 (13 anos) — «Queremos os Coronéis»

OUTRA BANDA

ALMADA — Academia — 21.15 (13 anos) — «A Grande Jogada»
LARANJEIRO — Instrução e Recreio — 21.15 (13 anos) — «Afeição»
ALMADA — ncrível — 21.15 (18 anos) — «Cristina e o Cardeal»

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS — Stadium — 21.30 (18 anos) — «Kung-Fu contra os Sete Vampiros de Ouro»
ESTORIL — Casino — 17.00 e 21.15 (18 anos) — «Meu Deus ao que eu Cheguei»

ESTORIL

Palácio — 21.15 (18 anos) — «A Rival»
CASCAIS — S. José — 21.15 (13 anos) — «Zorro»
CASCAIS — Oxford — 21.15 (18 anos) — «O Monstro»

PORTO/Teatros

SA DA BANDEIRA — 21.30 (13 anos) — «As Coisas que o Padre Faz»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO 400 — 21.15 (18 anos) — «Os Detectives»
JULIO DINIS — 17.45 e 21.15 (18 anos) — «A Rapariga da Orquidea»
ESTUDIO — 21.15 (18 anos) — «Quem tem Medo de Virginia Wolf?»
ÁGUA DE OURO — 21.15 (13 anos) — «Passado Inesquecível»
BATALHA — 21.15 (18 anos) — «Medo Sobre a Cidade»
CARLOS ALBERTO — 21.15 (13 anos) — «Revoluções por Minuto»
COLISEU — 21.15 (18 anos) — «A Esposa Virgem»
ESTUDIO FOCO — 21.15 (13 anos) — «A História de Fernão Capelo Gamota»
VALE FORMOSO — 21.15 (13 anos) — «Afeição»
PASSOS MANUEL — 21.30 (14 anos) — «O Que nós Queremos é Dinheiro»
OLIMPIA — 21.15 (18 anos) — «Não Saías da Minha Cama»
TRINDADE — 21.30 (18 anos) — «O Duelo das Águias»
S. JOÃO — 21.15 (18 anos) — «Mandigo»
RIVOLI — 21.15 (13 anos) — «O Raid Relâmpago dos Comandos»
SALÃO BEBE — 21.15 (13 anos) — «A Flauta Mágica»



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A. I.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320211/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOAL TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL



Na Casa da Cultura da Zona Oriental de Lisboa, a Moscovide, na sequência dos debates sobre «Literatura e Resistência», falou-se ontem de literatura e revolução. O papel de publicações como o «Sol Nascente», «O Diabo», «Seara Nova», «Vértice» e numerosas «páginas literárias» em jornais de província, o aparecimento do «neo-realismo» e outras formas de resistência intelectual e artística ao fascismo e à repressão, bem como a comparticipação dos escritores na revolução portuguesa foram alguns dos motivos do diálogo travado entre escritores e o público. Na foto, a mesa que presidiu ao debate: Casimiro de Brito, o nosso camarada de redacção Manuel de Azevedo e António Modesto Navarro

“Povo Unido” vai continuar

A Frente Eleitoral Povo Unido, formada com vista às recentes eleições para as autarquias locais, tal como já havia sido aventado, não se dissolve e manterá a sua actividade no futuro.

A documentação relativa à legalização desta frente de partidos, que engloba a Frente Socialista Popular, o Movimento Democrático Português e o Partido Comunista Português,

foi entregue esta tarde no Supremo Tribunal de Justiça.

A Frente Eleitoral Povo Unido terá agora como objectivos apresentar listas conjuntas nas eleições que se vierem a realizar, se os partidos que a constituem assim resolverem; promover e dinamizar a participação das populações dos concelhos e freguesias; lutar por uma política conforme com os princípios de constituição, a nível nacional e local.

Álvaro Cunhal vai a Moçambique

A fim de participar no III Congresso da Frelimo, a efectuar de 3 a 7 de Fevereiro, partirá do Aeroporto de Lisboa para Maputo, no próximo dia 31 uma delegação do P. C. P. composta pelo secretário-geral do partido, Álvaro Cunhal e por Carlos Costa, membro da Co-

missão Política e do Secretariado do Comité Central.

1.º prémio da lotaria foi para o Funchal

FUNCHAL, 28 — O primeiro prémio da Lotaria Nacional, atribuído ao bilhete n.º 17.100, veio para esta cidade, onde contemplou elevado número de pessoas.

mini férias
na neve



PASSE 4 DIAS
NO TECTO DE PORTUGAL
PENHAS da SAÚDE
alojamento no magnífico
hotel SERRA da ESTRELA

informações e inscrições:



LISBOA AV. ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR 90 B
TEL. 36321/22/23/24
PORTO RUA ENTRE PAREDES 17 TEL. 25544

Eanes no Algarve

Continuação da pág. 1

De salientar o tipo de trabalho adoptado por Ramalho Eanes — «pés na lama», tal como já tinha acontecido durante a anterior viagem à Região de Coimbra.

Assim as «altas individualidades» e os jornalistas atravessaram um caminho de terra batida e uma ribeira em «Unimogs» do Regimento de Infantaria de Faro para chegar à cooperativa e, debaixo de chuva, andaram por campos e vados, de visita à propriedade actualmente explorada por um grupo de retornados das ex-colónias. Dez famílias tomaram conta da exploração em regime cooperativo, mas dada a deficiência dos alojamentos somente os homens e três mulheres rotativamente habitam a quinta. Os restantes ficam na Quarteira, instalados num hotel.

No fim do almoço, e depois de ouvir palavras de saudação de um dos responsáveis pela Cooperativa «O Arimbo» (que significa A Quinta) num dialecto angolano, o Presidente da República dirigiu algumas palavras de encorajamento aos

retornados, salientando nomeadamente o alcance que a constituição da cooperativa pode ter como exemplo de esforço, dedicação e trabalho.

«O Arimbo — pode ser um símbolo para que os portugueses se reencontrem a si mesmos, colectivamente» — salientou Eanes.

Santa Luzia, pequena vila piscatória perto de Tavira, foi o ponto seguinte de paragem. Ali o P.R. ouviu fundamentalmente os representantes da população. Primeiro à Comissão de Moradores, que lhe relatou as carências habitacionais da aldeia (que viu a sua população acrescida de 50 por cento com a chegada dos retornados) e os esforços desenvolvidos para construção dum bairro social cuja primeira fase, num total de 40 fogos, já foi lançada, esperando-se para breve o início da segunda fase — mais 80 fogos. Na ocasião o ministro da Habitação e Urbanismo elucidou o Presidente da República sobre os programas em curso naquela região para resolver o problema.

Também as operárias da Fábrica de Conservas Tavirense aproveitaram a oportunidade

de contactar com Ramalho Eanes para lhe expor os seus problemas — péssimas condições de trabalho e conflitos laborais.

De Santa Luzia o Presidente Eanes deslocou-se a Cabanas.

Na passagem por Tavira a comitiva parou durante breves instantes no Regimento de Infantaria de Faro — Destacamento de Tavira, onde Ramalho Eanes foi saudado pelos militares que prestam serviço naquela unidade militar.

Em Cabanas, novamente os problemas de habitação, que se estendem por todo o Algarve, estiveram em foco, e foram motivo para novas explicações do ministro Eduardo Pereira.

Foi ainda visitado o porto de Cabanas, onde representantes dos pescadores puseram o Presidente da República a par dum problema já antigo — o assoreamento da barra — que muitas vezes impede os homens que vão para o mar de voltarem para terra: por isso muitas vezes não vão pescar. «Perdem-se aqui mais de três meses de trabalho cada ano» — segundo nos afirmou um dos prejudicados. Os pescadores pediram a intervenção de Ramalho Eanes para que se construa um canal entre Cabanas e a barra de Tavira, que resolveria os problemas: Pedro Coelho, secretário de Estado das Pescas, também integrado na comitiva presidencial, recebeu o «recado».

A última etapa do primeiro dia da viagem do Presidente da República por terras algarvias terminou em Vila Real de Santo António.

Ai o general Ramalho Eanes visitou uma fábrica de conservas cuja viabilidade económica foi assegurado pela sua concentração com mais três empresas do mesmo tipo: o Presidente inteirou-se das dificuldades com que se defronta esse sector industrial, de fundamental importância no Algarve, e que se relacionam com a incapacidade da nossa frota pesqueira em conseguir o atum necessário a fabricação de conservas.

O Presidente da República foi depois para Vile de Lobos, onde chegou e passou a noite, enquanto os jornalistas integrados na comitiva eram convidados ao jantar da administração do Hotel Quarteira-Sol.

Entre a meia-noite e a uma hora da manhã, Ramalho Eanes visitou inesperadamente, já que não constava no programa, o Hospital Regional de Faro.

Três mortos e 20 feridos a dois km da portagem de Sacavém

Três mortos e vinte feridos, oito dos quais em estado grave balanço de um acidente ocorrido, cerca das cinco horas desta madrugada, a poucos quilómetros da portagem da auto-estrada do Norte, quando um autocarro de excursão que se dirigia do Porto para Lisboa chocou violentamente com a parte traseira de uma camioneta de carga. Testemunhas oculares afirmam que momentos antes o veículo sinistrado, que pertence a uma empresa de camionagem de Penafiel, ultrapassara a grande velocidade uma «Scania Vabis» carregada de brita.

Dos mortos (dois homens e uma criança que aparenta quatro anos), à hora do fecho do nosso jornal, apenas se conhecia a identidade de um deles, António Paiva Silva, de 40 anos natural de Vila Verde. Os feridos graves, que se encontram internados no Hospital de Santa Maria, são: Álvaro Ribeiro Guedes, de 42 anos, motorista da camioneta, natural de Vila Nova de Gaia; António Paiva da Silva, de 40, do Porto; João Manuel Rodrigues, de 43, de Vila Verde; António Maria Leite, de 21, do Porto; Manuel de Oliveira Ferreira, de 20, de Penafiel; Clara Simões, de 74, de Vila Verde; Francisco Costa, de 73 do Porto; e Maria Gonçalves, de 41 nascida em Vila Nova de Gaia. Os restantes sinistrados depois de tratados a escoriações várias tiveram alta. Quanto ao motorista da camioneta de carga, que ficou bastante danificada, saiu ileso do acidente.

Dado que, esta manhã, corria o rumor de que os sinistrados eram delegados ou dirigentes sindicais, acompanhados de familiares, destinados ao Congresso de Todos os Sindicatos, obtivemos do Serviço de Informações do C. T. S. a seguinte informação:

«Não consta que esses pessoas se dirigissem para o Congresso. No entanto, só mais tarde, por informações que porventura nos cheguem, é que poderemos dar uma resposta definitiva».

CONVENÇÃO CONTRA O TERRORISMO

Assinatura por Portugal é inconstitucional?

Portugal, embora sob «reserva», assinou ontem a «Convenção Europeia para Repressão ao Terrorismo», documento «quente» levado à Comissão dos Ministros do Conselho da Europa que ontem encerrou os seus trabalhos em Estrasburgo.

A ratificação da Convenção por parte de Portugal foi feita pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, que colocou duas reservas ao documento: a de que o nosso país não fará a extradição de ninguém para um país onde exista a pena de morte, nem tão-pouco de qualquer pessoa unicamente por razões políticas.

Estas duas ressalvas, apresentam-se, porém, como insuficientes face ao determinado na Constituição sobre o «Direito de Asilo» e a «Extradição e Expulsão», nomeadamente nos artigos 22.º e 23.º. O primeiro,

estabelece que «é garantido o direito de asilo aos estrangeiros e aos apátridas perseguidos em consequência da sua actividade em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana», o segundo que «não é admitida a extradição por motivos políticos».

A Convenção, para que seja aplicada no nosso país carece ainda e aprovação da Assembleia da República, onde o documento suscitara, certamente, alguma oposição, sobretudo do grupo parlamentar comunista cujo representante no Conselho da Europa votou contra.

Regista-se que a Irlanda e Malta recusaram assinar a convenção, e que a França adiou a sua posição para depois de os «Nove» da C. E. E. terem concluído, por sua vez, um acordo sobre o tema «terrorismo».

Ingresso no Mercado Comum

O ingresso de Portugal, Espanha e Grécia no Mercado Comum Europeu criará alguns problemas a esta organização — declarou ontem, numa entrevista a uma rede de televisão norte-americana, o presidente da Comissão Executiva da CEE Roy Jenkins.

Reportamo-nos a um telegrama EFE-ANOP enviado esta manhã de Washington. Jenkins assinalou que a entrada dos três países citados para a CEE «criará» problemas económicos e também no processo de decisões que pode perder efectividade, se aumentar de nove para doze o número de membros da comunidade.

Dois polícias mortos em Madrid

De acordo com informações oficiais do Governo Civil de Madrid, dois agentes da Polícia de choque foram metralhados esta manhã no bairro operário de Campamento, na capital espanhola. Uma mensagem recebida na Dirección General de Seguridad dizia que os polícias «foram assassinados por um comando», sem especificar qual. Os dois polícias de choque foram abatidos a rajada de metralhadora fora de uma dependência da Caixa Económica deste bairro, este é o último incidente de uma crescente onda de violência que agora já soma oito mortos, desde o passado domingo. Os agentes foram metralhados de um carro em andamento. A notícia chegou a Lisboa ao fim da manhã e não dava mais pormenores. Teme-se que isso seja uma nova provocação para

«justificar» um novo atentado contra elementos democráticos e progressistas espanhóis, desencadeado pelas organizações de extrema-direita, que estão apostados em destabilizar o país, e provocar golpes militares que invertam o processo.

Até este novo assassinio, a tensão havia atingido um grau estacionário nos dois últimos dias, com as investigações para descobrir os responsáveis pelos atentados anteriores a prosseguirem nem tão rapidamente quanto era de se esperar.

Acerca da notícia que dava conta da expulsão de estrangeiros ligados aos acontecimentos violentos desta semana, e entre os quais figurariam portugueses, o Ministério dos Negócios Estrangeiros recebeu uma comunicação da Em-

baixada portuguesa em Madrid na qual é informado de que não tem fundamento a notícia da expulsão de 15 portugueses. Entretanto, sabe-se que nas últimas horas foram feitas inúmeras prisões de estrangeiros que estão em Madrid. Nessas detenções estão incluídos dois portugueses, supostamente envolvidos com a extrema direita espanhola. A identidade dos mesmos ainda não foi revelada mas sabe-se que se trata de dois casos isolados, provavelmente de ex-agentes da PIDE. Informações complementares dizem que não são figuras destacadas ou conhecidas na vida política portuguesa.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA
EM DEZEMBRO: 45 813

PORTUGAL PRESENTE NA 55.ª FEIRA INTERNACIONAL DE MILÃO

De 14 a 23 de Abril terá lugar a 55.ª Feira Internacional de Milão, na qual o Fundo de Fomento de Exportação, face ao interesse de que este certame se reveste como instrumento válido de penetração não só no mercado italiano mas também em outros mercados externos, tenciona organizar uma representação nacional do comércio exportador no sector de produtos alimentares.

As firmas nacionais interessadas em apresentar os seus produtos no Pavilhão de Portugal, deverão contactar, até 5 de Fevereiro, a Direcção de Feiras e Exposições do Fundo de Fomento de Exportação — Av. 5 de Outubro, 101-A — Telefones 777772 e 777768 — Lisboa.